

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**RELAÇÕES DE TENSÃO ENTRE IMPRENSA E ESTADO:  
UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO-POLÍTICO DE  
*ZERO HORA* SOBRE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA  
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

HELOISA MONTEIRO ROSÁRIO

Orientadora: Profa. Dra. FREDIA INDURSKY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, 2002.

A meu tio, José Dario, e a minha avó, Inah, *in memoriam*.

Guardo comigo a presença de vocês.

A meu pai, Carlos, e a minha mãe, Maria de Lourdes, por tudo.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam na realização deste trabalho. Agradeço, no entanto, de modo especial:

- à Freda Indursky, minha orientadora, que me escutou e orientou com rigor e muito afeto;
- aos professores do PPG-Letras Valdir Flores, Ana Zandwais e Maria Cristina Leandro-Ferreira, pelo aprendizado;
- às colegas e amigas Eda Costa, Ercília Cazarin e Noeli Lisboa, pelo carinho da escuta e pelo apoio;
- à colega e amiga Fabiana Oliveira, pelas trocas teóricas e pela amizade que construímos;
- às amigas Ana Mello, Patrícia Ramos e Sonia Taborda, pelo incentivo constante;
- aos meus familiares, pela compreensão e amor;
- à CAPES, pela bolsa concedida.

## Resumo

O presente trabalho objetiva – através da análise do discurso jornalístico-político do jornal *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e General Motors (GM) durante os meses de março, abril e maio de 1999 – examinar como as relações de tensão entre Imprensa e Estado materializam-se no discurso jornalístico.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, “Dispositivo teórico”, apresentamos a Análise do Discurso (AD) – perspectiva teórica adotada – e algumas de suas noções centrais: *ideologia, discurso, sujeito e sentido*. No segundo, “Dispositivo analítico”, retomamos as noções de *condições de produção, enunciado, formulação, rede de formulações, ressonância, memória discursiva, esquecimento, discurso transversal, porta-voz, discurso jornalístico e discurso social*, relacionando-as com nosso objeto de estudo. No terceiro, “Análise”, apresentamos o jornal *Zero Hora*, os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso e a análise de nosso corpus discursivo, composto por seqüências discursivas da capa e do editorial de *Zero Hora* agrupadas em três diferentes recortes. Nesse capítulo, ainda, completando um movimento teoria-análise-teoria, voltamos a refletir sobre as noções teóricas trabalhadas, procurando repensar aquelas cuja necessidade de rever percebemos durante a análise. Quais sejam: *condições de produção, rede de formulações e ressonância*.

Por fim, na “Conclusão”, apontamos as propriedades discursivas do discurso jornalístico-político de *Zero Hora* analisado, buscando, a partir de seu funcionamento discursivo, identificar os efeitos de sentido que caracterizam o discurso desse jornal sobre o Governo Olívio Dutra e que mostram a tensão existente entre ambos.

## Résumé

Ce travail a l'intention d'examiner – à travers l'analyse du discours journalistique-politique du journal *Zero Hora* concernant les discussions entre le Gouvernement Olívio Dutra et les entreprises automobiles Ford et General Motors (GM) pendant les mois de mars, avril et mai 1999 – comment les relations de tension entre Presse et État se matérialisent dans le discours journalistique.

Le travail se divise en trois chapitres. Dans le premier, “Dispositif théorique”, nous présentons l'Analyse du Discours (AD) – perspective théorique adoptée – et quelques-unes de ses notions centrales: *idéologie, discours, sujet et sens*. Dans le deuxième, “Dispositif analytique”, nous reprenons les notions de *conditions de production, énoncé, formulation, réseau de formulations, résonance, mémoire discursive, oubli, porte-parole, discours journalistique et discours social*, en les rattachant à notre objet d'étude. Dans le troisième chapitre, “Analyse”, nous présentons le journal *Zero Hora*, les présupposés méthodologiques de l'Analyse du Discours et l'analyse de notre *corpus* discursif, constitué de séquences discursives de la couverture et de l'éditorial de *Zero Hora* rassemblées en trois coupures différentes. Toujours dans ce chapitre et en complétant un mouvement théorie-analyse-théorie, nous reprenons la réflexion sur les notions théoriques travaillées et cherchons à repenser celles dont le besoin de revoir nous nous sommes rendu compte lors de l'analyse, à savoir: *conditions de production, réseau de formulations et résonance*.

Enfin, dans la “Conclusion”, nous montrons les propriétés discursives du discours journalistique-politique de *Zero Hora* analysé, en essayant d'identifier, à partir de son fonctionnement discursif, les effets de sens qui caractérisent le discours

de ce journal sur le Gouvernement Olívio Dutra et qui montrent la tension existante entre les deux.

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	I
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	II
<b>RESUMO</b> .....	III
<b>RÉSUMÉ</b> .....	IV
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I - DISPOSITIVO TEÓRICO</b> .....	13
Apresentação.....	14
Contextualizando a Análise do Discurso.....	15
Ideologia e discurso .....	20
Sujeito e sentido.....	30
<b>CAPÍTULO II - DISPOSITIVO ANALÍTICO</b> .....	42
Apresentação.....	43
Condições de produção do discurso .....	45
Trazendo a noção de condições de produção para a análise .....	52
Enunciado, formulação e rede de formulações .....	56
Trazendo as noções de enunciado, formulação e rede de formulações para a análise.....	62
Ressonância .....	66
Trazendo a noção de ressonância para a análise.....	72

Memória discursiva, esquecimento e discurso transverso .....	75
Trazendo as noções de memória discursiva, esquecimento e discurso transverso para a análise .....	85
Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social .....	88
Trazendo as noções de porta-voz, discurso jornalístico e discurso social para a análise .....	101
<b>CAPÍTULO III - ANÁLISE</b> .....	103
Apresentação.....	104
Contextualizando <i>Zero Hora</i> .....	106
Refletindo sobre a metodologia e o <i>corpus</i> em Análise do Discurso .....	119
Trazendo os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso para a análise .....	124
Recorte 01 – Desqualificando o outro .....	130
Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro .....	144
Recorte 03 – Fabricando o consenso .....	158
Repensando a teoria a partir da análise .....	180
<b>CONCLUSÃO</b> .....	194
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	203
<b>ANEXOS</b> .....	214



## INTRODUÇÃO

*Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista,  
diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.*

Ferdinand de Saussure, *Curso de lingüística geral.*

A dissertação que ora apresentamos – **RELAÇÕES DE TENSÃO ENTRE IMPRENSA E ESTADO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO-POLÍTICO DE ZERO HORA SOBRE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** – surgiu de nosso interesse por dois diferentes campos de estudo: o político e o jornalístico. Campos que têm sido objeto de investigação não só em Lingüística, mas também nas Ciências Sociais sob diferentes pontos de vista.

Nessa dissertação, no entanto, não pretendemos seguir nenhum desses pontos. A especificidade que propomos não se encontra, assim, na escolha dos campos de estudo, mas na forma de abordá-los: pelo viés da Análise do Discurso – a AD. Com isso, não nos situamos nem no terreno da Lingüística – que exclui de seu objeto a exterioridade – nem no das Ciências Sociais – que exclui de seu objeto a linguagem –, mas, como diz Orlandi (1996a), em seu entremeio<sup>1</sup>.

Seguindo, desse modo, os pressupostos teóricos da AD, refutamos nessa pesquisa uma concepção de linguagem que se fundamenta na transparência, na univocidade e na regularidade e optamos por outra que, pelo contrário, percebe sua espessura e opacidade.

Considerando, então, nosso interesse pelo político e o jornalístico, definimos nosso objeto de estudo: o discurso jornalístico-político do jornal *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e General Motors (GM) durante os meses de março, abril e maio de 1999 – a partir do qual examinaremos como as relações de tensão entre Imprensa e Estado materializam-se no discurso jornalístico.

---

<sup>1</sup> Sobre a noção de entremeio, conferir a seção “Contextualizando a Análise do Discurso” do Capítulo I.

Essa escolha, por sua vez, foi motivada pelos desdobramentos da chegada do petista Olívio Dutra ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1999, após uma disputada campanha eleitoral na qual, pela primeira vez, um candidato da Frente Popular<sup>2</sup> é eleito governador. Com essa eleição, os confrontos entre partidos de esquerda e de direita – esta agora na oposição – acirraram-se fortemente, o que mobilizou (e continua mobilizando) a sociedade gaúcha como um todo e, principalmente, a mídia.

A mídia<sup>3</sup>, contudo, muito mais do que servir de palco para as discussões entre situação e oposição, mostrou-se contrária ao novo governo, ainda que pretendesse manter sua preocupação em informar com imparcialidade e profissionalismo<sup>4</sup>.

Por outro lado, tendo em vista que a importância e, sobretudo, a influência da mídia na sociedade revelam-se cada vez mais preponderantes<sup>5</sup>, a análise do discurso

---

<sup>2</sup> Na eleição de 1998 para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Frente Popular – coligação centrada no Partido dos Trabalhadores (PT) – englobava outros partidos de esquerda: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). No segundo turno dessa eleição, outros partidos apoiaram a candidatura de Olívio Dutra pela Frente Popular: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Salientamos que o petista Olívio Dutra derrotou o candidato Antônio Britto, representante dos partidos de direita, que disputava a reeleição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Hoje, Antônio Britto e o grupo de peemedebistas que sustentavam seu governo pertencem ao PPS.

<sup>3</sup> E aqui nos referimos sobretudo aos veículos de comunicação do Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações) no Rio Grande do Sul. Ou seja, veículos de rádio, televisão e jornal.

<sup>4</sup> Como mostra o *slogan* – “A vida por todos os lados” – presente, por exemplo, nas campanhas publicitárias do jornal *Zero Hora* e da RBS TV sobre si mesmos. Vale dizer que essas campanhas, reiterando a imparcialidade e o profissionalismo dos veículos do grupo, circularam principalmente no primeiro ano do Governo Olívio Dutra, após a RBS ter sofrido várias críticas sobre sua postura oposicionista em relação ao novo governo. A esse respeito, ver a seção “Contextualizando *Zero Hora*” do Capítulo III, na qual mostramos que a imparcialidade e o profissionalismo no tratamento da notícia constituem o que denominamos a *ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico*.

jornalístico sobre o político torna-se, em nossa opinião, além de relevante, imprescindível.

Nesse sentido, como aponta nosso objeto de estudo, decidimos centrar nossa pesquisa, de um lado, em uma das mais discutidas polêmicas que cercaram o primeiro ano do Governo Olívio Dutra – a instalação das montadoras de automóveis Ford e GM no Estado – e, de outro, no que diz a esse respeito um dos jornais de maior penetração no Estado – o jornal *Zero Hora* do Grupo RBS<sup>6</sup>.

Organizamos a pesquisa em três diferentes capítulos. No primeiro, “Dispositivo teórico”, apresentamos a Análise do Discurso e algumas de suas noções centrais. No segundo, “Dispositivo analítico”, retomamos noções como *condições de produção, enunciado, formulação, rede de formulações, ressonância, memória discursiva, esquecimento, discurso transversal, porta-voz, discurso jornalístico e discurso social*, relacionando-as com nosso objeto de estudo. No terceiro, “Análise”, apresentamos o jornal *Zero Hora*, os pressupostos metodológicos da AD e a análise. Nesse capítulo, ainda, procuramos repensar teoricamente as noções cuja necessidade de rever percebemos durante a pesquisa.

Finalmente, na “Conclusão”, a partir do funcionamento discursivo do discurso jornalístico-político de *Zero Hora* analisado, buscamos os efeitos de sentido que caracterizam o discurso desse jornal sobre o Governo Olívio Dutra e que mostram a

---

<sup>5</sup> O que tem resultado em discussões sobre o papel da ética na imprensa – especialmente quando se trata da abordagem do político – visto que, segundo Mariani, “está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias” (1998a, p. 59).

<sup>6</sup> Sobre o jornal *Zero Hora* e o Grupo RBS, conferir a seção “Contextualizando *Zero Hora*” do Capítulo III.

tensão existente entre ambos. Ou seja, entre Imprensa e Estado. O que nos mobilizou não apenas como analista de discurso, uma vez que nos preocupamos com o processo de produção dos sentidos nos discursos, mas também como alguém que reconhece o peso da imprensa na sociedade e a necessidade de se refletir e discutir seriamente sobre o mesmo.

## CAPÍTULO I

### DISPOSITIVO TEÓRICO

*Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.*

## Apresentação

No Capítulo I, intitulado “Dispositivo teórico”, apresentamos a teoria da Análise do Discurso e algumas de suas noções centrais: **ideologia**, **discurso**, **sujeito** e **sentido**<sup>1</sup>. Essas noções fazem parte, mais especificamente, de nosso dispositivo teórico. Ou seja, do conjunto de noções que fundamentam teoricamente nossa pesquisa e orientam a análise que fazemos de nosso objeto de estudo: o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999<sup>2</sup>.

O capítulo divide-se em três diferentes seções. Quais sejam:

- “Contextualizando a Análise do Discurso”;
- “Ideologia e discurso”;
- “Sujeito e sentido”.

Passamos, então, à apresentação da teoria e à discussão das noções que configuram nosso *Dispositivo teórico*. Vamos lá!

---

<sup>1</sup> A noção de **língua** – também central em AD – será tratada na seção “Sujeito e sentido” deste capítulo e na seção “Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso” do Capítulo III.

<sup>2</sup> Análise que se encontra no Capítulo III.

## Contextualizando a Análise do Discurso

No texto “Elementos para uma história da Análise do Discurso na França”, Malidier atribui a fundação da Análise do Discurso (AD), no final dos anos 60, a Jean Dubois e a Michel Pêcheux. Essa dupla fundação, segundo a autora, é marcada por dois textos: de um lado, o discurso de encerramento pronunciado por Dubois no Colóquio de Lexicologia Política de Saint-Cloud em abril de 1968 e, de outro, o livro *Análise automática do discurso*, de Pêcheux, publicado em 1969.

Como mostra Malidier, no entanto, o surgimento da AD não resulta de um trabalho conjunto, mas de um encontro intelectual possibilitado pela conjuntura teórico-política do fim da década de 60<sup>1</sup>. Dubois e Pêcheux aproximam-se politicamente em sua relação com o Marxismo – ambos fizeram parte do Partido Comunista Francês –, porém afastam-se no modo de se posicionar frente à teoria<sup>2</sup>.

Assim, para Dubois, lingüista e professor universitário, “a instituição da AD é pensada dentro de um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela lingüística” (Malidier, 1994, p. 18). A AD, portanto, é vista como

---

<sup>1</sup> Segundo Maingueneau, essa conjuntura “é aquela que, nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, viu articularem-se, em torno de uma reflexão sobre a ‘escritura’, a lingüística, o marxismo e a psicanálise” (1997, p. 10). Essa época de grande efervescência intelectual – na qual produziam nomes como Maurice Merleau-Ponty, Louis Althusser, Michel Foucault, Jacques Lacan, Claude Lévi-Strauss e Roland Barthes – possibilitou os debates que levaram à constituição da AD.

<sup>2</sup> Malidier observa que “muito naturalmente o projeto [a AD] se inscreve num objetivo político: a arma científica da lingüística oferece meios novos para abordar a política” (1994, p. 18). A AD surge, então, como um modo de leitura, o que se traduz diferentemente em ambos devido a seus posicionamentos teóricos.



uma extensão da Lingüística<sup>3</sup>. Trata-se de relacionar o modelo lingüístico a um outro – sociológico, histórico ou psicanalítico, por exemplo –, buscando determinar as regularidades do discurso.

Pêcheux, por sua vez, filósofo e pesquisador<sup>4</sup>, pensa a AD como uma ruptura em relação à Lingüística; ruptura que pressupõe uma mudança de campo teórico e, por conseguinte, de objeto. Desse modo, partindo sobretudo de Althusser e Foucault, Pêcheux propõe uma teoria crítica da linguagem, a AD, na qual se articulam conceitos exteriores à Lingüística – o de ideologia e o de discurso – ao conceito de língua na determinação dos processos históricos de produção de sentido. A noção de sujeito também é deslocada por Pêcheux. Ao contrário de Dubois, o autor não a mobiliza pelo viés da Teoria da Enunciação (teoria benvenistiana), pois sustenta que o sujeito é duplamente descentrado, sendo interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente.

A dupla fundação da AD aponta, portanto, para diferentes perspectivas teóricas: com Dubois, instaura-se mais um nível de análise lingüística; com Pêcheux, instaura-se um novo campo de estudos – o discursivo<sup>5</sup>. Campo esse que, conforme

---

<sup>3</sup> Passa-se do signo para a frase, da frase para o texto e, agora, do texto para o discurso sem haver, contudo, uma mudança de terreno, ou seja, o campo de estudos permanece o mesmo: o da Lingüística. Nesse sentido, Dubois soma-se à perspectiva teórica americana, para a qual “uma frase é um discurso curto e um discurso é uma frase complexa” (Harris Apud Orlandi, 1986, p. 108). As mudanças referem-se, então, à unidade de análise e não ao objeto teórico, restringindo-se apenas ao fenômeno lingüístico.

<sup>4</sup> Ao redor de Pêcheux, em um laboratório de psicologia social do C.N.R.S. (Centre National de Recherches Scientifiques), constituiu-se um grupo de pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais do qual participaram, entre outros, Paul Henry, Claudine Haroche, Catherine Fuchs, Françoise Gadet, Denise Maldidier e Régine Robin.

<sup>5</sup> Em Dubois e Pêcheux, desse modo, os termos AD e discurso não se equivalem, o que resulta de suas distintas posições em relação à teoria.

Pêcheux e Fuchs (1975), baseia-se na articulação de três diferentes regiões do conhecimento científico – o Materialismo Histórico, a Lingüística e a Teoria do Discurso. Tem-se, assim, em AD, um quadro epistemológico geral que relaciona:

- a) *Materialismo Histórico*: envolvendo a teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- b) *Lingüística*: envolvendo, ao mesmo tempo, a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- c) *Teoria do Discurso*: envolvendo a teoria da determinação histórica dos processos semânticos,

cujos principais conceitos são, respectivamente, os de ideologia, língua e discurso<sup>6</sup>.

Esses autores, por outro lado, ainda acrescentam que as três regiões do conhecimento científico acima referidas são atravessadas por uma *teoria da subjetividade* de natureza psicanalítica.

Assim, como mostra Orlandi, para a AD, “a ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão *materialmente* ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido” (1986, p. 119). O sujeito falante é, então, duplamente determinado – descêntrico –, sendo, de um lado, interpelado pela ideologia e, de outro, atravessado pelo inconsciente.

Em “Entremeio e discurso” (1996), Orlandi também observa que “se as ciências se constituem pressupondo uma certa noção de linguagem e de sujeito, é na transformação dessas noções que também está o deslocamento de seus (delas) limites e, conseqüentemente, de suas relações” (1996a, p. 23).

---

<sup>6</sup> E aqui se verifica a articulação proposta por Pêcheux entre ideologia e discurso – conceitos exteriores à Lingüística – e o conceito de língua – objeto da Lingüística.

Desse modo, a AD, ao mobilizar conceitos como ideologia, língua e discurso, repensa as noções de linguagem e de sujeito, estabelecendo-se em uma relação de confronto, de um lado, com a Lingüística e, de outro, com as Ciências das Formações Sociais<sup>7</sup>. Como aponta Orlandi,

se a lingüística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica). (Op. cit., p. 26)

Não se trata, portanto, de uma relação interdisciplinar – na qual não há conflito, apenas instrumentalização, aplicação dos conceitos de uma disciplina em outra –, mas de uma relação contraditória, pois

a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. (Orlandi, op. cit., p. 25)

---

<sup>7</sup> A AD contrapõe-se, então, à Lingüística – que exclui o sujeito e, por conseguinte, o histórico, seja pelo objetivismo abstrato dos formalistas, seja pelo idealismo subjetivista da Teoria da Enunciação – e à Análise de Conteúdo – que parte da exterioridade para o texto, buscando, através da transparência da linguagem, seus conteúdos ocultos.

A AD situa-se, então, no entremeio dessas disciplinas, mostrando que não se pode desvincular a linguagem de suas condições de produção, de sua materialidade histórica, uma vez que “se se tira a história, a palavra vira imagem pura” (Orlandi, op. cit., p. 32), assim como não se pode atingir os sentidos pela transparência da linguagem, pois a relação entre o mundo e a palavra não é direta, sendo um produto do imaginário dos sujeitos, do trabalho da ideologia.

Nesse sentido, a AD não nega nem a Lingüística<sup>8</sup> nem as Ciências das Formações Sociais, mas as aproveita, como mostra Orlandi, “ao revés” (Op. cit., p. 24).

Trata-se, por conseguinte, de um novo campo de saber que constantemente estabelece – com os campos com os quais se articula – uma relação de tensão e confronto, pois, ao mesmo tempo em que neles busca algumas de suas noções, desloca-as teoricamente quando as traz para seu interior, desestabilizando os pressupostos que inicialmente as embasavam.

Esse é o campo da Análise do Discurso; campo no qual nos inserimos e do qual parte a análise de nosso objeto de estudo no presente trabalho: o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999.

---

<sup>8</sup> Considerando, mais especificamente, as três tendências da Lingüística – a formalista (Gerativismo), a sociologista (Sociolingüística e Etnolingüística) e a da fala (Teoria da Enunciação, Análise Conversacional) –, a AD não se configura como uma quarta tendência, mas como uma outra disciplina, com seu objeto próprio (o discurso), que se constitui a partir do confronto com as outras.

## Ideologia e discurso

Pêcheux e Fuchs, no texto “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (1975), estabelecem o quadro teórico da Análise do Discurso no qual três diferentes campos do saber são articulados – o Materialismo Histórico, a Lingüística e a Teoria do Discurso –, permitindo o entrelaçamento das noções de ideologia, língua e discurso<sup>1</sup>.

A **ideologia** – noção que buscam na leitura althusseriana de Marx (sobretudo através do artigo “*Idéologie et appareils idéologiques d’État*” (1970))<sup>2</sup> – representa a relação imaginária que os indivíduos mantêm com suas condições reais de existência. Não se trata, portanto, da representação de seu mundo real, mas de como os indivíduos representam sua relação com o mundo.

Desse modo, segundo Pêcheux e Fuchs, a região do Materialismo Histórico que interessa à AD “é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (1997, p. 165). Nessa ligação, contudo, a superestrutura ideológica não traduz a base econômica (a infra-estrutura), mas tem seu funcionamento “‘determinado em última instância’ pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica” (Pêcheux e Fuchs, op. cit., p. 165)<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Nessa seção, examinaremos apenas as noções de ideologia e discurso. Sobre o quadro teórico da AD, rever a seção “Contextualizando a Análise do Discurso” do presente capítulo.

<sup>2</sup> Althusser retoma esse artigo em *Notes sur les appareils idéologiques d’État* (1976), texto publicado em português com o título de *Aparelhos ideológicos de Estado*.

<sup>3</sup> Observamos que – junto a essa passagem – os autores introduzem uma nota na qual dizem: “As relações de produção não estão, de modo nenhum, fixadas numa repetição eterna, como pretende a

Nesse sentido, para a Análise do Discurso, torna-se central a noção de interpelação ideológica ou assujeitamento do sujeito desenvolvida por Althusser, uma vez que a interpelação configura-se em uma “modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção” (Pêcheux e Fuchs, op. cit., p. 165). A interpelação ideológica consiste, então, em fazer com que

cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (Pêcheux e Fuchs, op. cit., p. 166)<sup>4</sup>

---

sociologia funcionalista. Na realidade, e na medida em que as relações de produção correspondem a relações de classe, é conveniente falar de *reprodução-transformação* das relações de produção.” Com isso, Pêcheux afasta-se de Althusser, mostrando que as relações de produção – além da reprodução – podem igualmente sofrer transformações (essa noção de reprodução-transformação das relações de produção encontra-se em *Semântica e discurso* (1975)). Ora, pensar na transformação dessas relações implica pensar na transformação da própria ideologia. Ou seja, implica pensar que “uma ideologia não é idêntica a si mesma” (Pêcheux, 1990a, p. 255), havendo lugar – em seu interior – para a diferença, a desigualdade e a contradição. Chega-se, assim, à heterogeneidade da formação ideológica e, conseqüentemente, à heterogeneidade da formação discursiva, o que Pêcheux não discute nesse artigo, mas anuncia em uma determinada parte de *Semântica e discurso* (quando fala dos modos de identificação do sujeito com a forma-sujeito) e desenvolve, mais especificamente, em “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977). Sobre os modos de identificação do sujeito, ver a próxima seção “Sujeito e sentido”.

<sup>4</sup> Essa formulação mostra que Pêcheux – no início da teoria – fala em *lugar*, um lugar que se relaciona com diferentes posições de classe de uma determinada formação social. Mais tarde, o autor passa a falar em *tomada de posição*, o que Courtine denomina de *posição-sujeito*. Esses termos – lugar, tomada de posição/posição-sujeito – não se recobrem, pois remetem a diferentes modos de se pensar uma formação discursiva. Por outro lado, a noção de lugar, ligada à de lugar social e às formações imaginárias, aponta para uma formulação muito consciente. Eis por que o autor a reformula.

Pêcheux e Fuchs mostram, no entanto, que a interpelação ideológica dos sujeitos “nunca se realiza ‘em geral’” – ou seja, de qualquer modo –, mas sempre através de formações ideológicas (Op. cit., p. 167). Para os autores,

cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (Op. cit., p. 166)<sup>5</sup>

A ideologia ou as ideologias, por conseguinte, “não são feitas de ‘idéias’ mas de práticas” (Pêcheux, 1995, p. 144); práticas cuja reprodução – e conseqüente manutenção – Althusser atribui ao funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE)<sup>6</sup>.

De Althusser, Pêcheux também recupera as seguintes proposições:

- a) só há prática através de e sob *uma* ideologia;
- b) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos,

---

<sup>5</sup> Vale dizer que, sobretudo em “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977), Pêcheux repensa a noção de ideologia, considerando a formação ideológica como heterogênea, o que acarreta pensar a contradição como interna à formação ideológica.

<sup>6</sup> Os aparelhos ideológicos de Estado – as instituições como, por exemplo, a escola, a família, a igreja, os partidos políticos, os meios de comunicação – “não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante (...), mas sim (...) seu lugar e meio de realização” (Pêcheux, 1995, p. 145). Pêcheux acrescenta, no entanto, que esses aparelhos constituem-se no palco da luta de classes, onde – ao mesmo tempo – existe lugar para a reprodução e a transformação da ideologia dominante. O que justifica o emprego que faz – em *Semântica e discurso* – da expressão “reprodução-transformação” das relações de produção (rever a nota 3 dessa seção). Salientamos, por outro lado, que na seção “Contextualizando *Zero Hora*” do Capítulo III voltaremos a pensar nos meios de comunicação – mais precisamente, na imprensa (nosso foco de estudo através do jornal *Zero Hora*) – como um aparelho ideológico de Estado.

através das quais pode-se perceber uma diferenciação entre *uma ideologia* (uma determinada formação ideológica) em 1 e *a Ideologia* (a ideologia “em geral”, “toda a ideologia”) em 2 (Op. cit., p. 149). Nessa segunda proposição, Althusser introduz ainda – conforme Pêcheux – sua tese central: “a categoria de sujeito... é a categoria constitutiva de toda a ideologia” (Op. cit., p. 149).

Assim, não há prática sem ideologia nem ideologia sem sujeito. Mas o sujeito, contudo, torna-se sujeito pelo efeito da interpelação ideológica. Daí por que Pêcheux diferencia o “sempre-já-sujeito” – o sujeito jurídico – daquele que se constitui sujeito ao se identificar com a forma-sujeito que organiza uma determinada formação discursiva – o sujeito ideológico<sup>7</sup>.

A ideologia – segundo Pêcheux – não se configura, portanto, em uma exterioridade que produz sujeitos e sentidos, mas em um efeito (o efeito da interpelação) que constitui o sujeito e o sentido, ou melhor, a evidência do sujeito e do sentido, uma vez que ambos não passam de efeitos ideológicos, de ilusões subjetivas<sup>8</sup>.

Cabe salientar que – em “Entremeio e discurso” (1996) – Orlandi redefine discursivamente a noção de ideologia. Para a autora, a ideologia

---

<sup>7</sup> Tanto o sujeito jurídico quanto o sujeito ideológico sofrem a interpelação da ideologia. O sujeito jurídico é interpelado pela Ideologia (a ideologia em geral), ao passo que o sujeito ideológico é interpelado por uma ideologia específica (uma determinada formação ideológica). Nas palavras de Pêcheux, o que a tese de Althusser “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que ‘o não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação [leia-se interpelação] tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’” (1995, p. 155). Pode-se afirmar, então, que – para Pêcheux – não existe o indivíduo ou o não-sujeito, mas o sempre-já-sujeito, que, pela interpelação de uma ideologia, constitui-se em sujeito.

<sup>8</sup> Sobre esses efeitos ideológicos provocados pela interpelação, conferir a próxima seção “Sujeito e sentido”.



é a interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. (Op. cit., p. 31)

No entanto, Orlandi – de fato – resume essa noção no artigo “O próprio da análise do discurso” (1998):

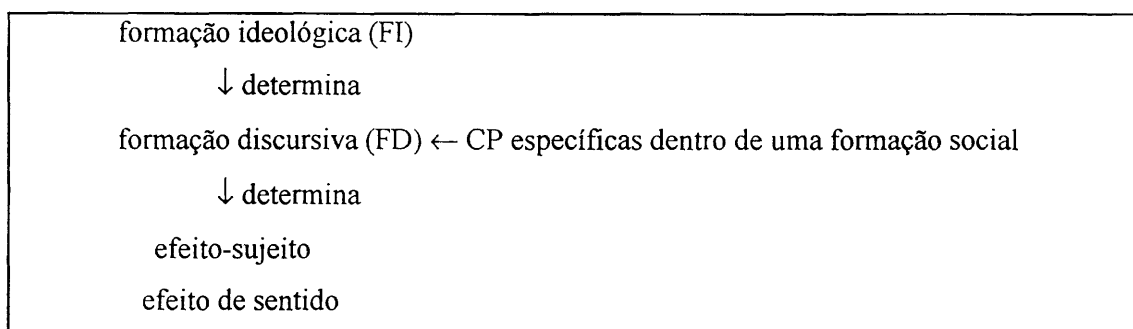
Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é então o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem. E é isso a ideologia. (1998a, p. 18)

Pensando, por outro lado, a relação entre a ideologia e o objeto da Análise do Discurso – o discurso –, Pêcheux e Fuchs observam que não é possível identificá-los – “o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos” (1997, p. 166) –, devendo-se conceber o discursivo como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica<sup>9</sup>. Desse modo, colocam que as formações

---

<sup>9</sup> Retomando, mais uma vez, Orlandi, “o discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre a ideologia e a língua, lugar em que se podem analisar os efeitos do jogo da língua na história e os

ideológicas englobam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma certa posição em uma determinada conjuntura, ou seja, a partir de um lugar social historicamente determinado. As formações discursivas derivam, portanto, de condições de produção (CP) específicas e relacionam-se com a ideologia através da determinação – que sofrem – das formações ideológicas às quais se vinculam<sup>10</sup>. Como aponta o esquema:



Vale lembrar que é de Foucault que Pêcheux toma a noção de formação discursiva. O autor a desenvolve no livro *Arqueologia do saber* (1969) sem, contudo, relacioná-la à ideologia:

No caso em que se poderia descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante, no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (...), poder-se-ia dizer, por convenção, que se está frente a uma formação discursiva. (1969, p. 53)<sup>11</sup>

---

efeitos desta na língua. O que deve nos permitir compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. E é essa, afinal, a tarefa do analista de discurso” (1998a, p. 21).

<sup>10</sup> Trataremos da noção de condições de produção no Capítulo II – “Dispositivo analítico”.

<sup>11</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “Dans le cas où on pourrait décrire, entre un certain nombre d’énoncés, un pareil système de dispersion, dans le cas où entre les objets, les types

Para Foucault, desse modo, uma formação discursiva engloba um sistema de dispersão cujos objetos – os enunciados – apresentam as mesmas regularidades: a mesma função enunciativa. Com isso, Foucault possibilita que saberes – dispersos no tempo e no espaço – sejam agrupados. Eis aí uma de suas contribuições em *Arqueologia do saber*: repensar a compartimentalização do saber, propondo – através da noção de formação discursiva – um olhar que contempla a dispersão, a transformação, o movimento.

Courtine reflete igualmente sobre a noção de formação discursiva. Em “Analyse du discours politique” (1981), o autor salienta que essa noção vem de Foucault – o que Pêcheux silencia até “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977) – e retoma o percurso de Pêcheux, a seu respeito, sobretudo nos textos “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” e *Semântica e discurso* (ambos de 1975).

Por outro lado, em “Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours” (1982), Courtine também recupera Pêcheux, uma vez que traz, para a noção de formação discursiva, a heterogeneidade da formação ideológica<sup>12</sup>. Segundo o autor, assim como a ideologia, “uma FD não é ‘um discurso para todos’ nem tampouco ‘um discurso para cada um’, mas isso deve ser pensado como ‘dois (ou vários) discursos em um só’” (1982, p. 245)<sup>13</sup>.

---

d’*énonciation*, les concepts, les choix thématiques, on pourrait définir une régularité (...), on dira, par convention, qu’on a affaire à une *formation discursive*.”

<sup>12</sup> Heterogeneidade discutida por Pêcheux, como observamos, no artigo “Remontons de Foucault à Spinoza”. Rever a nota 3 da presente seção, bem como a seção que segue, “Sujeito e sentido”.

<sup>13</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “une FD, ce n’est pas ‘un seul discours pour tous’, ce n’est pas non plus ‘à chacun son discours’, mais ce doit être pensé comme ‘deux (ou plusieurs) discours en un seul.’”

Para Courtine, por conseguinte, a formação discursiva é “uma *unidade dividida*, uma heterogeneidade em relação a si mesma”, sendo seu fechamento “fundamentalmente instável” (Op. cit., p. 245)<sup>14</sup>. Esse fechamento mostra que o limite de uma formação discursiva não é mais bem delimitado como propunha inicialmente Pêcheux, o que fazia com que saberes que não a constituíam não pudessem nela entrar ou, ao contrário, com que saberes que a constituíam dela não pudessem sair, não havendo, assim, alteração do que podia e devia ou não podia e não devia ser dito. Courtine defende, então, que o fechamento de uma formação discursiva

não consiste em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior e um exterior de seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca* em função dos embates da luta ideológica. (Op. cit., p. 245)<sup>15</sup>

Não há, portanto, uma cristalização – uma sedimentação – dos saberes de uma formação discursiva, pois seu interior encontra-se em um constante movimento de reconfiguração pelo deslocamento de suas fronteiras. Com esse deslocamento, a formação discursiva passa a abrigar novos saberes, ao mesmo tempo em que outros passam a ser por ela recusados<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “une *unité divisée*, une hétérogénéité par rapport à soi-même” e “fondamentalement instable”.

<sup>15</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “ne consiste pas en une limite tracée une fois pour toutes séparant un intérieur et un extérieur de son savoir, mais s’inscrit entre diverses FD comme *une frontière qui se déplace* en fonction des enjeux de la lutte idéologique.”

<sup>16</sup> Tem-se aqui, por conseguinte, uma formação discursiva heterogênea. Ou seja, um domínio de saber que, ao contrário daquele de uma formação discursiva homogênea, não é definitivamente fechado. Por

Por sua vez, o que não pertence a uma determinada formação discursiva pode constituir o discurso de um sujeito que com ela se identifique através de dois diferentes modos de desdobramento do interdiscurso<sup>17</sup> sobre si mesmo: o preconstruído e o discurso transverso. Preconstruído e discurso transverso trazem, então, para o interior de um determinado discurso, saberes que pertencem a um outro lugar – a uma outra formação discursiva ou a um discurso-outro (no caso de uma mesma formação discursiva). Com o preconstruído, percebe-se explicitamente o discurso-outro; com o discurso transverso, percebe-se implicitamente o discurso-outro<sup>18</sup>, o que mostra que todo discurso se configura sobre um já-dito, pois – para que algo signifique – é preciso que já tenha sentido<sup>19</sup>.

Ideologia e discurso encontram-se, desse modo, entrelaçados, sendo o discurso – objeto da Análise do Discurso – a materialidade histórica e lingüística através da

---

isso, em relação aos modos de identificação do sujeito com a forma-sujeito dessa formação discursiva, Pêcheux fala de tomada de posição; Courtine, de posição-sujeito. Rever a nota 4 dessa seção.

<sup>17</sup> Para Pêcheux, inicialmente, o interdiscurso é o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (1995, p. 162). Essa noção é igualmente definida como a memória do dizer (ver a seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transverso” do Capítulo II). Preferimos, no entanto, definir o interdiscurso como o lugar pelo qual circulam os saberes (quaisquer saberes, mesmo os antagônicos), a exterioridade que determina – de fora – o dizível de uma determinada formação discursiva. Essa noção contrapõe-se à de intradiscurso, que se refere ao que é linearizado no fio do discurso. Sobre inter e intradiscurso, conferir a seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” do Capítulo II.

<sup>18</sup> Desenvolveremos a noção de **discurso transverso** na seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transverso” do Capítulo II. Trata-se de uma noção fundamental em nossa pesquisa.

<sup>19</sup> Ou seja, como apontam Pêcheux e Fuchs, “o ‘sentido’ de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)” (1997, p. 169). Segundo os autores, portanto, toda seqüência é “dotada de sentido”, uma vez que necessariamente pertence a uma determinada formação discursiva.

qual sujeito e sentido se constituem pela mobilização do interdiscurso (o já-dito) no intradiscurso.

## Sujeito e sentido

Em *Os limites do sentido*, Guimarães afirma que “esta busca em repor no objeto o excluído por Saussure tem um caso exemplar no campo da lingüística: Benveniste” (1995, p. 45). Segundo o autor, “Benveniste é, de um lado, um estrito saussureano e, de outro, busca romper a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da subjetividade na língua” (Op. cit., p. 45).

Para Benveniste, a subjetividade é a capacidade do locutor de se propor como sujeito, “é ‘ego’ que *diz ego*” (sic, 1995, p. 286). No entanto, como mostra o autor, só se tem consciência de si mesmo frente ao outro – no confronto com o outro –, “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação *tu*” (Op. cit., p. 286). Assim, para haver um *eu* é preciso que haja um *tu* e, por conseguinte, uma situação de interlocução. Aqui está a intersubjetividade: a relação dialética do eu com o outro, do *eu* com o *tu*.

Benveniste, por outro lado, observa que essa polaridade das pessoas “não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*” (Op. cit., p. 286), apesar de um não se conceber sem o outro e de suas posições serem reversíveis no discurso.

Segundo o autor, na linguagem encontra-se o fundamento lingüístico da subjetividade, ou seja, por conter as formas lingüísticas apropriadas à expressão do eu, a linguagem é a própria possibilidade da subjetividade. E, para tanto, “propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (Op. cit., p. 289).

Benveniste resgata, assim, o **sujeito** excluído dos estudos da linguagem pelo corte saussureano. Resgate que se dá através das próprias estruturas lingüísticas – do próprio sistema –, ou melhor, para ele, a subjetividade é formalmente marcada na língua pelo que denomina as categorias de discurso<sup>1</sup>.

A Análise do Discurso reconhece a importância histórica do trabalho de Benveniste, visto que, após o corte saussureano, a questão do sujeito na linguagem não havia mais sido tratada<sup>2</sup>. No entanto, critica fortemente sua concepção de sujeito por considerá-la idealizada.

Ao dizer que o indivíduo torna-se sujeito ao se apropriar da linguagem, Benveniste propõe um sujeito consciente – centrado – que está na fonte, na origem de seu dizer, tendo sobre ele absoluto controle. Trata-se, portanto, de um sujeito onipotente.

Para a AD, o sujeito não é nada disso. Não há centramento. Não há controle. Não há onipotência. Há apenas uma ilusão necessária, constitutiva.

O sujeito, em Análise do Discurso, é descentrado, ou seja, sofre, ao mesmo tempo, a interpelação da ideologia e o atravessamento do inconsciente. Desse modo, o sujeito não está na origem de seu dizer nem tem sobre ele controle; o sujeito apenas organiza um discurso que nasce em outro lugar – no interdiscurso (a memória do dizer)<sup>3</sup> – e é mobilizado a partir da formação discursiva com a qual ele se identifica.

---

<sup>1</sup> Segundo Benveniste, formas vazias – pronomes e indicadores da dêixis (demonstrativos, advérbios, adjetivos) – que “organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência” (Op. cit., p. 288).

<sup>2</sup> Vale lembrar que entre a publicação do *Curso de lingüística geral* (1916), de Saussure, e a publicação do texto “Da subjetividade na linguagem” (1958), de Benveniste, passam-se mais de quarenta anos.

<sup>3</sup> “O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é conduzida, em função das posições ideológicas que essa formação discursiva representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos preconstituídos produzidos no exterior dela



O sujeito identifica-se, por conseguinte, com uma formação discursiva ou – no caso de uma formação discursiva heterogênea – com uma determinada posição-sujeito dentro dessa formação. Essa identificação é o que faz o dizer significar uma coisa e não outra, ou seja, um mesmo discurso produz efeitos de sentido diferentes conforme a formação discursiva ou a posição-sujeito na qual o sujeito que o produz se inscreve, reconhece-se.

Nas palavras de Indursky, então:

A Análise do Discurso afasta-se, pois, da noção de sujeito empírico que sabe e domina o que diz e o que quer dizer e encaminha-se para um sujeito que pensa que domina o que diz, mas que, de fato, é determinado, sem se dar conta, a dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito. (1998a, p. 11)

Com isso, a autora mostra, no texto “A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem” (1998), que o enunciado *Ganhamos o primeiro turno* – enunciado produzido após o 1º turno das eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1998 – não significa, para um sujeito inscrito na formação

---

própria, a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação” (Courtine e Marandin, 1981, p. 24). Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “l’interdiscours consiste en un processus de *reconfiguration incessante* dans lequel une FD est conduite, en fonction des positions idéologiques que cette FD représente dans une conjoncture déterminée, à incorporer des éléments préconstruits produits à l’extérieur d’elle-même, à en produire la redéfinition ou le retournement, à susciter également le rappel de ses propres éléments, à en organiser la répétition, mais aussi à en provoquer éventuellement l’effacement, l’oubli ou même la dénégation.” Sobre interdiscurso, ver a seção “Ideologia e discurso” do presente capítulo.

discursiva mobilizada pela coligação Rio Grande Vencedor (coligação de Antônio Britto, governador candidato à reeleição pelo PMDB), o mesmo que para um sujeito que se inscreva na formação discursiva antagônica – aquela mobilizada pela Frente Popular (coligação de oposição em torno do candidato do PT, Olívio Dutra) –, pois essas formações discursivas são afetadas por diferentes formações ideológicas<sup>4</sup>. Segundo a autora, para o sujeito inscrito na formação discursiva mobilizada pela coligação Rio Grande Vencedor – uma Formação Discursiva Liberal –, “*vencer as eleições*” significa que, de todos os candidatos votados pelos eleitores, seu candidato obteve o maior número de votos, o que “implica a aprovação dos rio-grandenses ao projeto de governo de Britto, implica um voto de confiança e o desejo de ver tal projeto ter continuidade”; ao passo que, para o sujeito inscrito na formação discursiva mobilizada pela coligação da Frente Popular – uma Formação Discursiva Progressista –, “*vencer as eleições*” significa que as oposições obtiveram dos eleitores mais votos do que a situação, o que indica o descontentamento dos gaúchos com a política instaurada pelo governo Britto e a exigência da definição de novos rumos para o Rio Grande (1998a, p. 13).

Indursky ainda acrescenta que esses diferentes efeitos de sentido produzidos pela mobilização de um mesmo enunciado por duas formações discursivas que se opõem “pretendem-se, cada um, verdadeiro e único em relação ao outro”, sendo, pois, o que autoriza afirmar que o sujeito em AD é um lugar de significação historicamente constituído – conforme Orlandi (1996a, p. 37) – e que o **sentido** é uma relação

---

<sup>4</sup> Trazemos esse exemplo e não qualquer outro, uma vez que nosso objeto de estudo no presente trabalho relaciona-se intimamente com a polarização existente entre as posições-sujeito ocupadas, de um lado, por Antônio Britto e, de outro, por Olívio Dutra como mostraremos no Capítulo III – “Análise”. Essas posições-sujeito pertencem, como dissemos, a formações discursivas antagônicas.

determinada do sujeito com a história, com a memória do dizer, que contempla inclusive o dizer do outro, e a ideologia (1998a, p. 14). Não há, portanto, transparência na linguagem; há, pelo contrário, opacidade.

Há, contudo, a ilusão de que se falou; ilusão sem a qual não há nem sujeito nem dizer e que resulta do trabalho do esquecimento: o esquecimento n. 1 (o da ideologia) e o esquecimento n. 2 (o da enunciação). O esquecimento n. 1 faz com que o sujeito acredite ser a fonte, a origem do dizer; o esquecimento n. 2, por sua vez, faz com que o sujeito acredite ter controle, domínio, sobre o que diz. Pêcheux e Fuchs mostram que o primeiro se caracteriza por um funcionamento do tipo inconsciente, ao contrário do segundo, cujo funcionamento é do tipo pré-consciente/consciente (1997, p. 177)<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, outras noções são delineadas:

- forma-sujeito (corresponde à forma mais abstrata do sujeito);
- posição-sujeito (também corresponde a uma forma abstrata do sujeito, embora menos, pois configura-se em um determinado lugar social a partir do qual se define um determinado ponto de vista);
- efeito-sujeito (corresponde à forma menos abstrata do sujeito, mas nunca a um indivíduo empírico).

A forma-sujeito (FS) – noção que Pêcheux busca em Althusser<sup>6</sup> – é o sujeito histórico inscrito em uma formação discursiva, aquele que regula e organiza o que

---

<sup>5</sup> Através das noções de esquecimento n. 1 e n. 2, a ideologia age sobre os indivíduos interpelando-os em sujeitos. Sobre ideologia e interpelação ideológica, rever a seção anterior desse capítulo – “Ideologia e discurso”.

<sup>6</sup> Em *Semântica e discurso* (1975), Pêcheux observa que a noção de forma-sujeito é introduzida por Althusser em “Resposta a John Lewis”. O autor salienta que, para Althusser, “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma-sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de

pode e deve ser dito e, por conseguinte, o que não pode e não deve ser dito<sup>7</sup>. A forma-sujeito organiza, assim, o saber da formação discursiva a partir de sua relação com a formação ideológica. Por isso, não há como pensar em uma formação discursiva sem pensar em sua forma-sujeito, ou melhor, em seu sujeito do saber.

Por sua vez, a posição-sujeito (PS) – noção que Courtine busca em Foucault, deslocando-a para a AD<sup>8</sup> – representa os desdobramentos da forma-sujeito dentro de uma determinada formação discursiva. No caso de uma formação discursiva homogênea, não há desdobramento, mas uma identificação plena entre forma-sujeito e posição-sujeito. Por outro lado, a forma-sujeito de uma formação discursiva heterogênea desdobra-se em mais de uma posição-sujeito. Como no esquema que segue:

---

fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (1995, p. 183, nota 31). Pêcheux, contudo, diferentemente de Althusser, atribui a cada formação discursiva uma determinada forma-sujeito.

<sup>7</sup> Indursky, refletindo sobre a determinação discursiva, aponta que a forma-sujeito igualmente regula e organiza o que pode, mas não convém ser dito no âmbito de uma determinada formação discursiva, devendo, desse modo, ser refutado pelo sujeito do discurso (1997, p. 253-254).

<sup>8</sup> Foucault, em *Arqueologia do saber* (1969), também reflete sobre a noção de sujeito. Segundo o autor, o sujeito não corresponde a uma entidade lingüística nem ao sujeito da enunciação (uma subjetividade psicológica: o indivíduo que efetua as operações ou o autor da formulação), mas a uma posição de sujeito. Essa posição de sujeito configura-se, por sua vez, em uma função vazia – indiferente aos sujeitos enunciadorees que a preenchem –, sendo o lugar do sujeito universal próprio a uma determinada formação discursiva (1969, p. 123). Para Courtine, no entanto, Foucault – ao tratar a posição-sujeito como um lugar no qual os locutores são intercambiáveis entre si – não considera o mecanismo de interpelação-assujeitamento do sujeito, motivo pelo qual dele se afasta (1981, p. 43). Courtine, assim como Pêcheux, trata essa noção como uma modalidade de identificação do sujeito com a forma-sujeito de uma determinada formação discursiva. Pêcheux, contudo, não utiliza o termo *posição-sujeito*, mas *tomada de posição*. Vale ainda observar que essa posição vazia de Foucault pode ser ocupada, enquanto a forma-sujeito (o sujeito histórico, o sujeito universal) de uma formação discursiva não se configura em um lugar que possa ser ocupado, mas sim em um lugar com o qual um indivíduo, ao ser interpelado em sujeito pela ideologia, identifica-se e a partir do qual significa seu dizer.

FD homogênea → FS una → uma determinada PS

FD heterogênea → FS que se desdobra → mais de uma PS

Os desdobramentos da forma-sujeito, para Pêcheux, relacionam-se com diferentes modalidades de tomada de posição do sujeito:

- 1<sup>a</sup>. modalidade (a identificação) → tem-se aqui o bom-sujeito, ou seja, há uma identificação completa entre o sujeito do discurso – da enunciação – e a forma-sujeito da formação discursiva na qual esse sujeito se inscreve.
- 2<sup>a</sup>. modalidade (a contra-identificação) → tem-se aqui o mau-sujeito, ou seja, não há mais uma identificação completa entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito da formação discursiva na qual esse sujeito se inscreve. No entanto, não há uma ruptura e o sujeito identifica-se com a formação discursiva através de uma das posições-sujeitos que a compõem<sup>9</sup>.
- 3<sup>a</sup>. modalidade (a desidentificação) → aqui o sujeito do discurso, por não se identificar com a forma-sujeito da formação discursiva, rompe com essa formação e identifica-se com outra<sup>10</sup>.

Através dessas diferentes modalidades de tomada de posição – sobretudo das duas primeiras –, Pêcheux abre espaço, ainda em *Semântica e discurso* (1975), para a

---

<sup>9</sup> Aqui inicia o desdobramento da forma-sujeito em mais de uma posição-sujeito.

<sup>10</sup> Salientamos que, para que haja uma desidentificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito de uma determinada formação discursiva, é preciso ter havido antes uma identificação ou uma contra-identificação desse sujeito com essa forma-sujeito.

diferença e a desigualdade no interior da formação discursiva. Trata-se, portanto, de uma evolução teórica<sup>11</sup>.

Cabe salientar que, no texto “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977), Pêcheux também traz a diferença para dentro da formação ideológica quando afirma: “uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que nela organiza a unidade e a luta dos contrários” (1990a, p. 255)<sup>12</sup>. E mais, “trata-se, portanto, de pensar, a respeito da ideologia, a *contradição de dois mundos em um só*, uma vez que, conforme as palavras de Marx, ‘o novo nasce no antigo’, o que Lênin reformulou, dizendo: ‘um divide-se em dois’” (Op. cit., p. 257-258)<sup>13</sup>. Desse modo, pensar a contradição e a desigualdade dentro da ideologia faz igualmente pensar na heterogeneidade da formação discursiva, visto que esta sofre a determinação daquela<sup>14</sup>.

Finalmente, o efeito-sujeito – noção cunhada por Pêcheux – é um efeito que resulta da identificação do sujeito do discurso com uma determinada formação

---

<sup>11</sup> Nas primeiras reflexões da Análise do Discurso, Pêcheux define a formação discursiva como um domínio de saber fechado, no qual só há lugar para o mesmo. Eis por que falar em uma formação discursiva homogênea. Vale lembrar que, em *Semântica e discurso* (1975), Pêcheux inicialmente apresenta a noção de formação discursiva como homogênea, o que mostra a heterogeneidade da própria obra.

<sup>12</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “une idéologie est non identique à soi-même, elle n’existe que sous la modalité de la division, elle ne se réalise que dans la contradiction qui organise en elle l’unité et la lutte des contraires.”

<sup>13</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “Il s’agit donc de penser, à propos de l’idéologie, la *contradiction de deux mondes en un seul* puisque, selon le mot de Marx, ‘le nouveau naît dans l’ancien’, ce que Lénine a reformulé en disant: ‘Un se divise en deux’.”

<sup>14</sup> Uma formação discursiva heterogênea não é mais um domínio de saber fechado, no qual só há lugar para o mesmo. Trata-se, agora, de um domínio de saber cujas fronteiras instáveis – como define Courtine – provocam uma constante reformulação em seu interior. A esse respeito, rever a seção anterior “Ideologia e discurso”.

discursiva ou posição-sujeito. Trata-se de uma ilusão de sujeito, pois este pensa originar e controlar seu discurso, enquanto – na verdade – sofre o efeito da ideologia, o que faz com que apenas diga e signifique o que lhe é permitido dizer e significar do lugar no qual se encontra.

A partir da crítica a Benveniste e do deslocamento – ou melhor, descentramento – da noção de sujeito em *Análise do Discurso*, Pêcheux propõe, então, uma teoria não-subjetiva da subjetividade na busca da determinação dos processos de produção dos sujeitos e dos sentidos. Com isso, o autor procura, de um lado, recuperar a noção de homem como “animal ideológico” (1995, p. 152)<sup>15</sup> e, de outro, articular as noções de ideologia e inconsciente. Essas noções, segundo Pêcheux, caracterizam-se por

dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”. (Op. cit., p. 152-153)

E Pêcheux observa ainda que “essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente (...) em toda a filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido” (Op. cit., p. 153).

Assim como o sujeito, o sentido em AD não é, por conseguinte, uma evidência – algo que existe *a priori* –, mas um efeito do trabalho da ideologia, “um efeito ideológico” (Pêcheux, op. cit., p. 153), uma vez que “a ideologia faz parte, ou

melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 1999a, p. 46).

Para a Análise do Discurso, *o sentido* – o literal – é o sentido legitimado, cristalizado por determinadas condições de produção (CP) em uma determinada conjuntura social e histórica. Trata-se apenas de *um sentido* (um efeito de sentido possível) – o que *faz sentido* para os sujeitos inscritos em uma determinada formação discursiva – e não *do sentido*<sup>16</sup>. Afinal, como diz Pêcheux,

*o sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (...) *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.* (1995, p. 160)

O sentido, portanto, depende do lugar de quem fala. Ou seja, ao se identificar com uma determinada formação discursiva (pelo efeito da interpelação ideológica), o sujeito torna-se sujeito e significa seu dizer, produzindo, de um lado, um efeito-

---

<sup>15</sup> Noção trabalhada por Althusser.

<sup>16</sup> Vale a pena retomar aqui o exemplo de Indursky mostrado anteriormente. Tanto para o sujeito inscrito na Formação Discursiva Liberal quanto para aquele inscrito na Formação Discursiva Progressista existe apenas um sentido possível – aquele permitido por sua formação discursiva –, fazendo, todos os demais, parte do não-sentido, do inconcebível, do engano e do erro. Daí o embate, a luta pelo sentido, que se estabelece entre essas duas posições, ambas acreditando que detêm *o sentido*.



sujeito e, de outro, um efeito de sentido<sup>17</sup>. Por isso, em AD, afirma-se que sujeito e sentido constituem-se, ao mesmo tempo, no bojo de uma formação discursiva.

Essa relação com a formação discursiva faz, por sua vez, com que o sentido não possa ser qualquer um, podendo sempre ser outro. Não poderá ser qualquer um, quando estiver inscrito em uma determinada formação discursiva, mas sempre será outro, quando a formação discursiva for outra ou, ainda, quando suas condições de produção também forem outras. Trata-se da incompletude da linguagem: nunca se diz tudo. Desse modo, nas palavras de Orlandi:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (1999a, p. 52)

Orlandi (1999a) observa, assim, que a incompletude da linguagem relaciona-se com a estrutura do simbólico (da materialidade lingüística), o que possibilita o deslizamento de sentido, o equívoco.

Segundo Pêcheux, o equívoco resulta do encontro da língua com a história, sendo, assim, um fato incontornável. Essa concepção – de uma “língua voltada ao equívoco” (Ferreira, 2000, p. 27) – permite que o autor sustente que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (Pêcheux, 1997b, p. 53), ou melhor, que todo enunciado pode tornar-se

---

<sup>17</sup> Visto que, para a AD, o sujeito é uma ilusão e o *sentido*, apenas *um sentido*.

outro, deslocando-se discursivamente de seu sentido. É claro que esse deslocamento depende do lugar no qual o sujeito se inscreve – e aqui o histórico, o ideológico, marcam-se na língua –, mas é a estrutura da língua que faz com que isso seja possível, uma vez que o real (o impossível) está em todo lugar. Sujeito, sentido, língua e ideologia estão, portanto, entrelaçados.

Sobre essa concepção de Pêcheux, Leite afirma:

o que importa salientar aqui é o fato do objeto da Lingüística poder ser pensado como se presentificando de forma diversa em função do discurso que o sustenta. Depreende-se daí que o logicamente estável se dá como efeito de um certo funcionamento discursivo onde há regras de leitura que eliminam a equivocidade. Entretanto, independente do objeto que se configura, a língua é voltada ao equívoco, e uma vez que não há metalinguagem, as descrições necessariamente se abrem para esta dimensão do equívoco. (1994, p. 189)<sup>7</sup>

mostrando igualmente o papel central da língua na constituição do sujeito e do sentido.

---

<sup>7</sup> Ou seja, o espaço de uma formação discursiva é o espaço do logicamente estabilizado. Fora desse espaço, tem-se o universo do logicamente não-estabilizado.

## CAPÍTULO II

### DISPOSITIVO ANALÍTICO

*... para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser lingüista e deixar de  
sê-lo ao mesmo tempo.*

Jean-Jacques Courtine, “O chapéu de Clémentis”.

## Apresentação

No Capítulo II, intitulado “Dispositivo analítico”, apresentamos algumas noções da Análise do Discurso que embasam a análise que fazemos de nosso objeto de estudo – o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999 –, configurando nosso dispositivo analítico<sup>1</sup>.

Essas noções são trabalhadas ao longo das cinco diferentes seções que compõem esse capítulo. Quais sejam:

- “Condições de produção do discurso”;
- “Enunciado, formulação e rede de formulações”;
- “Ressonância”;
- “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal”;
- “Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social”.

Nessas seções, procuramos não apenas retomar teoricamente as noções de **condições de produção, enunciado, formulação, rede de formulações, ressonância, memória discursiva, esquecimento, discurso transversal, porta-voz, discurso jornalístico e discurso social**, mas também refletir sobre elas a partir de nosso corpus discursivo. O que fazemos, ao final de cada seção, sob o subtítulo: “Trazendo a noção de ... para a análise”. Com isso, ainda nesse capítulo, buscamos a análise.

Vale dizer que – nesse movimento teoria-análise – percebemos, em relação a certas noções, a necessidade de alguns deslocamentos teóricos que tentamos

---

<sup>1</sup> Salientamos que, em AD, cada pesquisa define seu próprio dispositivo analítico.

aprofundar no Capítulo III – “Análise”, tanto na análise de cada um dos recortes apresentados como na seção “Repensando a teoria a partir da análise”. Isso mostra como, em AD, a análise faz com que a teoria seja constantemente repensada, completando-se um movimento pendular teoria-análise-teoria. As noções a respeito das quais efetuamos deslocamentos teóricos são as de **condições de produção, rede de formulações e ressonância**.

Passamos, então, à discussão dessas noções que configuram nosso *Dispositivo analítico*. Vamos lá!

## Condições de produção do discurso

Pêcheux formula a noção de **condições de produção do discurso**<sup>1</sup>, no texto “Análise automática do discurso (AAD-69)”, datado de 1969, a partir da crítica que faz, de um lado, ao esquema reacional proposto por Skinner e, de outro, ao esquema informacional da comunicação proposto por Jakobson. Tanto um esquema como outro objetivam fazer uma “descrição *extrínseca* do comportamento lingüístico em geral” (Pêcheux, 1997a, p. 79), ou seja, objetivam determinar os fatores extralingüísticos que constituem o comportamento lingüístico.

O esquema reacional – esquema estímulo-resposta (S-R) ou estímulo-organismo-resposta (S-O-R) – baseia-se nas teorias psicofisiológicas e psicológicas do comportamento, sendo o que, segundo o autor, domina amplamente o pensamento lingüístico de seu tempo<sup>2</sup>. Nesse esquema, considera-se apenas o estímulo (S) realizado e a resposta (R) dele obtida, não importando o lugar ocupado pelo produtor de (S) nem pelo destinatário de (R). Em seu texto, Pêcheux mostra que essa anulação do lugar do produtor de (S) e do destinatário de (R) “é perfeitamente legítima quando a estimulação é *física* (...) e a resposta orgânica” (Op. cit., p. 80), o que não ocorre quando se trata de analisar o comportamento verbal. Diz ele:

Em uma experiência sobre o “comportamento verbal”, ao contrário, o experimentador é uma *parte da montagem*, qualquer que seja a modalidade de sua *presença*, física ou não, nas condições de produção do discurso-resposta. (Op. cit., p. 80)

---

<sup>1</sup> Daqui para frente CP.

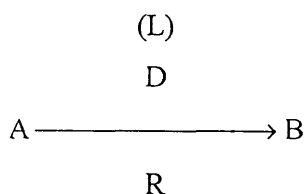
<sup>2</sup> Sobretudo, americano.

Desse modo, para Pêcheux, não há como separar o produtor de (S) do estímulo por ele produzido nem apagar sua relação com o objeto. Por isso, o produtor de (S) faz parte das CP do discurso-resposta, ou seja, de (R). Pêcheux – citando Moscovici e Plon – salienta ainda que esse esquema, ao examinar o comportamento humano e, mais especificamente, o comportamento lingüístico, exclui a ação das regras e das normas existentes entre os indivíduos, além de minimizar a dimensão simbólica da linguagem e seu papel na própria constituição dessas regras e normas. Eis por que o autor refuta esse esquema, uma vez que “implica excessivos ‘esquecimentos’ teóricos” (Op. cit., p. 81) para ser conservado.

Por sua vez, o esquema informacional envolve muito mais do que apenas o estímulo (S) e sua resposta (R). Nele, entram em jogo os protagonistas do discurso (destinador e destinatário), seu referente, o código lingüístico utilizado, o contato estabelecido e a mensagem emitida, conforme explica Jakobson:

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um *contexto* ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um *código*, comum ou ao menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um *contacto*, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação. (Jakobson apud Pêcheux, op. cit., p. 81)

Resultando, assim, no seguinte:



onde,

A: destinador;

B: destinatário;

R: referente;

(L): código lingüístico utilizado por A e B;

→: contato estabelecido entre A e B;

D: mensagem emitida por A para B.

A língua, nesse esquema, é um código<sup>3</sup> que serve para a transmissão de informação entre A e B. E A e B, por sua vez, são indivíduos empíricos<sup>4</sup>. Pêcheux, no entanto, igualmente critica e ressignifica esse esquema<sup>5</sup>, pois, para o autor, A e B não são pontos ocupados por indivíduos, mas por sujeitos<sup>6</sup> que se identificam com um determinado lugar na estrutura de uma dada formação social. Por outro lado, prefere

---

<sup>3</sup> Sendo, portanto, transparente. Ou seja, nessa perspectiva, não há espaço – por exemplo – para ambigüidades ou mal-entendidos. Acredita-se que os sentidos estão postos, são dados por A, bastando que B os decodifique. Trabalha-se, desse modo, com a noção de sentido literal.

<sup>4</sup> Como se pode ver, o esquema proposto por Jakobson – ao contrário do proposto por Skinner – considera, mesmo que de certo modo, a linguagem e, ainda que também avance ao colocar em cena os protagonistas do discurso, permanece não se preocupando com o lugar que estes ocupam nem com o que isso implica.

<sup>5</sup> Embora seja dele que parta para determinar os elementos estruturais das CP do discurso.

<sup>6</sup> Salientamos que, na AAD-69, Pêcheux não se refere à noção de sujeito, mas de lugar social, vindo a falar sobre a necessidade de uma teoria do sujeito – uma teoria não-subjetiva da subjetividade – em “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (1975, texto escrito com Fuchs), teoria que desenvolve em *Semântica e discurso* (1975). Sobre a noção de sujeito em AD, ver o Capítulo I da presente pesquisa.



falar não de mensagem, mas de discurso, o que “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Op. cit., p. 82). Com isso, Pêcheux faz um significativo deslocamento teórico, trazendo a reflexão sobre as CP do discurso para o campo da AD<sup>7</sup>.

A partir, então, da revisão e da crítica aos esquemas propostos por Skinner e Jakobson – sobretudo a partir da discussão crítica do esquema informacional –, Pêcheux retoma seu texto explicitando quais elementos fazem parte das CP do discurso.

Segundo o autor, as CP do discurso referem-se às representações imaginárias que os sujeitos têm das diversas instâncias do processo discursivo<sup>8</sup>. Trata-se de representações imaginárias porque os lugares com os quais os sujeitos colocados em A e B se identificam não se encontram representados no processo discursivo tal como existem no mundo (situações objetivamente definíveis), mas transformados, ou seja, estão presentes, mas refletindo as posições imaginárias (representações das situações) desses sujeitos. Como defende Pêcheux,

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se

---

<sup>7</sup> Onde não se fala em indivíduo, mas em sujeito, onde não se acredita em sentido literal, mas em efeito de sentidos e, finalmente, onde a língua não é um mero código, mas uma materialidade através da qual se percebe o discurso. Vale dizer, contudo, que não se substitui simplesmente um termo pelo outro, mas que se passa de um campo a outro do saber. Nesse deslocamento, os conceitos ganham, portanto, uma diferente espessura teórica: a da AD.

<sup>8</sup> Para Pêcheux, o processo discursivo designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (1995, p. 161).

atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (1997a, p. 82)<sup>9</sup>

Assim, para examinar essas formações imaginárias em relação aos protagonistas do discurso A e B, Pêcheux elabora o seguinte esquema:

A	$I_A(A) \rightarrow$ imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A “Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B) \rightarrow$ imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B) \rightarrow$ imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B “Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A) \rightarrow$ imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B “Quem é ele para que me fale assim?”

No entanto, as CP do discurso não se restringem à imagem que os protagonistas do discurso, A e B, fazem de si e do outro. Elas também englobam a imagem que A e B têm do referente (R) – da situação, do contexto no qual o discurso se insere:

---

<sup>9</sup> O autor acrescenta ainda ser bastante provável que a correspondência entre situações e posições não seja biunívoca, o que faz com que diferentes situações possam corresponder a uma mesma posição e que, do mesmo modo, uma mesma situação possa ser representada por diversas posições. Isso porque o imaginário mobilizado pelo sujeito depende da formação discursiva ou da posição-sujeito na qual ele se inscreve.

A	$I_A(R) \rightarrow$ ponto de vista de A sobre R “De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R) \rightarrow$ ponto de vista de B sobre R “De que ele me fala assim?”

Mais uma vez, não se trata de representar o referente tal como este existe no mundo (a realidade física, objetiva), mas de vislumbrá-lo como um “*objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito” (Pêcheux, op. cit., p. 83)<sup>10</sup>.

Por fim, Pêcheux completa os elementos que constituem as CP do discurso trazendo para seu esquema a antecipação que A faz das representações do outro, ou seja, como A representa para si:

- a) as representações de B sobre ele mesmo, A;
- b) as representações de B sobre si mesmo;
- c) as representações de B sobre R<sup>11</sup>.

Essa antecipação das representações de B por A depende, conforme afirma o autor, da distância que A supõe haver entre ele e B, sendo o que vai determinar a estratégia de seu discurso<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> O referente, por conseguinte, assim como os sujeitos colocados em A e B, é construído discursivamente, sendo seu sentido determinado pela formação discursiva ou pela posição-sujeito na qual o sujeito que dele fala se inscreve.

<sup>11</sup> O mesmo ocorre com B em relação a A.

<sup>12</sup> É importante aqui comentar que Pêcheux foi severamente criticado por apresentar nessas formulações sobre as CP do discurso: um sujeito bastante consciente – que domina e controla seu dizer –, uma vez que se faz perguntas e pensa em estratégias discursivas. Por isso, em *Semântica e discurso* (1975), o autor abandona a noção de formações imaginárias e passa a mobilizar a de posição-sujeito, noção cunhada por Foucault, mas que, em AD, também sofre deslocamentos. A esse respeito, contudo, salientamos que, no Brasil, continua-se trabalhando com a noção de formações imaginárias, marcando, porém, o atravessamento do sujeito pelo inconsciente e sua interpelação pela ideologia.

Pêcheux ainda sustenta que as representações imaginárias que compõem as CP do discurso

resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. (Op. cit., p. 85)

Ou seja, todo discurso deriva de outro – é atravessado pelo já-dito e pelo já-ouvido que lhe serve de matéria-prima – e aponta para um novo discurso, cada um tendo suas próprias CP e significando em relação a essas próprias CP<sup>13</sup>. O processo discursivo não tem, portanto, nem origem nem fim.

Por outro lado, o autor também observa que

em um estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem este estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo. (Op. cit., p. 86)

---

<sup>13</sup> Daí por que não se pode analisar um discurso como um texto – objeto fechado sobre si mesmo –, mas devendo “referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, op. cit., p. 79).

Existem, desse modo, relações de força entre os elementos que compõem as CP de um discurso, o que provoca diferentes relações de sentido – efeitos de sentido – dependendo do elemento que se sobrepõe em relação aos demais<sup>14</sup>.

Através da análise das CP, pode-se, então, identificar a conjuntura na qual um discurso é produzido e determinar a que formação discursiva ou posição-sujeito ele pertence. A noção de CP, por conseguinte, mostra como o sujeito da AD distancia-se do sujeito da Teoria da Enunciação, uma vez que seu dizer não se origina nele mesmo, mas em outro lugar com o qual ele se identifica e a partir do qual enuncia – a formação discursiva.

### **Trazendo a noção de condições de produção para a análise**

Considerando, assim, a noção de CP proposta por Pêcheux, podemos – em relação ao discurso que nos propomos analisar: o discurso jornalístico de *Zero Hora* sobre o Governo Olívio Dutra, tendo em vista a questão das montadoras de automóveis Ford e GM no Estado do Rio Grande do Sul – formular as seguintes perguntas:

- a) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz de si mesmo ( $I_A(A)$ )?
- b) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz do Governo Olívio Dutra – que é não só referente de seu discurso ( $I_A(R)$ ), mas também seu interlocutor ( $I_A(B)$ )?

---

<sup>14</sup> Alterando-se as CP de um discurso ou a relação de força entre seus elementos, alteram-se também seus efeitos de sentido.

- c) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz de seus leitores – que são seus interlocutores ( $I_A(B)$ )?
- d) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz das montadoras de automóveis Ford e GM – que são o referente de seu discurso ( $I_A(R)$ )?

Com isso, teremos os quadros:

ZH (A)	$I_{ZH}(ZH) \rightarrow$ imagem do lugar de ZH para si mesma “Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_{ZH}(\text{Governo Olívio Dutra}) \rightarrow$ imagem do lugar do Governo Olívio Dutra (B) para ZH “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
	$I_{ZH}(\text{leitor}) \rightarrow$ imagem do lugar do leitor (B) para ZH “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

ZH (A)	$I_{ZH}(\text{Governo Olívio Dutra}) \rightarrow$ ponto de vista de ZH sobre o Governo Olívio Dutra (R) “De que lhe falo assim?”
	$I_{ZH}(\text{montadoras}) \rightarrow$ ponto de vista de ZH sobre as montadoras (R) “De que lhe falo assim?”

Observamos, nesse ponto, que nos limitaremos – no presente estudo – à análise das formações imaginárias de *Zero Hora* (A), pois trabalhamos apenas com o discurso desse jornal sobre a questão das montadoras no Estado. Por conseguinte, em nossos recortes, o Governo Olívio Dutra não é interlocutor de *Zero Hora* (B)<sup>15</sup>, mas referente de seu discurso (R), como as montadoras de automóveis Ford e GM<sup>16</sup>. *Zero*

<sup>15</sup> Uma vez que não olhamos para o discurso do Governo Olívio Dutra a respeito da mesma questão.

<sup>16</sup> É claro que também constituem as CP desse discurso, de um lado, a imagem que ZH (A) faz da imagem que o Governo Olívio Dutra (B) faz de ZH –  $I_A(I_B(A))$  –, de outro, a imagem que ZH faz da imagem que esse governo faz dele mesmo –  $I_A(I_B(B))$  – e, finalmente, a imagem que ZH faz da

*Hora* (A) tem, desse modo, dois referentes diversos: o Governo Olívio Dutra (R01) e as montadoras de automóveis (R02). Saliencamos ainda que, além de R01 e R02 – referentes explícitos –, *Zero Hora* (A) mobiliza em seu discurso um outro referente, um referente implícito: o Governo Antônio Britto (R03), que se encontra recalçado, silenciado, no interdiscurso e que determina – de fora, pelo viés do discurso transversal – a imagem que *Zero Hora* tem tanto do Governo Olívio Dutra quanto das montadoras Ford e GM<sup>17</sup>. Teremos, então, os esquemas:

ZH (A)	I <sub>ZH</sub> (Governo Olívio Dutra) → ponto de vista de ZH sobre o Governo Olívio Dutra (I <sub>A</sub> (R01)) “De que lhe falo assim?”	referentes explícitos (R01 e R02)
	I <sub>ZH</sub> (montadoras) → ponto de vista de ZH sobre as montadoras (I <sub>A</sub> (R02)) “De que lhe falo assim?”	
	I <sub>ZH</sub> (Governo Antônio Britto) → ponto de vista de ZH sobre o Governo Antônio Britto (I <sub>A</sub> (R03)) “De que lhe falo assim?”	referente implícito (R03)

---

imagem que esse governo faz das montadoras (R) – I<sub>A</sub>(I<sub>B</sub>(R)). Entretanto, como não analisaremos o discurso de B (Governo Olívio Dutra), as antecipações de A em relação a B não serão consideradas.

<sup>17</sup> Nesse sentido, propomos um deslocamento em relação ao que Pêcheux apresenta sobre o referente na noção de CP do discurso. A esse respeito, conferir a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do Capítulo III.

ZH (A)	$I_{ZH}(ZH) \rightarrow$ imagem do lugar de ZH (A) para si mesma “Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_{ZH}(\text{leitor}) \rightarrow$ imagem do lugar do leitor (B) para ZH <sup>18</sup> “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

Com esses esquemas, procuraremos – nos diversos recortes analisados no Capítulo III – determinar as CP do discurso de *Zero Hora* e, a partir disso, a que formação discursiva esse discurso pertence e o que isso implica. Lembramos, contudo, que as formações imaginárias que constituem essas CP não são da ordem do consciente, mas do inconsciente. Assim, o sujeito colocado em A não origina nem controla seu dizer, visto que sofre, de um lado, o atravessamento do inconsciente e, de outro, a interpelação da ideologia<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Nessa pesquisa, não nos deteremos em B (leitor) nem nas antecipações de B por A (ZH), uma vez que nosso corpus discursivo é formado por seqüências discursivas retiradas da capa e do editorial de *Zero Hora* como mostraremos na seção “Refletindo sobre a metodologia e o corpus em Análise do Discurso” do Capítulo III. No entanto, percebemos que, assim como outros espaços de *Zero Hora*, as seções “Palavra do Leitor” e “Sobre ZH” apenas reproduzem a voz do jornal. A esse respeito, conferir a nota 7 da seção anteriormente indicada e a nota 17 da seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” deste capítulo.

<sup>19</sup> Rever a nota 12 da presente seção.



## Enunciado, formulação e rede de formulações

Em seus textos “Analyse du discours politique” (1981) e “Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours” (1982), Courtine retoma a noção de **enunciado** trabalhada por Foucault em *Arqueologia do saber* (1969) e a desloca para seu campo de estudo, uma vez que, segundo o autor, falta em AD “uma concepção especificamente discursiva do enunciado” (1981, p. 41)<sup>1</sup>.

Como mostra Courtine, Foucault situa o enunciado em uma perspectiva discursiva ao diferenciá-lo de unidades como a frase, a proposição e o ato de fala, que pertencem, respectivamente, ao campo da gramática, da lógica e da Escola Analítica (da Pragmática). Diz Foucault:

o enunciado não é uma unidade do mesmo tipo que a frase, a proposição, ou o ato de fala; ele não depende, portanto, dos mesmos critérios; mas também não é uma unidade como poderia ser um objeto material tendo seus limites e sua independência. Ele é, em seu modo de ser singular (nem totalmente lingüístico nem exclusivamente material), indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de fala; e para que se possa dizer se a frase está correta (ou é aceitável, ou interpretável), se a proposição

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “une conception spécifiquement discursive de l’énoncé.” Vale dizer que Pêcheux não fala em enunciado, mas em preconstruído (noção desenvolvida no Capítulo I deste trabalho).

é legítima e bem formada, se o ato preenche os requisitos e se foi bem realizado. (1969, p. 114-115)<sup>2</sup>

Por outro lado, Foucault também salienta que o enunciado não se confunde com a língua (um sistema de signos), ainda que seja composto por signos que só podem ser definidos, em sua individualidade, a partir de um sistema lingüístico natural ou artificial.

Desse modo, para Foucault,

ao invés de um elemento entre outros, ao invés de um recorte localizável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente em relação a essas diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas aí estão presentes ou não. (Op. cit., p. 115)<sup>3</sup>

Ou seja, o enunciado não é uma unidade que pode ser determinada por critérios estruturais, mas uma função; função esta que “atravessa um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz surgir, com conteúdos concretos, no tempo e no

---

<sup>2</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “l'énoncé n'est pas une unité du même genre que la phrase, la proposition, ou l'acte de langage; il ne relève donc pas des mêmes critères; mais ce n'est pas non plus une unité comme pourrait l'être un objet matériel ayant ses limites et son indépendance. Il est, dans son mode d'être singulier (ni tout à fait linguistique, ni exclusivement matériel), indispensable pour qu'on puisse dire s'il y a ou non phrase, proposition, acte de langage; et pour qu'on puisse dire si la phrase est correcte (ou acceptable, ou interprétable), si la proposition est légitime et bien formée, si l'acte est conforme aux requisits et s'il a été bel et bien effectué.”

<sup>3</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “Plutôt qu'un élément parmi d'autres, plutôt qu'une découpe repérable à un certain niveau d'analyse, il s'agit plutôt d'une fonction qui s'exerce verticalement par rapport à ces diverses unités, et qui permet de dire, à propos d'une série de signes, si elles y sont présentes ou non.”

espaço” (Op. cit., p. 115)<sup>4</sup>. Trata-se, por conseguinte, de uma regularidade que se encontra na dispersão, um objeto des-linearizado e de-sintagmatizado que constitui o que Foucault define como formação discursiva: um “princípio de dispersão e de divisão, não das formulações, não das frases, não das proposições, mas dos enunciados” (Op. cit., p. 141)<sup>5</sup> que regula o que pode e deve ser dito<sup>6</sup>.

Courtine observa, no entanto, que Foucault – embora afirme que o enunciado não seja “nem totalmente lingüístico nem exclusivamente material” – mantém desarticuladas a materialidade da língua e a materialidade do discurso (1981, p. 41), vindo, assim, de encontro aos pressupostos da AD. Eis por que o autor propõe olhar diferentemente a noção de enunciado, articulando o que Foucault separa: o discursivo e o ideológico<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “croise un domaine de structures et d’unités possibles et qui les fait apparaître, avec des contenus concrets, dans le temps et l’espace.”

<sup>5</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “principe de dispersion et de répartition, non des formulations, non des phrases, non des propositions, mais des énoncés.”

<sup>6</sup> Em Foucault, a formação discursiva corresponde ao nível máximo de des-linearização dos enunciados, visto que o autor não fala em interdiscurso como Pêcheux e Courtine.

<sup>7</sup> A AD busca em Foucault algumas de suas noções teóricas – como, por exemplo, as de formação discursiva e de enunciado –, deslocando-as para seu campo específico, uma vez que este autor não considera, em suas reflexões, o ideológico. Ao buscar Foucault, portanto, a AD dele se afasta largamente. Sublinhamos, contudo, que, mesmo não falando em ideologia, Foucault abre *janelas* para que se possa pensar por esse viés, como na passagem: “não existe enunciado *em geral*, enunciado *livre*, *neutro e independente*; mas sempre um enunciado *fazendo parte de uma série ou de um conjunto, tendo um papel no meio dos demais, apoiando-se neles e deles se distinguindo*” (Foucault, 1969, p. 130, grifos nossos). Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “il n’y a pas d’énoncé en général, d’énoncé libre, neutre et indépendant; mais toujours un énoncé faisant partie d’une série ou d’un ensemble, jouant un rôle au milieu des autres, s’appuyant sur eux et se distinguant d’eux.” Talvez Foucault não entre no ideológico porque, em *Arqueologia do saber*, não lhe interessa refletir sobre o discurso social – como faz a AD –, mas sim sobre a compartimentalização do saber.

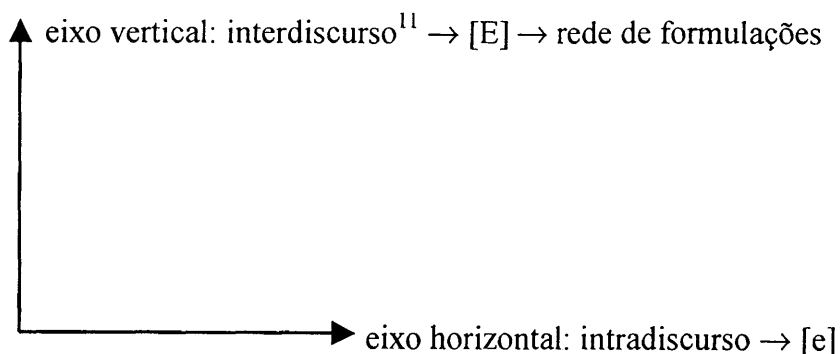
Para Courtine, então, o enunciado – [E] – consiste em “uma forma, ou um esquema geral, que governa a ‘repetibilidade’ no interior de uma *rede* de formulações” (1982, p. 250)<sup>8</sup>. E, por **rede de formulações**, o autor concebe “um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações que constituem as tantas reformulações possíveis de [E]”, acrescentando que essa “estratificação ou desnivelação das formulações remete à dimensão *vertical* (ou interdiscursiva) de um [E] como rede de formulações” (Op. cit., p. 250)<sup>9</sup> que se opõe a uma dimensão horizontal (ou intradiscursiva) na qual se encontra o que Courtine define como enunciação ou **formulação** – [e] –, “ou seja, uma seqüência lingüística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de [E] no interior de uma rede de formulações e que vem marcar a presença de [E] no intradiscurso de uma seqüência discursiva dominada por uma FD da qual [E] é um elemento de saber” (Op. cit., p. 251)<sup>10</sup>. A partir do que, tem-se o esquema:

---

<sup>8</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “une forme, ou un schéma général, qui gouverne la ‘répétabilité’ au sein d’un *réseau* de formulations.”

<sup>9</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “un ensemble stratifié ou dénivéle de formulations, qui constituent autant de reformulations possibles de [E]” e “stratification ou dénivellation des formulations renvoie à la dimension *verticale* (ou interdiscursive) d’un [E] comme réseau de formulations.”

<sup>10</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “c’est-à-dire une séquence linguistique (de dimension syntagmatique inférieure, égale ou supérieure à une phrase) qui est une reformulation possible de [E] au sein d’un réseau de formulations et qui vient marquer la présence de [E] dans l’intradiscours d’une séquence discursive dominée par une FD dans laquelle [E] est un élément de savoir.”



Com isso, Courtine distancia-se de uma concepção linguística de enunciado, passando a trabalhar com uma concepção essencialmente discursiva. Assim como em Foucault, o enunciado – [E] – não é, para Courtine, uma frase, uma proposição ou um ato de fala<sup>12</sup>, mas um esquema geral, próprio ao saber de uma formação discursiva,

<sup>11</sup> No eixo vertical, localiza-se também a formação discursiva, que sofre a determinação do interdiscurso.

<sup>12</sup> Em *Arqueologia do saber*, Foucault também diferencia o enunciado da enunciação ou da formulação. Segundo o autor, o enunciado é da ordem do repetível, enquanto a enunciação não o é: “A enunciação é um acontecimento que não se repete; ela tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. (...) [Por sua vez, o enunciado] é uma forma que é indefinidamente repetível e que pode dar lugar às mais dispersas enunciações. Ora, o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse puro acontecimento da enunciação, pois, apesar de sua materialidade, ele pode ser repetido” (1969, p. 133-134). Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “L’énonciation est un événement qui ne se répète pas; elle a une singularité située et datée qu’on ne peut pas réduire. (...) c’est une forme qui est indéfiniment répétable et qui peut donner lieu aux énonciations les plus dispersées. Or l’énoncé lui-même ne peut être réduit à ce pur événement de l’énonciation, car malgré sa matérialité, il peut être répété.” Nesse sentido, Foucault e Courtine não se afastam completamente, ainda que o primeiro não relacione, de um lado, enunciado e interdiscurso e, de outro, formulação e intradiscurso. Vale dizer, no entanto, que Courtine faz uma crítica à concepção de enunciado em Foucault dizendo que esta se confunde com a de formulação, não sendo, por conseguinte, bem fixada: “Os dois níveis de descrição de uma FD, diferenciados na relação enunciado/enunciação, são confundidos na definição do enunciado a partir de seu domínio associado” (1981, p. 47). Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “Les deux niveaux de description d’une FD, distingués dans le rapport énoncé/énonciation, sont confondus dans la définition de l’énoncé à partir de son domaine associé.” Conforme Courtine, isso se deve à concepção de sujeito defendida por Foucault: uma forma vazia inscrita junto ao

que regula a repetibilidade dentro de uma rede de formulações vertical. Esse esquema geral, portanto, não está linearizado, sintagmatizado em uma determinada seqüência discursiva, o que apenas ocorre quando do eixo vertical (eixo do interdiscurso) entra-se no eixo horizontal (eixo do intradiscurso), tendo-se, então, não mais um [E], mas uma dada [e], ou melhor, uma das possíveis formas de se linearizar, sintagmatizar um [E] e marcar no intradiscurso a presença do interdiscurso através de um preconstruído. É na horizontalidade, no fio do discurso, desse modo, que o discurso estabelece o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1997b, p. 17).

A releitura que Courtine propõe da noção de enunciado em Foucault fixa-se, por conseguinte, de um lado, no estabelecimento de dois diferentes níveis na descrição de uma formação discursiva – o do enunciado e o da formulação –, articulando interdiscurso e intradiscurso, e, de outro, na definição do interdiscurso como o elemento teórico central dessa articulação. Tendo-se, então, o esquema:

enunciado: [E]

esquema geral (saber não-linearizado, não-sintagmatizado) que se localiza no interdiscurso ou na FD – na verticalidade – e que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações vertical

↓ determinando

formulação: [e]

seqüência discursiva (saber linearizado, sintagmatizado) que se localiza no intradiscurso – na horizontalidade – e que corresponde a uma das

---

enunciado podendo ser ocupada por locutores intercambiáveis. Não compartilhamos dessa crítica, pois Foucault não trata do enunciado lingüístico, mas do discursivo, não havendo, assim, nesse autor, uma sobreposição entre enunciado e enunciação/formulação. Quanto a sua concepção de sujeito, dela nos afastamos como Pêcheux e Courtine (ver o Capítulo I do trabalho).

possíveis reformulações de [E], ou seja, a uma das possíveis formas de se linearizar, sintagmatizar um determinado [E] no fio do discurso

### **Trazendo as noções de enunciado, formulação e rede de formulações para a análise**

Partindo, então, das noções de enunciado, formulação e rede de formulações elaboradas por Courtine, podemos – tendo em vista nossos recortes discursivos – tecer as considerações que seguem:

- a) No Recorte 01, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do Governo Olívio Dutra (R01) em relação às montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos no eixo vertical – no eixo da PSZH – um enunciado [E] que mostra o impasse entre os referentes R01 e R02<sup>13</sup>. Esse [E] aparece no eixo horizontal – eixo do intradiscurso de ZH – linearizado, sintagmatizado, através de diferentes formulações [e] apresentando os itens lexicais: *impasse, conflito, confronto, pendência, atrito, desentendimento, desencontro, divergência, discórdia*.
- b) No Recorte 02, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre os projetos, no Estado, das montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos no eixo vertical – no eixo da PSZH – um enunciado [E] que mostra a qualidade dos

---

<sup>13</sup> Nesse caso: [E] = [impasse entre R01 e R02] → “n” [e]

onde [E] = [impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM]. Salientamos que, através dessa formalização, procuramos representar todas as formulações [e] possíveis a partir de [E].

projetos de R02 segundo A<sup>14</sup>. Esse [E] aparece no eixo horizontal – eixo do intradiscurso de ZH – linearizado, sintagmatizado, através de diferentes formulações [e] apresentando os adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação: *fundamentais, grandes, essenciais, audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar do mundo, um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século* – em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto*.

- c) No Recorte 03, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do povo gaúcho a respeito das tratativas entre o Governo Olívio Dutra (R01) e as montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos no eixo horizontal – eixo do intradiscurso de ZH – apenas a voz de **povo gaúcho 01**<sup>15</sup> linearizada, sintagmatizada, através de diferentes formulações [e] apresentando os itens lexicais: *povo gaúcho, coletividade gaúcha, sociedade gaúcha, população gaúcha, gaúchos, sociedade, população, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e de cidadãos, cidadãos rio-grandenses, bem como interesse público, interesse social, interesse do Rio Grande, interesse do Estado, interesse presente e futuro do Rio Grande, interesses maiores do Estado, interesses gerais e interesses do Estado*.
- d) Em cada um desses recortes, identificamos diferentes redes de formulações que se localizam, de um lado, no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – ou seja, na

---

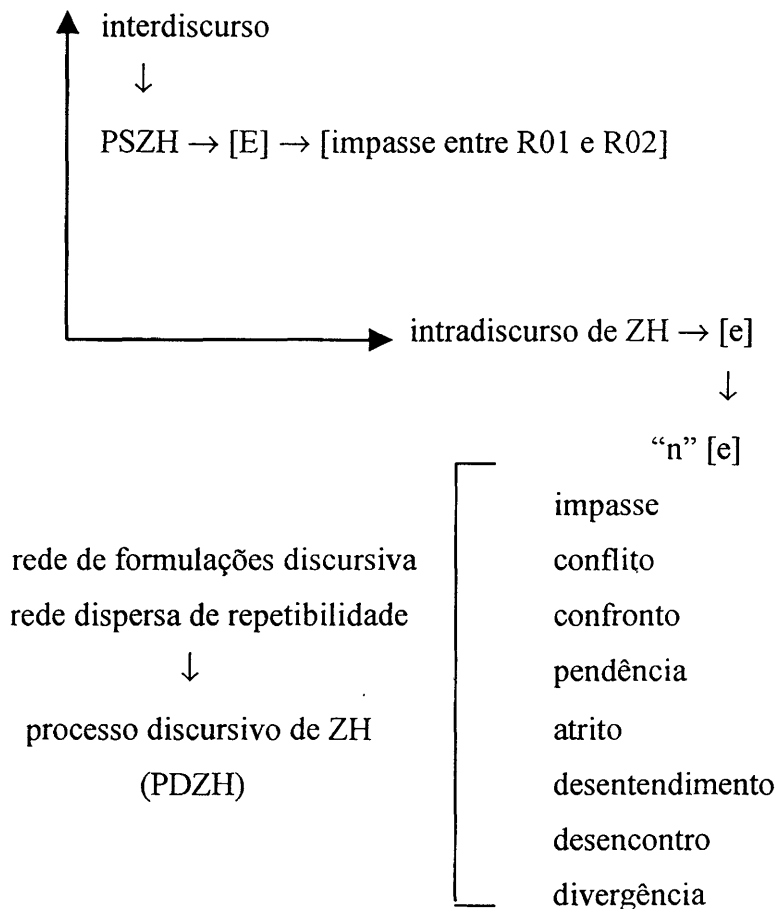
<sup>14</sup> Nesse caso: [E] = [qualidade dos projetos de R02 segundo A] → “n” [e]

onde [E] = [qualidade dos projetos das montadoras de automóveis Ford e GM segundo *Zero Hora*]. Salientamos que, através dessa formalização, procuramos representar todas as formulações [e] possíveis a partir de [E].



verticalidade do discurso – e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora* – ou seja, na horizontalidade do discurso. Trata-se, respectivamente, do que denominamos *rede de formulações discursiva* e *rede de formulações intradiscursiva*<sup>16</sup>. Essas redes de formulações discursivas, por sua vez, instauram uma rede dispersa de repetibilidade que caracteriza o PDZH no período por nós examinado, conforme apontamos, por exemplo, nos esquemas abaixo:

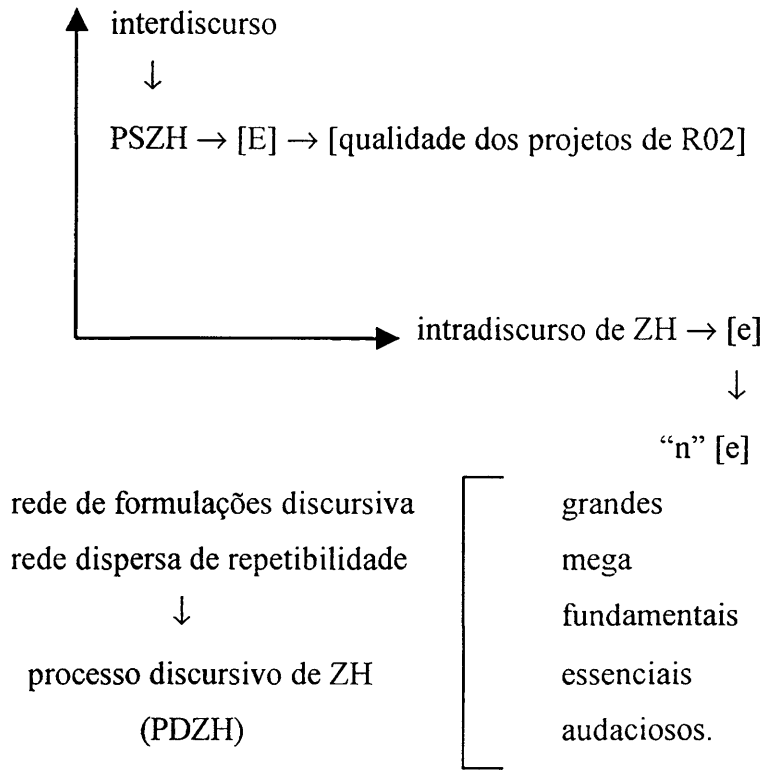
Recorte 01



<sup>15</sup> O referente **povo gaúcho 01** remete a todos os que desejam o pleno cumprimento dos contratos entre governo e montadoras.

<sup>16</sup> Nesse sentido, propomos um deslocamento em relação a Courtine, que localiza a noção de rede de formulações apenas no interdiscurso. A esse respeito, conferir a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do Capítulo III.

Recorte 02



Com isso, queremos dizer que, tanto o impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras quanto a qualidade dos projetos das montadoras segundo *Zero Hora*, só podem ser percebidos através dessas redes de formulações. Ou seja, se analisarmos o conjunto de formulações que formam o processo discursivo do jornal.

No Capítulo III, examinaremos essas redes de formulações discursivas e intradiscursivas no discurso de *Zero Hora* e os efeitos de sentido que provocam.

## Ressonância

A noção de **ressonância**, desenvolvida por Serrani, encontra-se no livro *A linguagem na pesquisa sociocultural*<sup>1</sup>, no qual a autora se propõe a estudar mais detalhadamente um dos processos que fundamentam a produção da linguagem: o processo parafrástico.

Serrani parte, desse modo, da distinção apresentada por Orlandi<sup>2</sup> entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre a repetição e a ruptura. Na repetição, tem-se o mesmo – a paráfrase. Na ruptura, tem-se o diferente – a polissemia. Paráfrase e polissemia são, por conseguinte, processos discursivos que se confrontam, limitam, configurando o funcionamento da linguagem. O primeiro, “matriz do sentido”, faz com que se retorne a um mesmo espaço dizível e se cristalize o dizer; o segundo, “fonte do sentido”, faz com que se rompa com o institucionalizado e se instaure o novo<sup>3</sup>, sendo “a própria condição de existência da linguagem”<sup>4</sup> (Orlandi, 1996a, p. 137). Esses processos mostram, assim, a tensão constante entre o mesmo e o diferente na constituição do dizer. Ou, como propõe Orlandi, o jogo entre *produtividade e criatividade*. E é lembrando esse jogo que Serrani centra seu estudo apenas no processo parafrástico.

---

<sup>1</sup> Livro que resulta de sua Tese de Doutorado, *A paráfrase como ressonância interdiscursiva na construção do imaginário de língua*, publicada em 1991 pelo IEL-Unicamp.

<sup>2</sup> Em *A linguagem e seu funcionamento* (1983).

<sup>3</sup> Salientamos que **matriz do sentido** e **fonte do sentido** são noções formuladas por Pêcheux e Fuchs em “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (1975). Essas noções referem-se, respectivamente, à repetição e à ruptura na produção do sentido.

<sup>4</sup> Orlandi aponta a polissemia como condição de existência da linguagem, uma vez que, se o sentido fosse sempre o mesmo, não se teria por que dizer.

Situando, então, sua reflexão em uma perspectiva discursiva – perspectiva esta que se distancia das abordagens lingüísticas da paráfrase –, a autora observa que, do ponto de vista lingüístico, a paráfrase pode ser tratada de três diferentes formas: como uma relação de sinonímia-identidade, como uma relação de não-sinonímia ou, ainda, como uma relação de sinonímia-equivalência.

No modelo da sinonímia-identidade, considera-se que duas ou mais frases superficialmente distintas são parafrásticas se, em sua estrutura profunda, apresentam um mesmo sentido. Nessa concepção, “a paráfrase é tratada como sendo exclusivamente do domínio da língua” e “o sentido é reduzido ao conteúdo informacional determinado pelo valor de verdade das proposições” (Serrani, 1997, p. 36). Trabalha-se aqui, portanto, no campo da Sintaxe (sobretudo no quadro teórico chomskiano).

O modelo da não-sinonímia, por sua vez, sustenta que “duas formas diferentes têm necessariamente um sentido lingüístico diferente”, sendo, assim, “não-sinônimas” (Op. cit., p. 37). Um mesmo sentido, nesse caso, nunca ocorre<sup>5</sup>, ou melhor, quando ocorre, só pode ser explicado em função de fatores extralingüísticos. Trabalha-se aqui, portanto, no campo da Lingüística Tradicional (filiada a Saussure), estendendo-se a biunivocidade – significado/significante – do signo lingüístico para o nível da frase.

Finalmente, no modelo da sinonímia-equivalência, centraliza-se a noção de polifonia, explorando as diferentes vozes presentes em um enunciado e, a partir disso, seus diferentes sentidos, que podem coincidir ou não com os de outros enunciados. Trabalha-se aqui, portanto, no campo da Enunciação, o que faz a paráfrase deixar de

---

<sup>5</sup> Pois um signo vale o que outro signo do sistema não vale (teoria do valor em Saussure).

ser “concebida como um fenômeno contingente para ser considerada uma das problemáticas centrais da linguagem” (Op. cit., p. 38-39).

Conforme Serrani, essas diversas abordagens lingüísticas da paráfrase – especialmente as duas primeiras – têm em comum o fato de entenderem o fenômeno parafrástico “como uma relação semântica (...) considerada *estável e universal* no interior de uma determinada comunidade lingüística” (Op. cit., p. 39), podendo ser, desse modo, definida *a priori* e desvinculada da noção de sujeito<sup>6</sup>.

Por outro lado, do ponto de vista discursivo, a autora mostra que se estuda a paráfrase “a partir da relação entre dois tipos de determinação do discurso, a saber: a das formações discursivas e a da *autonomia relativa* da língua” (Op. cit., p. 27). A paráfrase discursiva caracteriza-se, então, por ser uma noção contextual, uma vez que o sentido de uma seqüência discursiva concreta não é dado, não está posto *a priori*, mas depende tanto da determinação das regras do sistema lingüístico (do contexto lingüístico imediato no qual as formas ocorrem) quanto da determinação que essa seqüência sofre da formação discursiva na qual se inscreve (de seu contexto discursivo, ou seja, de sua relação com as outras seqüências possíveis dentro de uma mesma formação discursiva). Língua e discurso são, assim, igualmente determinantes na constituição do sentido. E a paráfrase – enquanto uma possibilidade de substituição de uma seqüência discursiva por outra – passa a ser considerada em AD como “constitutiva dos processos de produção de efeitos de sentido” (Op. cit., p. 27).

Serrani ressalta, contudo, que Pêcheux não opõe, em seus textos, as noções de paráfrase lingüística e paráfrase discursiva. Como observa a autora, Pêcheux limita-se a distinguir

---

<sup>6</sup> Eis por que essas abordagens se contrapõem a uma abordagem discursiva.

entre uma “concepção puramente sintática” de paráfrase, a qual pressupõe uma unidade não-contraditória do sistema da língua, oposta à que ele denomina uma “concepção histórico-discursiva” de paráfrase, na qual se destaca a necessária inscrição dos funcionamentos parafrásticos nas formações discursivas historicamente dadas. (Op. cit., p. 27)<sup>7</sup>

Retomando, então, a concepção de paráfrase em AD, Serrani formula sua própria noção. Para a autora,

há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. (Op. cit., p. 47)

---

<sup>7</sup> Serrani também salienta que outros autores – Henry e Courtine, por exemplo – empregam a noção de paráfrase discursiva, referindo-se a uma concepção histórico-discursiva, sem opô-la a uma noção de paráfrase lingüística, mas a uma concepção puramente sintática como faz Pêcheux. Desse modo, a noção de paráfrase em AD diz respeito aos “funcionamentos parafrásticos das unidades lingüísticas no discurso” (Op. cit., p. 43), ou melhor, ao jogo de substituições que se instaura entre essas unidades e que sempre aponta para a repetição de um mesmo sentido no interior de uma formação discursiva historicamente determinada. Vale dizer que não se trabalha mais aqui entendendo a paráfrase como uma relação semântica estável e universal, que pode ser previamente definida e desvinculada da noção de sujeito. Passa-se, por conseguinte, do domínio dos universos discursivos logicamente estabilizados (campo da Lingüística) para o dos universos discursivos logicamente não-estabilizados (campo da AD) conforme Pêcheux. Salientamos, no entanto, que – embora Pêcheux (e, por conseguinte, Henry e Courtine) não use os termos *paráfrase discursiva* e *paráfrase lingüística* – essas noções já se encontram em suas formulações, o que é o mais importante. Acreditamos, assim, que a crítica de Serrani a esses autores não procede.

Através da noção de **ressonância**, Serrani acredita trazer para a concepção de paráfrase o sujeito da linguagem,

pois ela sempre ressoa para alguém, tanto na dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção para a qual é fundamental o domínio das formações imaginárias), quanto para a dimensão do sujeito, no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o do lugar de exercício da função enunciativa em uma formação discursiva. (Op. cit., p. 47)

Com isso, a autora localiza a paráfrase na verticalidade do discurso, onde entram em cena não apenas o discurso do sujeito que enuncia<sup>8</sup>, mas também os “discursos-outros, como espaços virtuais de leitura do enunciado ou seqüência descrita” (Op. cit., p. 47). Nesse sentido, fala-se em *paráfrase* quando as unidades que constituem um determinado sentido ressoam significativamente no interdiscurso – no eixo da verticalidade –, vindo a se concretizar no intradiscurso – no eixo da horizontalidade – de diferentes formas. Por isso, Serrani diferencia a paráfrase de outras noções afins – como as de *glosa* e *reformulação*.

Segundo a autora, essas três noções – paráfrase, glosa e reformulação – referem-se todas à repetição, à reiteração, de unidades distintas na construção imaginária de um mesmo sentido, mas encontram-se em diferentes níveis de análise. A paráfrase pertence ao nível do interdiscurso, a glosa “situa-se na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso” e a reformulação, “com seus diversos mecanismos de

---

<sup>8</sup> A partir de sua inscrição em uma ou outra formação discursiva ou posição-sujeito.

realização, corresponde ao nível do intradiscurso” (Op. cit., p. 46), o que resulta no quadro:

<b>Repetição, reiteração, de unidades distintas na construção imaginária de um mesmo sentido</b>	<b>Nível de análise<sup>9</sup></b>
paráfrase (ressonância)	interdiscurso
glosa	intradiscurso – interdiscurso
reformulação	intradiscurso

Serrani propõe ainda que a paráfrase (enquanto ressonância interdiscursiva de significação) pode ser metodologicamente identificada através de dois tipos de ressonâncias: de um lado, as que envolvem unidades específicas – ou seja, o funcionamento parafrástico de unidades como itens lexicais e frases nominais – e, de outro, as que envolvem modos de dizer – ou seja, a repetição vertical de “construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado” (Op. cit., p. 47). E, visando explicar o funcionamento dessas ressonâncias, a autora também sugere que, “para cada montagem discursiva e conforme os objetivos específicos da análise”, sejam elaborados “esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR)<sup>10</sup>” (Op. cit., p. 48). Esses esquemas, para Serrani, objetivam representar não apenas a forma do repetido, mas sobretudo “as relações semântico-discursivas entre as formas que

<sup>9</sup> Como se pode perceber, a autora segue a distinção – introduzida por Foucault e, posteriormente, aprofundada por Courtine – entre enunciado [E] (localizado no interdiscurso – eixo vertical) e formulação [e] (localizada no intradiscurso – eixo horizontal). A esse respeito, rever a seção anterior “Enunciado, formulação e rede de formulações”.

<sup>10</sup> Serrani faz uso das maiúsculas para indicar que esses esquemas localizam-se no nível do interdiscurso – eixo do enunciado [E] – e não no nível do intradiscurso – eixo das formulações [e].



tendem a configurar, tendo como referência uma determinada formação discursiva, a realidade [imaginária] de um sentido e, conseqüentemente, seus funcionamentos no discurso” (Op. cit., p. 76).

### **Trazendo a noção de ressonância para a análise**

Em nossos recortes discursivos, a noção de ressonância formulada por Serrani pode ser assim examinada:

- a) No Recorte 01, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do Governo Olívio Dutra (R01) em relação às montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos – ressoando significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – diferentes unidades específicas tanto em uma rede de formulações discursiva quanto em uma rede de formulações intradiscursiva. Trata-se da ocorrência dos itens lexicais: *impasse, conflito, confronto, pendência, atrito, desentendimento, desencontro, divergência, discórdia* nas seqüências Sd 01 – Sd 15.
- b) No Recorte 02, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre os projetos das montadoras de automóveis Ford e GM (R02) no Estado, temos – ressoando significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – diferentes unidades específicas tanto em uma rede de formulações discursiva quanto em uma rede de formulações intradiscursiva. Trata-se da ocorrência dos adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação: *fundamentais, grandes, essenciais, audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar do mundo,*

*um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século* – em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto* nas seqüências Sd 16 – Sd 30.

- c) No Recorte 03, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do povo gaúcho a respeito das tratativas entre o Governo Olívio Dutra (R01) e as montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos – ressoando significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – diferentes unidades específicas tanto em uma rede de formulações discursiva quanto em uma rede de formulações intradiscursiva. Trata-se da ocorrência dos itens lexicais: *povo gaúcho, coletividade gaúcha, sociedade gaúcha, população gaúcha, gaúchos, sociedade, população, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e de cidadãos, cidadãos rio-grandenses, bem como interesse público, interesse social, interesse do Rio Grande, interesse do Estado, interesse presente e futuro do Rio Grande, interesses maiores do Estado, interesses gerais e interesses do Estado* nas seqüências Sd 31 – Sd 48.
- d) Em cada um desses recortes, identificamos diferentes ressonâncias que se localizam, de um lado, no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – ou seja, na verticalidade do discurso – e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora* – ou seja, na horizontalidade do discurso. Trata-se, respectivamente, do que denominamos *ressonância discursiva e ressonância intradiscursiva*<sup>11</sup>.

Não temos, portanto, redes de formulações (que instauram uma rede dispersa de repetibilidade) ressoando no interdiscurso, mas no próprio discurso do jornal. Ou

---

<sup>11</sup> Nesse sentido, propomos igualmente um deslocamento em relação a Serrani, que localiza a noção de ressonância apenas no interdiscurso. A esse respeito, conferir a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do Capítulo III.

seja, na discursividade de *Zero Hora*. Com isso, não temos uma ressonância interdiscursiva como define Serrani, mas uma ressonância discursiva (localizada no interior do processo discursivo de ZH) e uma ressonância intradiscursiva (localizada no intradiscorso de ZH).

Ao longo do Capítulo III, analisaremos essas ressonâncias discursivas e intradiscursivas no discurso de *Zero Hora* e seus efeitos de sentido.

## Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal

Courtine, em “Analyse du discours politique” (1981) e “La touche de Clémentis” (1983), reflete sobre a noção de **memória discursiva**. No primeiro texto, o autor, a partir da análise de um acontecimento histórico<sup>1</sup> – a interrupção do discurso de Georges Marchais, Secretário Geral do Partido Comunista Francês, durante o encontro de 10 de junho de 1976, em Lyon, cujo objetivo era o relançamento da “política da mão estendida”<sup>2</sup>, por um grupo de cristãos integristas entoando um canto religioso e portando uma bandeira lembrando a condenação feita pelo Papa Pio XI ao comunismo –, mostra que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura recoloca em movimento, *faz circular* formulações

---

<sup>1</sup> Segundo Dorneles, o acontecimento histórico constitui-se em um evento real impossível de ser negado e, por outro lado, impossível de ser apreendido em sua totalidade (1998, p. 10). Esse acontecimento, ao ser discursivizado – significado por um sujeito –, configura uma determinada realidade, podendo ou não produzir um acontecimento discursivo, o que provoca o rompimento com o alinhamento a uma determinada estrutura (uma determinada rede de repetibilidade) e o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva e um novo modo de dizer. Desse modo, o que antes não podia nem devia ser dito passa a ter lugar na enunciação, ou seja, o que não era enunciável por não fazer parte de uma determinada estrutura passa a sê-lo, organizando uma nova rede de repetibilidade. As noções de estrutura e acontecimento discursivo são desenvolvidas por Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983). Sobre forma-sujeito e formação discursiva, ver o Capítulo I do presente trabalho.

<sup>2</sup> Nome dado à tentativa dos comunistas de se aproximarem dos católicos ocorrida em 1936 e marcada, de um lado, pelas palavras de Maurice Thorez: “Nós te estendemos a mão, católico, operário, assalariado, camponês, pois tu és nosso irmão e és, como nós, oprimido pelas mesmas preocupações” e, de outro, pelas palavras do Papa Pio XI: “O comunismo é intrinsecamente perverso”, condenando esse diálogo (op. cit., p. 51). Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “Nous te tendons la main, catholique, ouvrier, employé, paysan, car tu es notre frère et que tu es comme nous accablé par les mêmes soucis” e “Le communisme est intrinsèquement pervers.”

anteriores, já enunciadas” (1981, p. 52)<sup>3</sup>. Trata-se da memória discursiva que faz retorno, produzindo, conforme Courtine, um determinado “efeito de *memória* na atualidade de um acontecimento” (Op. cit., p. 52)<sup>4</sup>. Com isso, o autor aproxima a noção de memória discursiva das noções de estrutura e acontecimento, que, por sua vez, relacionam-se, respectivamente, com o eixo horizontal – eixo do intradiscurso, da formulação [e] – e com o eixo vertical – eixo do interdiscurso, do enunciado [E]<sup>5</sup>. Refletindo sobre a memória e sua relação com os eixos do intradiscurso e do interdiscurso, Courtine percebe ainda a necessidade de articular essa noção com a de tempo. Assim, estabelece três diferentes tempos:

- tempo curto (de curta duração): tempo do intradiscurso – tempo curto da atualidade de uma enunciação, localizado no eixo horizontal;
- o tempo longo (de longa duração): tempo do interdiscurso – tempo longo de uma memória, localizado no eixo vertical;
- o tempo médio (de média duração): tempo de duração de um ciclo como, por exemplo, o período por ele estudado – o discurso comunista dirigido aos cristãos entre 1936 e 1976<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “toute production discursive qui s’effectue dans les conditions déterminées d’une conjoncture remet en branle, *fait circuler* des formulations antérieures, déjà énoncées.”

<sup>4</sup> No caso acima descrito, tem-se o retorno de duas diferentes memórias – a que concerne à formulação de Maurice Thorez e a que concerne à do Papa Pio XI (ver nota anterior) –, estando, nesse entrecruzamento, nesse entrelaçamento de saberes distintos, o acontecimento discursivo. Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “effet de *mémoire* dans l’actualité d’un événement.”

<sup>5</sup> Conferir a seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” deste capítulo.

<sup>6</sup> Embora introduza a noção de tempo médio, Courtine não a aprofunda. Acreditamos que o tempo médio não se circunscreve a um determinado período temporal (dias, meses, anos, por exemplo), mas se refere a um determinado processo discursivo que envolve uma verticalidade outra que não a do

Como se pode ver, a noção de memória em AD não envolve uma concepção psicológica, mas uma concepção discursiva, pois concerne “a *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 1981, p. 53)<sup>7</sup>. Ou seja, “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, de falas que os retomam, os transformam ou deles falam, em resumo, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por serem ditos” (Foucault apud Courtine, op. cit., p. 53)<sup>8</sup>.

Vale observar que Courtine, ao discutir sobre memória, remete à análise produzida por Foucault, em *Arqueologia do saber* (1969), sobre a noção de formação discursiva. Como aponta o autor, Foucault afirma que toda formulação relaciona-se com outras com as quais coexiste (campo de concomitância) ou antecipa (campo de antecipação), bem como com aquelas que repete, refuta, transforma, nega, ..., configurando-se em seu domínio associado (Op. cit., p. 52). Em Foucault, por conseguinte, ainda que não explicitamente, já se encontra uma reflexão sobre a noção de memória que, posteriormente, Courtine desenvolve.

---

interdiscurso, sendo, no entanto, igualmente um lugar de repetibilidade. Desse modo, para nós, o tempo médio ao qual Courtine faz referência diz respeito não ao período temporal compreendido entre 1936-1976 (quarenta anos), mas ao processo discursivo nele inscrito. Considerando nosso objeto de análise, também trabalhamos com o tempo médio, uma vez que estamos analisando o processo discursivo de *Zero Hora* nos meses de março, abril e maio de 1999. Sobre processo discursivo, rever a seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” deste capítulo.

<sup>7</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “l’existence historique de l’énoncé au sein de pratiques discursives réglées par des appareils idéologiques.”

<sup>8</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “discours qui sont à l’origine d’un certain nombre d’actes nouveaux, de paroles qui les reprennent, les transforment ou parlent d’eux, bref, les discours qui indéfiniment, par-delà leur formulation, sont dits et sont encore à dire.”

Nesse texto, Courtine fala ainda em efeito de memória, ou seja, do efeito de sentido resultante do encontro entre interdiscurso (o já-dito que faz retorno) e intradiscurso (atualização desse já-dito em uma determinada enunciação). Devido a essa aproximação entre as noções de memória discursiva e interdiscurso, pode-se vir a compreendê-las como sinônimas: o interdiscurso é a memória do dizer. O que, de fato, vem a ser uma definição para a noção de interdiscurso. Acreditamos, contudo, que tratar essas noções como equivalentes seja reduzi-las, apagando suas especificidades. Para nós, em seu segundo texto aqui referido, Courtine discute características da memória discursiva que a diferenciam da noção de interdiscurso.

Em “La toque de Clémentis”, Courtine, a partir da análise de outro acontecimento histórico (agora não mais um acontecimento que tenha sido discursivizado, mas apenas registrado materialmente através da imagem) – uma foto de personalidades políticas, datada de fevereiro de 1948, em Praga, da qual o departamento de propaganda do governo retira um dos personagens (Clémentis) por ter sido acusado de traição, restando de sua presença apenas seu gorro na cabeça de outro personagem (Gottwald) –, aprofunda a noção de memória discursiva. Segundo o autor, a memória caracteriza-se por ser saturada, cheia e, ao mesmo tempo, lacunar, com falhas.

A memória é saturada ou cheia porque tudo está lá e, nesse sentido, podemos aproximá-la da noção de interdiscurso (domínio do já-dito, do já-sabido, do já-lá), empregando essas noções como sinônimas. No entanto, Courtine traz outra característica – a memória é lacunar, apresentando falhas – que parece, aliás, ser contraditória em relação à primeira. Não há, contudo, contradição, uma vez que essa lacuna, essa falha, não se traduz em falta ou vazio, mas em não-acesso a determinadas

zonas da memória. Ou seja, os dizeres, os saberes estão lá, mas o sujeito não tem como acessá-los devido a zonas de sombreamento, devido ao que Courtine denomina “memória com eclipses” (1983, p. 16), retomando Fennetaux, em “Un trou dans notre génération” (1981).

Essas zonas de sombreamento, zonas que não são acessadas pelo sujeito, mostram que a memória também é seletiva<sup>9</sup>. Desse modo, algumas zonas podem ser acessadas, enquanto outras não o podem, e isso não pode ser controlado pelo sujeito. Ou seja, o sujeito não escolhe a que zonas da memória pode, deve ou quer acessar, mas, por ser atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, é levado a acessar uma determinada zona, e não outra, da memória, o que se relaciona diretamente com sua inscrição em uma dada formação discursiva; formação discursiva essa que vai determinar o que pode e deve ser dito pelo sujeito por ela afetado.

Considerando, então, o fato de a memória ser lacunar e seletiva – e, por isso, não-linear –, pensamos não ser possível entendê-la como sinônimo de interdiscurso, visto que essas não são características dessa noção: no interdiscurso, não existem lacunas ou falhas provocadas por zonas de sombreamento, por *eclipses*; nele, os saberes encontram-se, todos, não apenas disponíveis, mas ainda *soltos*<sup>10</sup>, pois não estão circunscritos pelas fronteiras de nenhuma formação discursiva, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de seleção.

---

<sup>9</sup> Sendo mobilizada através de um processo de seleção inconsciente.

<sup>10</sup> E até imbricados, como podemos verificar na noção de enunciado dividido desenvolvida por Courtine em “Analyse du discours politique” (1981) e “Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours” (1982).



Voltando à foto analisada por Courtine, observamos que o personagem Clémentis, apesar de ter sido apagado – estando, assim, ausente da foto –, permanece nela presente através de seu gorro na cabeça de Gottwald. Trata-se, por conseguinte, de uma presença-ausente que não será recuperada por todos os sujeitos que se depararem com essa foto, mas apenas por aqueles que, devido à formação discursiva que ocupam, terão acesso a essa zona da memória (a esse determinado saber). Salientamos, contudo, que o fato de um sujeito não ter acesso a esse determinado saber não significa que ele não exista, significa apenas que esse saber não foi por ele acessado; o que, certamente, produzirá, para esse sujeito, um efeito de sentido diferente do produzido para o sujeito que o tenha mobilizado.

Paralelamente à noção de memória discursiva, Courtine trama então a de **esquecimento**. A partir da análise dessa foto – na qual, de Clémentis, resta apenas o gorro usado por Gottwald –, o autor propõe que memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação do político (1983, p. 22)<sup>11</sup>, uma vez que, para que um determinado saber faça retorno, é preciso que outro(s) seja(m) esquecido(s). Um saber esquecido é recalcado, silenciado no interdiscurso, não sendo, portanto, enunciável<sup>12</sup>. Em outras palavras, um saber esquecido localiza-se em uma zona de sombreamento da memória discursiva, não sendo acessado pelo sujeito por não fazer

---

<sup>11</sup> Courtine salienta o político porque é desse discurso que se ocupa. No entanto, a articulação entre memória e esquecimento caracteriza qualquer discurso, político ou não.

<sup>12</sup> Vale ressaltar que esquecido, recalcado ou silenciado não é o mesmo que apagado. Um saber nunca é apagado, pois – caso o fosse – desapareceria, não podendo mais ser mobilizado. Os saberes são esquecidos, permanecendo recalcados, silenciados, no interdiscurso (domínio do já-dito, do já-sabido, onde tudo está) até que sejam, ou não, novamente “lembrados” (enunciáveis). Ressaltamos igualmente que, quando um saber faz retorno, pode ou não provocar o mesmo efeito de sentido, visto que suas condições de produção podem ser outras.

parte do que esse mesmo sujeito pode e deve dizer a partir do lugar no qual se encontra, a partir de sua formação discursiva.

Como observamos, esse saber que não é acessado pelo sujeito não deixa de existir, não é apagado; ele permanece esquecido no interdiscurso, o que permite que outro saber retorne, estabelecendo-se como um saber dominante<sup>13</sup>. Nesse sentido, retomamos as considerações de Mariani acerca da memória oficial, estendendo-as para a noção de memória discursiva como um todo: “Para a memória oficial se impor, é necessário o esquecimento, mas, paradoxalmente, também é necessário esquecer para o surgimento de outros sentidos” (1998a, p. 36). Desse modo, podemos dizer que, para lembrar de algo (fazendo com que um saber se imponha em relação a outros), algo precisa ser esquecido, mas, por outro lado, também é preciso esquecer um saber dominante para que outros saberes sejam lembrados e possam ser enunciados. Com isso, o esquecimento possibilita a cristalização, a sedimentação, de um determinado sentido, ao mesmo tempo em que possibilita o surgimento de novos sentidos. Trata-se de um constante jogo de força entre o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito: um jogo de força entre diferentes formações discursivas (ou, no caso de uma formação discursiva heterogênea, entre diferentes posições-sujeito).

Pêcheux, em “Papel da memória” (1983), igualmente reflete sobre as noções de memória discursiva e esquecimento, bem como sobre sua articulação, através das noções de estrutura e acontecimento. Nesse texto, o autor, retomando sobretudo Achard, trata da relação entre, de um lado, a enunciação e, de outro, a manutenção e a regularização dos enunciados pela repetição dos mesmos. Para o autor, há um duplo

---

<sup>13</sup> Por isso, a memória é lacunar, seletiva e não-linear.

“jogo de força” na memória (1983, p. 53): um movimento que visa manter a regularização existente (a estrutura existente – o repetível) e um movimento que visa desestabilizar essa regularização existente, pelo acontecimento discursivo, instaurando uma outra estrutura, um outro repetível, ou melhor, um outro modo de dizer. Desse modo, segundo Pêcheux,

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (Op. cit., p. 56)

A memória discursiva, portanto, revela a tensão entre os discursos, a tensão entre o que pode e deve ser dito (sua manutenção, sua regularização pela repetição no intradiscurso) e o que não pode e não deve ser dito (seu esquecimento, seu recalque, seu silenciamento no interdiscurso) ou, em outras palavras, a tensão entre estrutura e acontecimento discursivo<sup>14</sup>.

Pêcheux, partindo então de Achard, mostra como essa tensão estabelecida entre os discursos – tensão produzida pelo jogo de força simbólico desencadeado pelo duplo movimento da memória: lembrar e esquecer – constitui uma questão social. Diz ele:

---

<sup>14</sup> Poder-se-ia igualmente dizer entre memória e esquecimento, ainda que não se tome essas noções como sinônimas de estrutura e acontecimento.

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior. (Op. cit., p. 56)<sup>15</sup>

Nesse sentido, em “Memória e produção discursiva do sentido” (1983), Achard propõe que “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (1983, p. 11). O autor articula, assim, discurso e realidade social, centrando sua reflexão na noção de memória discursiva.

Para o autor, a memória é sempre reconstruída na enunciação, o que faz com que devamos tomá-la, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, ou seja, a retomada e a circulação do discurso (Op. cit., p.17). Achard acrescenta ainda que

um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. (Op. cit., p. 17)

As noções de memória discursiva e esquecimento, portanto, relacionam-se estreitamente não apenas com a estruturação do discursivo, mas com a própria

---

<sup>15</sup> Enfatizamos, mais uma vez, a articulação entre memória e esquecimento na produção do sentido. Afinal, o esquecimento – ao mesmo tempo – silencia e dá voz. Ou seja, silenciando-se um saber “x”, dá-se voz a um saber “y” que, por sua vez, quando silenciado, possibilita que “x” seja enunciado. Não se pode, por conseguinte, pensar na noção de memória sem relacioná-la com a de esquecimento (lados diversos, e indissociáveis, de um mesmo frasco).

estruturação do social. O jogo de força entre os saberes constitui uma questão social, uma vez que a disputa pelo sentido é sempre uma disputa ideológica.

Salientamos, por outro lado, que os saberes mobilizados através da memória discursiva atravessam o intradiscurso como um preconstruído ou um **discurso transverso** (diferentes modos de desdobramento do interdiscurso sobre si mesmo)<sup>16</sup>.

Desse modo, como afirma Pêcheux,

o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. (1995, p. 167)

Para o autor, por conseguinte, tanto o preconstruído quanto o discurso transverso “aparecem determinando o sujeito, impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (Op. cit., p. 163-164). Estrutura essa que regula o saber da formação discursiva a partir de sua relação com a formação ideológica. Ou seja, que determina quais saberes podem e devem ser “lembrados”, bem como quais saberes podem e devem ser esquecidos pelo sujeito do discurso.

Esses saberes, por sua vez, inscrevem-se no intradiscurso explícita ou implicitamente, trazendo, assim, para o interior de um determinado discurso – o discurso de referência –, saberes que pertencem a um outro lugar – a um discurso-outro. Ou seja, na forma de preconstruído, o discurso-outro aparece dito no discurso

---

<sup>16</sup> A esse respeito, ver a seção “Ideologia e discurso” do Capítulo I.

de referência, ao passo que, na forma de discurso transverso, o discurso-outro aparece no discurso de referência como um não-dito. Com isso, tem-se, respectivamente, uma presença-presente e uma presença-ausente configurando – de fora – o fio do discurso.

Eis como os saberes mobilizados através da memória discursiva deixam o interdiscurso e mostram-se marcadamente ou não no intradiscurso, constituindo-o.

### **Trazendo as noções de memória discursiva, esquecimento e discurso transverso para a análise**

As noções de memória discursiva e esquecimento, formuladas por Courtine, e a noção de discurso transverso, formulada por Pêcheux, são mobilizadas em nossos três recortes discursivos. Essas noções permitem-nos observar que:

- a) No Recorte 01, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do Governo Olívio Dutra (R01) em relação às montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos o retorno de um determinado saber, de uma determinada memória do dizer – a imagem que A faz do Governo Antônio Britto (R03) –, através da mobilização implícita desse referente em seu discurso, o que define a imagem de A sobre R01.
- b) No Recorte 02, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre os projetos das montadoras de automóveis Ford e GM (R02) no Estado, temos o retorno de um determinado saber, de uma determinada memória do dizer – a imagem que A faz do Governo Antônio Britto (R03) –, através da mobilização implícita desse referente em seu discurso, o que define a imagem de A sobre R02.

- c) No Recorte 03, que agrupa seqüências discursivas de *Zero Hora* (A) sobre a postura do povo gaúcho a respeito das tratativas entre o Governo Olívio Dutra (R01) e as montadoras de automóveis Ford e GM (R02), temos o retorno de um determinado saber, de uma determinada memória do dizer – a imagem que A faz do Governo Antônio Britto (R03) –, através da mobilização implícita desse referente em seu discurso, o que define a imagem de A tanto sobre o povo gaúcho como sobre si mesma.
- d) Em cada um desses recortes, o Governo Antônio Britto (R03) aparece como um referente implícito no discurso de *Zero Hora* (A) que determina – de fora – o que pode e deve ser dito no intradiscurso do jornal. R03 configura-se, assim, em um dos diferentes modos de desdobramento do interdiscurso sobre si mesmo: o discurso transverso.

Com isso, verificamos que, no discurso de *Zero Hora* ora analisado, o dito (explícito) é determinado pelo não-dito (implícito), ou seja, o que está posto no discurso é determinado pelo que não está posto, mas é mobilizado através da memória discursiva pelo viés do discurso transverso. Por conseguinte, o sujeito inscrito em A fala de R01, de R02, do povo gaúcho e até de si mesmo a partir do que não fala – a partir de R03<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> R03 (o Governo Antônio Britto) implícito em todo o discurso de A (*Zero Hora*) explicita-se nas charges, que pretensamente fazem o contraponto desse discurso pelo riso, e na seção “Palavra do Leitor”, que pretensamente traz a voz dos leitores do jornal. Nesses espaços de *Zero Hora*, portanto, R03 não aparece mais como um referente implícito, mas como um referente explícito. Ou melhor, não se configura mais como um discurso transverso (uma presença-ausente), mas como um preconstituído (uma presença-presente), determinando – de fora – o discurso do jornal. Salientamos, contudo, que esses espaços limitam-se a explicitar R03, não trazendo, com isso, vozes dissonantes para o discurso de A. Desse modo, nas charges, não há efetivamente nenhum contraponto e, na seção “Palavra do Leitor”,

Lembramos ainda que, para que um determinado saber, uma determinada memória do dizer faça retorno, outro saber, outra memória precisa ser esquecida, recalçada, silenciada no interdiscurso. Mobiliza-se, assim, R03 na forma de discurso transversal, silenciando-se R01, o que mostra o embate entre esses saberes, o jogo de força entre memória e esquecimento na produção e na manutenção do sentido presente no discurso de A.

No Capítulo III, examinaremos, nos recortes por nós analisados, os efeitos de sentido provocados por esse jogo entre memória discursiva e esquecimento.

---

há apenas a voz dos que se identificam com a posição-sujeito de *Zero Hora*. Na seção “Anexos”, mostramos que o Governo Antônio Britto é explicitado nesses espaços do jornal.



## Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social

Em “Delimitações, inversões, deslocamentos” (1982), Pêcheux – através da análise de “três espaços históricos diferenciados: o da Revolução Francesa de 1789, o da revolução socialista, nos termos em que a questão foi formulada no século XIX, e o das revoluções proletárias do século XX” (1990b, p. 9) – mostra como o acontecimento histórico de uma revolução subverte o discurso da dominação, uma vez que rompe um determinado círculo de repetição e instaura uma outra estrutura, um outro repetível. Desse modo, o que antes não podia nem devia ser dito – por não pertencer ao(s) domínio(s) de saber dominante(s) – passa a ter lugar na enunciação<sup>1</sup>.

Nesse contexto, para Pêcheux, surge a posição enunciativa do **porta-voz**. Segundo o autor, o porta-voz – “ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento” – caracteriza-se por sua “dupla visibilidade”, pois não apenas fala diante dos seus, mas também parlamenta com o adversário, o que “o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação” (Op. cit., p. 17).

Essa noção, no entanto, não vem de Pêcheux, mas de Conein, que a desenvolve em “Décrire un événement politique” (1981). Nesse texto, Conein analisa o surgimento da posição do porta-voz durante o acontecimento histórico de uma determinada revolução – a Revolução Francesa. O autor aponta que, no enunciado político tipo porta-voz, “agentes políticos, provenientes da pequena burguesia *de fonction* do Antigo Regime, fazem discursos públicos *para e sobre* o povo, enunciam

---

<sup>1</sup> Rever a nota 1 da seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” (Capítulo II), que trata das noções de acontecimento histórico e acontecimento discursivo.

demandas de ação *em nome do povo*, a ele atribuem ações e as relatam, e o descrevem como agente coletivo em movimento” (1981, p. 55)<sup>2</sup>.

Conein acrescenta ainda que:

O modo como o grupo citado encontra-se designado em um enunciado político tipo porta-voz permite identificar *para quem* a demanda pública é feita. O que caracteriza a posição de porta-voz como procedimento do *falar por x* no enunciado político é que o que é transmitido é uma demanda, que essa demanda é enunciada publicamente e feita em nome de um grupo. (...) A escolha pelo locutor do termo de identificação é, portanto, relativa, no enunciado de porta-voz, não à pessoa que fala, mas ao grupo pelo qual o enunciador fala. No caso do porta-voz, o enunciador inclui-se como membro do grupo em nome do qual fala. (Op. cit., p. 59)<sup>3</sup>

Pêcheux, por outro lado, referindo-se a mais um estudo de Conein acerca do mesmo tema<sup>4</sup>, salienta que, a partir do outono de 1792, os agentes políticos deixam de

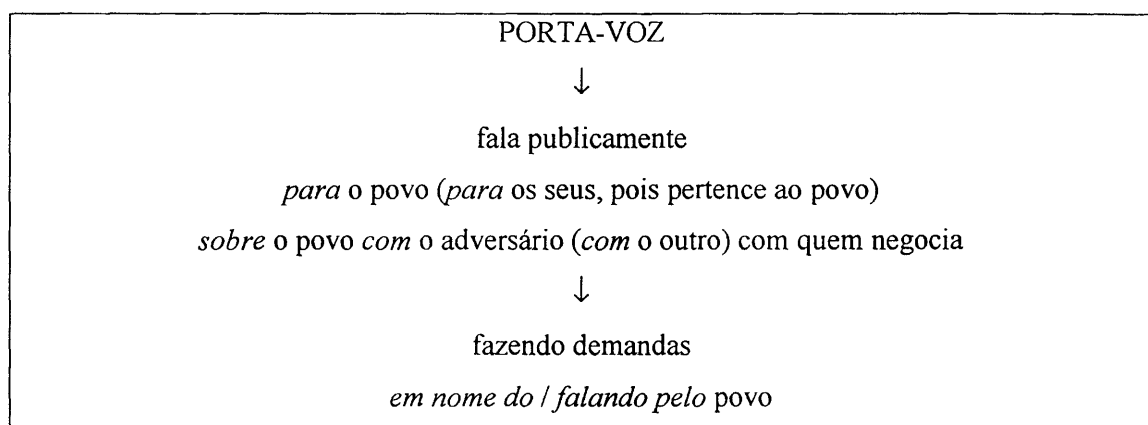
---

<sup>2</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “des agents politiques, issus généralement de la petite bourgeoisie de fonction d’Ancien Régime, tiennent des discours publics *pour et sur* le peuple, énoncent des demandes d’action *au nom* du peuple, lui attribuent des actions et les rapportent, et le décrivent comme agent collectif en mouvement.”

<sup>3</sup> Tradução nossa. Transcrevemos, a seguir, o original: “La façon dont le groupe cité se trouve désigné dans un énoncé politique type porte-parole permet d’identifier *pour qui* la demande publique est faite. Ce qui caractérise la position de porte-parole comme procédure du *parler pour x* dans l’énoncé politique, c’est que ce qui est transmis est une demande, que cette demande est énoncée publiquement et faite au nom d’un groupe. (...) Le choix par le locuteur du terme d’identification est donc relatif, dans l’énoncé de porte-parole, non pas à la personne qui parle, mais au groupe pour lequel parle l’énonciateur. Dans le cas du porte-parole, l’énonciateur s’inclut comme membre du groupe au nom duquel il parle.”

<sup>4</sup> CONEIN, Bernard. *Peuple et pouvoir politique: les positions du porte-parole pendant la révolution française. Peuple et Histoire*, PUL, Lille.

se dirigir ao povo para falar ao porta-voz, que – em seu discurso – não introduz o que o povo diz ou disse (1990b, 18). O autor igualmente observa que o povo, com o porta-voz, não pode mais ocupar o lugar de orador. Com isso, o povo não mais fala, mas é falado, o que se torna uma condição, pois, caso o povo falasse, a função do porta-voz seria anulada. Tem-se, então, o esquema:



O porta-voz representa, assim, a voz do povo. No entanto, como o povo passa a ser falado, a garantia de que permaneça tendo efetivamente voz depende da legitimidade de seu porta-voz. Ou seja, o fato de o povo (ou o grupo representado pelo porta-voz) não mais falar diretamente pode também significar não ter mais voz<sup>5</sup>.

Indursky, no texto “A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST” (2000), mostra que os sem-terra adquirem voz política e pública através do discurso de seu porta-voz veiculado pela imprensa. Os sem-terra não têm, portanto, diretamente voz, mas enunciam suas demandas sociais através do porta-voz – que se dirige não apenas à sociedade, mas também ao Estado, com quem negocia

---

<sup>5</sup> Lembramos que, segundo Conein e Pêcheux, *povo* refere-se ao modo como o grupo encontra-se designado no enunciado do porta-voz durante a Revolução Francesa.

legitimamente pelo grupo do qual faz parte. O porta-voz do MST<sup>6</sup>, desse modo, pertence aos sem-terra e, assim como qualquer locutor sem-terra, é afetado pela mesma formação discursiva. O que diferencia, contudo, o locutor sem-terra de seu porta-voz é o fato de este pronunciar-se, não de sua perspectiva individual, mas a partir do coletivo, o que faz dele um sujeito político com legitimidade e, por conseguinte, autoridade para falar tanto em nome dos sem-terra – como grupo – quanto em nome do MST – como entidade (Indursky, 2000b, p. 23-24).

Por sua vez, conforme a autora,

há igualmente grande diferença entre o estatuto jurídico do *sujeito político* que, de direito, institui-se como *porta-voz* do MST e, em seu nome, assume a enunciação do discurso do MST, e o estatuto, igualmente jurídico, do *sujeito do discurso jornalístico* que assume a palavra para enunciar um discurso sobre o MST. Seu discurso não é o *discurso do* MST. Seu discurso é o *discurso jornalístico* e, ao enunciá-lo, constitui-se em um *mediador* entre o MST e a sociedade, cuja opinião se propõe a formar. Assim procedendo, ele o faz de um outro lugar institucional, cuja natureza e propriedades são diversas do lugar social que hoje o MST ocupa. Esse lugar não o institui como locutor do MST nem como porta-voz do MST, mas sim como enunciador da imprensa. (Op. cit., p. 24-25)

Considerando, então, o porta-voz do povo na Revolução Francesa – tal como nos apresentam Conein e Pêcheux – e o porta-voz dos sem-terra nos dias de hoje – tal como nos apresenta Indursky –, podemos afirmar que ambos se configuram em

---

<sup>6</sup> Movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

legítimos representantes de seus grupos, uma vez que, de um lado, pertencem de fato a esses grupos e, de outro, em nome desses grupos falam coletivamente. Ou melhor, falam a partir do mesmo lugar social ocupado – respectivamente – pelo povo na Revolução Francesa e pelos sem-terra nos dias de hoje, o que lhes confere a autoridade necessária para fazer, em nome do grupo que representam, demandas a seu adversário, ao outro<sup>7</sup>.

Vale dizer que a legitimidade e conseqüente autoridade do porta-voz faz com que a voz do grupo por ele representado ganhe espaço e força, sendo preservada e respeitada. O porta-voz, nesse caso, age como um verdadeiro mediador entre seu grupo e o outro, a quem se dirige e com quem negocia.

O grupo pode, contudo, não ter sua voz respeitada, mas sim usurpada e silenciada por seu porta-voz, como aponta Indursky em suas análises acerca do discurso presidencial durante a ditadura militar brasileira (1964-1984)<sup>8</sup>.

Segundo Indursky, o item lexical povo não corresponde – no discurso dos presidentes militares – a um mesmo nível referencial. Ou seja, o item lexical povo remete a diferentes referentes, provocando extrema ambigüidade no discurso analisado<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Acreditamos que esses dois grupos – povo e sem-terra – ocupam, com efeito, um mesmo lugar social: o dos excluídos da sociedade. Eis por que necessitam de um porta-voz para, em seu nome, fazer demandas e negociar com o outro.

<sup>8</sup> Conferir os trabalhos “Que povo é esse?”, “A construção metafórica do povo brasileiro” (ambos de 1995) e *A fala dos quartéis e as outras vozes* (1997).

<sup>9</sup> Indursky identifica – para povo – cinco diferentes níveis referenciais, que, por sua vez, correspondem a cinco diferentes referentes. São eles: POVO1 (os que apóiam a Revolução), POVO2 (classes trabalhadoras), POVO3 (coletividade dos brasileiros), POVO4 (sociedade civil organizada), POVO5 (massa de manobra política) (Indursky, 1995a, p. 103).

A autora observa que – quando povo tem como referente as classes trabalhadoras (nível referencial: POVO2) – o sujeito do discurso militar apresenta-se na função enunciativa de mediador. O mediador, nesse caso, para Indursky, consiste em um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, que fala em nome do povo, silenciando sua voz e substituindo-a por um discurso que não lhe pertence. Diz a autora: “Esse discurso, produzido em lugar da palavra usurpada de **POVO2**, reflete não o seu desejo, mas o simulacro de seu desejo, construído para substituir o desejo autêntico que é apagado” (Op. cit., p. 109). Trata-se, assim, de um sujeito que não faz parte do grupo que representa e, por conseguinte, não fala do lugar social por ele ocupado.

A respeito da noção de porta-voz, traçamos, então, o seguinte quadro:

PORTA-VOZ	
LEGÍTIMO	NÃO-LEGÍTIMO <sup>10</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ pertence ao grupo que representa</li> <li>▪ fala a partir da coletividade, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ não pertence ao grupo que representa</li> <li>▪ não fala a partir da coletividade, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa, mas sim de seu lugar social</li> </ul>
↓	↓
AUTORIZADO	NÃO-AUTORIZADO
↓	↓
VERDADEIRO MEDIADOR	FALSO MEDIADOR
(porque preserva e respeita a voz do grupo)	(porque usurpa e silencia a voz do grupo)
↓	↓
GRUPO COM VOZ	GRUPO SEM VOZ
exemplos:	exemplo:
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ povo na Revolução Francesa</li> <li>▪ sem-terra nos dias de hoje</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ povo (= classes trabalhadoras) na ditadura militar brasileira de 1964 a 1984</li> </ul>

<sup>10</sup> Mediador, em Indursky.

Desse modo, em nossa concepção, um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, configura-se, ainda, no que denominamos um falso mediador, uma vez que – diferentemente do mediador que preserva e respeita a voz de seu grupo<sup>11</sup> – este usurpa e silencia a voz do grupo que pretensamente representa, substituindo-a pelo que pode e deve ser dito a partir de seu próprio lugar social.

Indursky estabelece ainda um outro nível referencial – POVO1 –, no qual se verifica a função enunciativa do porta-voz. Em POVO1, povo tem como referente o grupo dos que apóiam o golpe de 1964. Assim, o sujeito do discurso militar – quando se refere a POVO1 – fala coletivamente em nome do grupo do qual faz parte, o que lhe confere, como porta-voz, legitimidade e autoridade, diferentemente do que se constata em POVO2.

Confrontando, então, esses dois níveis referenciais presentes no discurso militar – POVO1 e POVO2 –, a autora afirma que:

Enquanto o sujeito desse discurso é o *porta-voz* legítimo de **POVO1**, *emprestando-lhe* a voz, o mesmo não ocorre com **POVO2**, cuja voz é silenciada e substituída por um *simulacro* da voz do *povo*. Dito em outras palavras: o sujeito do discurso em análise, fazendo-se *povo* em **POVO1**, ao falar, faz ouvir a voz *autorizada* do segmento a que pertence. O mesmo não ocorre com **POVO2**. Conseqüentemente, **POVO2** permanece sem voz e o discurso que lhe é atribuído pertence, de fato, ao sujeito do discurso que se instituiu como seu *mediador*. Ao outorgar-se tal direito, atua como um ventríloquo, já que seu não-pertencimento ao segmento não autentica seu discurso. (Op. cit., p. 107)

---

<sup>11</sup> E que denominamos, por sua vez, um verdadeiro mediador.

Em relação a POVO1, Indursky mostra igualmente que – embora seu referente seja o grupo dos que apóiam a Revolução – o uso do item lexical povo “joga com o sentido historicamente cristalizado que esse termo adquiriu a partir da Revolução Francesa” (Op. cit., p. 105). Qual seja: o de representar a coletividade, a totalidade dos cidadãos, caracterizando um discurso democrático.

Assim, em POVO1, o sujeito do discurso fala em nome dos seus – os partidários do golpe militar – como se falasse em nome da coletividade dos brasileiros. Ou melhor, referindo-se ao povo, o sujeito do discurso fala pela parte como se falasse pelo todo.

Com isso, esse sujeito busca estender a legitimidade e a autoridade que tem como porta-voz dos que apóiam o golpe militar para falar – com a mesma legitimidade e autoridade – em nome dos brasileiros como um todo, o que faz com que a coletividade tenha sua voz silenciada e substituída por aquela de um dos grupos que a constituem. Como mostra o quadro a seguir:



---

POVO1 → PORTA-VOZ

---

LEGÍTIMO

- pertence ao grupo que representa (os que apóiam a Revolução)
- fala a partir de seu grupo, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa



AUTORIZADO



VERDADEIRO MEDIADOR

(porque preserva e respeita a voz do grupo)



GRUPO COM VOZ

NÃO-LEGÍTIMO

- pertence ao grupo que representa (a coletividade, a totalidade dos cidadãos brasileiros)
- não fala a partir da coletividade, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa, mas sim a partir de uma determinada parte desse grupo – a dos que apóiam a Revolução



NÃO-AUTORIZADO



FALSO MEDIADOR

(porque usurpa e silencia a voz do grupo)



GRUPO SEM VOZ

---

O sujeito do discurso militar, nesse caso, procura não apenas mostrar-se democrático – uma vez que pretende falar pela coletividade dos brasileiros (pelo todo) –, mas também legitimar-se no poder, fabricando um efeito de consenso, de unanimidade a respeito de si próprio e de suas ações. Consenso e unanimidade que, de fato, só existem do ponto de vista de um determinado grupo: o dos que apóiam a Revolução – ou seja, o seu.

Trata-se, como observa Indursky, de um “trabalho de prestidigitação discursiva que POVO1 produz nesse espaço discursivo” (Op. cit., p. 105), criando – para um discurso autoritário – a ilusão de um discurso democrático reconhecido e aprovado por todos. Esse efeito de consenso e de unanimidade apaga, portanto, a diversidade de vozes, fazendo com que somente uma delas prevaleça. Em outras

palavras, refuta-se a polifonia indesejada, impondo-se uma monofonia necessária e ilusória.

Em “Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)” (1989), Orlandi sustenta que a monofonia resulta “de uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos” (1989, p. 44). Para a autora, os mediadores seriam personagens discursivos cujas vozes, gerais e indeterminadas, contribuem para a formação do consenso, uma vez que “se representam em lugares sociais de legitimação e fixação dos sentidos e desempenham um papel decisivo na institucionalização da linguagem: a produção do *sentimento de unicidade* do sentido<sup>12</sup>” (Op. cit., p. 43-44).

Orlandi aponta como mediadores as vozes das autoridades, o que podemos comprovar na análise de Indursky acerca do discurso dos presidentes militares durante a ditadura, sobretudo quando o sujeito desse discurso se faz povo referindo-se a POVO1.

Quanto a sua análise da função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST, a autora mostra que a imprensa não veicula o discurso dos sem-terra, mas um discurso sobre o MST, produzido a partir do lugar social por ela ocupado, um lugar institucional. Desse modo, o discurso jornalístico – falando sobre o MST – diz o que pode e deve ser dito a partir de seu lugar social e não do lugar social ocupado pelos sem-terra.

---

<sup>12</sup> Que não passa, aliás, de um efeito de sentido. Eis aqui a busca das ilusões necessárias de unidade do sujeito e do sentido: uma única voz, um único sentido possível.

Ainda a esse respeito, no texto “De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST” (1999), Indursky mostra que o discurso jornalístico ocupa um lugar de legitimação e de fixação dos sentidos, visto que:

nas narrativas jornalísticas não há compromisso com as posições e com os sentidos produzidos pelos sujeitos sociais envolvidos nesse conflito discursivo [entre os sem-terra e os proprietários rurais, latifundiários e fazendeiros]. Em que pese o fato de que o *discurso sobre* na imprensa possibilite a ocorrência das diferentes vozes envolvidas na questão agrária, o resultado final é que as narrativas jornalísticas imprimem uma direção aos sentidos, privilegiando a posição-sujeito dos fazendeiros e seu efeito de sentido. (1999, p. 184)

Direção essa estreitamente relacionada ao lugar social no qual a imprensa se inscreve, o que atesta que as vozes da imprensa – assim como as das autoridades – também funcionam como mediadores.

O **discurso jornalístico** consiste, então, em um *discurso sobre* produzido a partir de um determinado lugar social historicamente constituído – o lugar da imprensa –, como define Mariani, em *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)* (1998). Diz a autora:

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo,

desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se “envolveu” com a questão. (1998a, p. 60)<sup>13</sup>

Esse efeito de distanciamento dissimula o que, de fato, ocorre no discurso jornalístico, pois, como acrescenta Mariani, “os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (Op. cit., p. 60). Para a autora, desse modo, o discurso jornalístico “contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (Op. cit., p. 61).

Mariani, por outro lado, aponta que os discursos sobre funcionam como discursos intermediários, uma vez que se situam entre diferentes interlocutores: o que produz inicialmente o discurso e aquele para o qual esse discurso é dirigido<sup>14</sup>.

Sobre a relação discurso jornalístico/memória, em “A imagem, uma arte de memória?” (1983), Davallon salienta ainda que os arquivos da mídia contêm a memória social, o que o leva a sustentar que “os objetos culturais abrem a possibilidade de um controle da memória social; que esse controle está de fato estreitamente ligado ao funcionamento formal e significante desses objetos; e que, por último, ele é um fato social não desprezível” (1999, p. 27).

---

<sup>13</sup> Eis aqui a ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico (e, por conseguinte, do sujeito do discurso de *Zero Hora*): imparcialidade e profissionalismo no tratamento da notícia. A esse respeito, conferir a seção “Contextualizando *Zero Hora*” do Capítulo III.

<sup>14</sup> Indursky observa que a imprensa, falando sobre os sem-terra, apresenta-se como mediador entre o MST e a sociedade. Ou seja, a imprensa produz um discurso intermediário entre o MST e a sociedade.

Assim, considerando que o discurso jornalístico configura-se em um *discurso sobre*, um discurso que ocupa um lugar de legitimação e de fixação dos sentidos, formando a memória social, cabe relacioná-lo à noção de **discurso social**.

Essa noção, desenvolvida por Angenot, refere-se a “tudo o que se diz e escreve em um estado de sociedade” e que se impõe como um saber hegemônico (1988, p. 8). Ou melhor, o discurso social engloba os discursos que, em uma determinada sociedade, apresentam-se como dominantes, silenciando os demais.

Com isso, não resta espaço para a diferença, para as diferentes vozes que compõem a sociedade e instaura-se o que Orlandi denomina uma voz social homogeneizante; voz que produz a monofonia. Eis por que a autora define o discurso social como a “sede da monofonia” (1989, p. 45).

Nesse sentido, Angenot estabelece que:

A principal função dos discursos sociais, concomitantemente a seu monopólio de representação, é produzir e fixar legitimidades, validações, publicidades (tornar públicos os gostos, as opiniões, as informações). Todo discurso legítimo contribui para legitimar também práticas, estatutos, para assegurar lucros simbólicos (...). A própria coisa impressa é um instrumento de legitimação em uma época em que os simples crêem ainda sem reserva no que “está escrito no jornal”. (...) A hegemonia funciona como censura e auto-censura: ela diz quem pode falar, sobre o que e como. (Op. cit., p. 21)

Desse modo, há um profundo entrelaçamento entre as noções de discurso jornalístico (um *discurso sobre*) e discurso social, que, por sua vez, também relacionam-se com a noção de porta-voz anteriormente discutida.

## Trazendo as noções de porta-voz, discurso jornalístico e discurso social para a análise

Em nosso terceiro recorte (Recorte 03), examinamos a noção de porta-voz. Para tanto, consideramos as reflexões de Conein e Pêcheux, bem como as análises de Indursky referidas na presente seção.

Observamos, então, que:

- a) O sujeito do discurso de *Zero Hora* apresenta-se como porta-voz do povo gaúcho e, em seu nome, dirige-se publicamente, de um lado, aos que se identificam com sua posição-sujeito (a PSZH) e, de outro, ao Governo Olívio Dutra (GOD) – seu adversário –, fazendo uma demanda: que, em relação aos investimentos das montadoras Ford e GM no Estado, o governo preserve o interesse e o patrimônio públicos, respeitando o que havia sido acordado pelo governo anterior – o Governo Antônio Britto (GAB).
- b) Trata-se, no entanto, de um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, uma vez que o sujeito do discurso de *Zero Hora* fala em nome de uma determinada parte dos gaúchos – a dos que se identificam com sua posição-sujeito (a PSZH), ou seja, **povo gaúcho 01** – como se falasse em nome da coletividade. Remetemos, então, o referente **povo gaúcho** – que corresponde aos gaúchos como um todo – a três diferentes níveis referenciais: **povo gaúcho 01** (os que desejam que os contratos firmados com as montadoras pelo Governo Antônio Britto sejam cumpridos pelo Governo Olívio Dutra), **povo gaúcho 02** (os que desejam que esses mesmos contratos sejam revistos pelo Governo Olívio Dutra) e **povo gaúcho** (**povo gaúcho 01 e povo gaúcho 02**).

- c) Esse sujeito, por conseguinte, usurpa e silencia a voz tanto de **povo gaúcho** quanto de **povo gaúcho 02**, configurando-se em um falso mediador entre esses grupos e o outro – o Governo Olívio Dutra.
- d) Com isso, o sujeito do discurso de *Zero Hora* apaga a diversidade de vozes presente na sociedade gaúcha, fazendo com que apenas uma dessas vozes prevaleça: a do grupo com o qual o jornal se identifica, ou seja, **povo gaúcho 01**. Instaura-se, desse modo, uma monofonia no discurso de *Zero Hora*, refletindo o que, segundo seu ponto de vista, pensa o **povo gaúcho** e que – de fato – corresponde ao que pensa **povo gaúcho 01**.
- e) Essa monofonia, portanto, estende a todos os gaúchos – **povo gaúcho 01** e **povo gaúcho 02** – o que pode e deve ser dito a partir de um determinado lugar social: a posição-sujeito de *Zero Hora* (PSZH), cujo saber se mostra dominante. Esse fato, por sua vez, permite que se caracterize o discurso jornalístico-político analisado – um discurso sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis – como um discurso social.

Ao longo do Capítulo III, analisaremos o funcionamento da posição de porta-voz no discurso jornalístico-político de *Zero Hora* e seus efeitos de sentido.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE

*A própria coisa impressa é um instrumento de legitimação em uma época em que os simples crêem ainda sem reserva no que “está escrito no jornal”.*

Marc Angenot, “Para uma teoria do discurso social: problemática de uma pesquisa em andamento”.



## Apresentação

No Capítulo III, intitulado “Análise”, apresentamos o jornal *Zero Hora*, os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso que orientam nossa análise e, sobretudo, a análise que fazemos de nosso objeto de estudo: o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999.

O capítulo divide-se em seis diferentes seções. Quais sejam:

- “Contextualizando *Zero Hora*”;
- “Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso”;
- “Recorte 01 – Desqualificando o outro”;
- “Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro”;
- “Recorte 03 – Fabricando o consenso”;
- “Repensando a teoria a partir da análise”.

Na primeira seção, “Contextualizando *Zero Hora*”, falamos um pouco do jornalismo gaúcho e traçamos um breve histórico de *Zero Hora*, procurando estabelecer as condições de produção de seu surgimento e – a partir e em função disso – seu perfil jornalístico.

Em “Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso”, apresentamos os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso, mostramos como delimitamos nosso objeto de estudo e como organizamos, de um lado, nosso corpus empírico e, de outro, nosso corpus discursivo.

Nas seções “Recorte 01”, “Recorte 02” e “Recorte 03”, desenvolvemos a análise de nosso objeto de estudo, contemplando – respectivamente – três diferentes fatos discursivos: a desqualificação do ponto de vista do Governo Olívio Dutra, a qualificação do ponto de vista de *Zero Hora* e, finalmente, a fabricação de um consenso acerca da posição do Governo Olívio Dutra em relação às montadoras Ford e GM. Esses fatos discursivos revelam como, no processo discursivo de *Zero Hora*, materializa-se a tensão existente entre o jornal e o Governo Olívio Dutra.

Por fim, em “Repensando a teoria a partir da análise”, completando um movimento pendular teoria-análise-teoria, fazemos uma retomada de algumas noções trabalhadas no Capítulo II – “Dispositivo analítico” que, a partir da análise, percebemos a necessidade de rever, deslocando-as teoricamente.

Passamos, então, à contextualização de *Zero Hora*, à delimitação de nosso objeto de estudo e à apresentação de sua análise. Vamos lá!

## Contextualizando *Zero Hora*

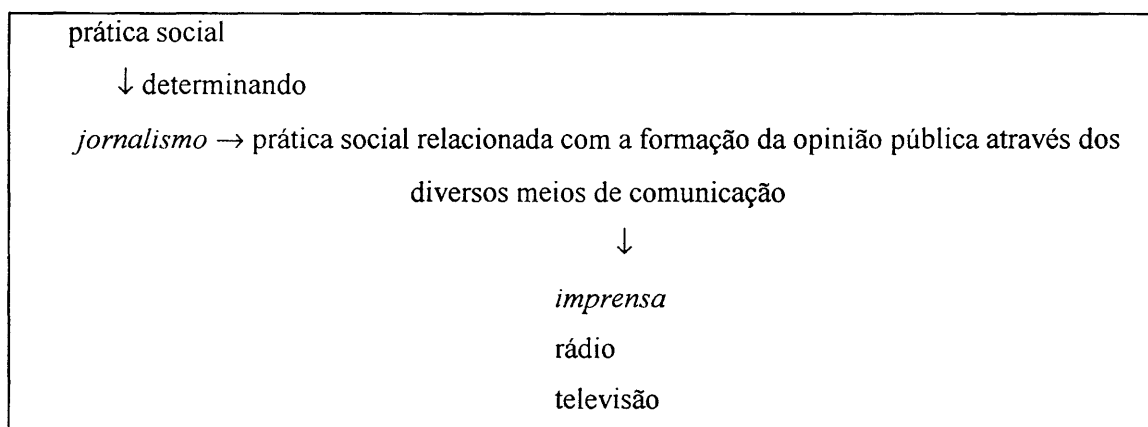
Em *Tendências do jornalismo* (1993), Rüdiger apresenta um “esboço de reconstrução histórica do processo de desenvolvimento do jornalismo no Rio Grande do Sul” (1993, p. 7), no qual pretende analisar não apenas a gênese, mas também as transformações das práticas jornalísticas no Estado.

Para o autor, o jornalismo gaúcho pode ser dividido em duas fases ou regimes jornalísticos:

A primeira fase, comandada pelo conceito de jornalismo político-partidário, foi dominante desde a sua formação, em meados do século passado [século dezenove], até a década de trinta. A segunda, dominada pelos conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural, começou a se gestar lentamente no início do século [século vinte], quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação. (Op. cit., p.8-9)

Rüdiger observa, no entanto, que a passagem de uma fase para outra estende-se por vários anos e que as práticas jornalísticas não se sustentam sozinhas, mas estruturam-se em um contexto econômico, político e social que condiciona seu comportamento, ao mesmo tempo em que sofre dialeticamente a ação de sua práxis. Ou seja, a prática jornalística resulta do contexto econômico, político e social no qual se insere; contexto esse que, por sua vez, também é determinado – afetado – pela ação de tal prática.

O autor salienta ainda a diferença entre *jornalismo* e *imprensa*. Segundo Rüdiger, o jornalismo corresponde a uma “prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação: da imprensa à televisão” (Op. cit., p. 7). A imprensa, por conseguinte, consiste em um dos meios de comunicação através dos quais se materializa uma determinada prática social: a do jornalismo. Como aponta o esquema que segue:



Considerando, então:

- a) o jornalismo como uma prática social;
- b) a imprensa como um meio de comunicação,

retomamos, de um lado, a noção de ideologia trabalhada por Pêcheux em *Semântica e discurso* (1975) e, de outro, a noção de aparelhos ideológicos de Estado (AIE) elaborada por Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Apresentamos essas noções na seção “Ideologia e discurso” do Capítulo I.

Pêcheux – recuperando Althusser – mostra que as ideologias são feitas de práticas e não de idéias, o que faz com que toda prática só exista através de e sob uma ideologia (1995, p. 144 e 149). Ora, sendo o jornalismo uma prática social, tem seu funcionamento necessariamente regulado por uma ideologia. Eis por que Rüdiger afirma que as práticas jornalísticas dependem do contexto econômico, político e social no qual se inscrevem. Aqui está a relação do jornalismo – da prática jornalística – com o ideológico.

Essa relação materializa-se nos meios de comunicação – imprensa, rádio, televisão, por exemplo –, que se configuram no que Althusser denomina aparelhos ideológicos de Estado: instituições nas quais a ideologia encontra “seu lugar e meio de realização” (Pêcheux, 1995, p. 145)<sup>2</sup>.

A imprensa – nosso foco no presente trabalho<sup>3</sup> – constitui-se, desse modo, em um aparelho ideológico de Estado, em um lugar que garante não apenas a reprodução de uma determinada ideologia (a ideologia dominante) – como propõe Althusser –, mas ainda sua transformação – como defende Pêcheux, quando passa, em *Semântica e discurso*, a refletir sobre os modos de identificação do sujeito com a forma-sujeito, ou melhor, sobre a heterogeneidade da ideologia<sup>4</sup>. Eis por que Rüdiger também afirma que as práticas jornalísticas determinam, afetam, o contexto econômico, político e social no qual se inscrevem. O que os esquemas seguintes ilustram:

---

<sup>2</sup> A escola, a família, a igreja e os partidos políticos são igualmente exemplos de AIE.

<sup>3</sup> Através do discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999.

<sup>4</sup> Sobre a heterogeneidade da ideologia pensada por Pêcheux, rever as seções “Ideologia e discurso” e “Sujeito e sentido” do Capítulo I.

contexto econômico, político e social (ideologia)

↓ condiciona

prática jornalística → materializando-se através dos meios de comunicação (AIE)

↓ determina/afeta

contexto econômico, político e social (ideologia)

prática jornalística (através da imprensa → meio de comunicação → AIE)

↓

reproduz (quando é por ele condicionada)

transforma (quando o determina/afeta)

↓

contexto econômico, político e social (ideologia)

A prática jornalística não se encontra, portanto, fora das disputas ideológicas de uma formação social. Pelo contrário. Através dos diversos meios de comunicação, a prática jornalística materializa essas disputas e, mesmo que sub-repticiamente, posiciona-se em relação a elas.

Nesse sentido, Rüdiger – reportando-se a Habermas<sup>5</sup> – mostra que, em seu surgimento, a imprensa foi vista pelas autoridades como “um meio de controlar a opinião e exercer o poder” (1993, p. 11). E que – reportando-se agora a Marcondes Filho<sup>6</sup> – com o jornalismo moderno, “os jornais não vivem mais para o mercado, mas para a esfera da opinião pública, servindo de porta-vozes dos partidos e fórum de discussão da sociedade civil” (Rüdiger, op. cit., p. 11). Ou seja, desde sempre, a imprensa – um aparelho ideológico de Estado – esteve ligada à ideologia.

---

<sup>5</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>6</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.

A esse respeito, Rüdiger observa que, na primeira fase do jornalismo gaúcho – centrada no jornalismo político-partidário –, a relação imprensa-ideologia é explícita, ao passo que, em sua segunda fase – centrada no jornalismo informativo e na indústria cultural –, essa relação torna-se bem menos evidente. Diz o autor, acerca dos jornais da década de 20:

O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* formavam, então, a vanguarda do nosso jornalismo, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade. Para ambos, os jornais eram apenas veículos imparciais de informações, responsáveis pelo registro nervoso dos dias em curso e a divulgação profissional e verídica dos acontecimentos. O tempo do jornalismo político-literário<sup>7</sup> havia passado, filtrado pela racionalidade emergente do mercado, conforme a qual se constituiu uma nova doutrina jornalística. (Op. cit., p. 57)

Assim, nessa segunda fase, a relação entre imprensa e ideologia não desaparece, mas adquire novos contornos nem sempre facilmente apreendidos. O que aponta Rüdiger, quando reproduz os comentários de um redator de uma folha contemporânea ao *Correio* sobre sua hegemonia no mercado de jornais da época<sup>8</sup>:

---

<sup>7</sup> Em seu texto, Rüdiger mostra que a primeira fase do jornalismo gaúcho é igualmente marcada por um jornalismo literário independente, cujo objetivo é o de especializar-se “na difusão de notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromisso doutrinário” (Op. cit., p. 45); compromisso esse que caracteriza o jornalismo político-partidário, que “sempre acalentou o sonho de formar e também de dirigir a opinião pública” (Op. cit., p. 45).

<sup>8</sup> Com uma tiragem na casa dos 20 mil exemplares em 1920.

“trata-se de um jornal meramente informativo”, “nem sequer tem opinião própria nos graves casos em que se envolve a opinião pública”, “se limita a narrar os acontecimentos em estilo de tamancaria” (Op. cit., p. 60). Para o autor, não se trata de uma posição não-política do *Correio do Povo* – ou seja, não comprometida com o ideológico –, mas de uma outra postura frente a esse mesmo ideológico. Afirma ele:

Na verdade, o cultivo empresarial dessa linha noticiosa era o principal segredo do *Correio*. Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais. (Op. cit., p. 61)

O que ilustra com um exemplo:

O *Correio do Povo*, para citar apenas um caso, nunca foi um jornal apolítico, como reza sua lenda. Durante a década de trinta, por exemplo, envolveu-se num sério conflito com o Governo Flores da Cunha. Breno Caldas decidira apoiar, após um período de rejeição, o projeto varguista de desenvolvimento capitalista para o País, cujos termos centralizadores haviam gerado uma dissidência com Flores. O *Correio* passou a publicar então uma série de notícias e reportagens negativas sobre o governo. Flores organizou uma campanha de devolução de assinaturas entre os filiados ao Partido Republicano Liberal. Além disso, mandou cortar a publicação de anúncios e atos oficiais no jornal, através de medida que incluía as prefeituras. (Op. cit., p. 64)



Rüdiger acrescenta ainda: “Para sua direção, o jornal estava simplesmente noticiando fatos, cabendo à opinião pública tirar suas conclusões” (Op. cit., p. 64).

Ora, verifica-se nessa mudança do perfil jornalístico do Estado um reflexo da mudança no contexto econômico, político e social no qual jornalismo e imprensa estão inseridos, uma vez que – como salienta o autor – pode-se estabelecer uma articulação entre *um novo conceito jornalístico e as novas demandas do tempo*, bem como entre *novos termos para a concorrência no mercado de jornais e uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público*. Tem-se, portanto, a prática jornalística sendo diferentemente regulada por um novo contexto ideológico que se impõe na sociedade gaúcha da época.

Acreditamos, contudo, que *o sonho de formar e também de dirigir a opinião pública* do jornalismo político-partidário não é abandonado pelo jornalismo informativo que se segue no Estado. Apenas busca-se esse sonho de outro modo: não se trata mais explicitamente do caráter político do jornalismo, mas sim sutilmente, visto que – como muito bem percebe Caldas Júnior, fundador do *Correio do Povo* – pode-se entrar no político<sup>9</sup>, sem dele se falar abertamente. Além do que, forma-se e dirige-se a opinião pública, informando-a apenas a partir de um determinado ponto de vista sobre os fatos e acontecimentos. Com isso, pontos de vista divergentes ou contrários à posição de um jornal nele não encontram espaço, pois não têm voz.

---

<sup>9</sup> Segundo Indursky, “o *político* é resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas” (“O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira”, s.d., p. 4). A autora, retomando Corten, salienta também que o *político* consiste em uma representação que não se confunde, de um lado, com a *política* – “área funcional especializada, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas” – nem, de outro, com o *discurso político* – um dos campos através dos quais se pode perceber o *político* (Op. cit., p. 4).

Falemos, então, sobre o jornal *Zero Hora*, cujo discurso jornalístico-político acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM nos meses de março, abril e maio de 1999 analisamos no presente trabalho.

*Zero Hora* surge com o fechamento da folha *Última Hora* em 1964, após o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e mergulhou o país em uma ditadura militar que se estendeu durante vinte anos. Segundo Rüdiger, a *Última Hora* – jornal que fazia parte de uma cadeia fundada em todo o país por Samuel Wainer – “não somente lançou a imprensa popular, como renovou os padrões gráficos e noticiosos do jornalismo gaúcho, desde sua fundação, em 1960” (Op. cit., p. 65)<sup>10</sup>. O autor acrescenta ainda:

A folha teve grande receptividade entre o público leitor, principalmente por parte das camadas populares emergentes, desenvolvendo um jornalismo engajado na política populista da época, mas rico em conteúdo informativo e editorial. (Op. cit., p. 65)

Seu fechamento deveu-se, por conseguinte, ao fato de o jornal alinhar-se politicamente ao partido de João Goulart: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

*Zero Hora*, por outro lado, começa a circular um mês após a extinção de *Última Hora*, em 4 de maio de 1964 – “graças, à ação de um grupo de ex-jornalistas de *Última Hora* e outros investidores da indústria e comércio de Porto Alegre” (*Zero Hora Ano 20*, 1984, p. 3) –, trazendo o seguinte editorial:

---

<sup>10</sup> A cadeia de jornais fundada por Wainer, ao longo dos anos 50, chamava-se igualmente *Última Hora*.

Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem vínculo ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.

(...)

A par de sua orientação popular, *Zero Hora* se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas. (Op. cit., p. 3-4)

Assim, desde seu primeiro editorial, *Zero Hora* assume uma postura diferente daquela de *Última Hora*, uma vez que afirma não ter qualquer *vínculo ou compromissos políticos*. O jornal define-se como *democrático*, estando apenas preocupado em *servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades*. Com isso, *Zero Hora* apresenta-se pretensamente como um jornal que – falando em nome do povo, ou seja, como seu porta-voz – pretende defendê-lo<sup>11</sup>.

No entanto, o desejo de manter-se *dentro do respeito às leis e às autoridades* parece anunciar o que, mais adiante, confirma-se no editorial: *Zero Hora se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos que, sem medir*

---

<sup>11</sup> Nesse sentido, no editorial de sua fundação, o sujeito do discurso de *Zero Hora* já se apresenta como porta-voz do povo gaúcho. Trata-se, no entanto, de um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, visto que estende à coletividade dos gaúchos a voz de apenas um dos grupos que a constituem. O sujeito do discurso de *Zero Hora*, por conseguinte, não preserva nem respeita a voz do povo, pois – falando em seu nome – usurpa e silencia seu dizer. A esse respeito, conferir a seção “Recorte 03 – Fabricando o

*esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas*<sup>12</sup>. O que significa que *Zero Hora* compartilha, na verdade, dos ideais do regime militar, estabelecendo um vínculo político com o governo de direita instaurado pelo golpe<sup>13</sup>.

Esse vínculo, contudo, não é reconhecido pelo jornal:

*Zero Hora* assumiu desde o início, considerados os constrangimentos impostos pela situação, a posição ideológica, própria da Grande Imprensa, de expectador imparcial dos acontecimentos, abstando-se de manifestar posições diretamente políticas. (Op. cit., p. 5)

Desse modo, *Zero Hora* – como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* na década de 20 – pretende defender a imparcialidade dos veículos de informação e o profissionalismo na divulgação dos acontecimentos, cabendo ao leitor, à opinião pública, fazer seus julgamentos<sup>14</sup>.

---

consenso” deste capítulo; a respeito da noção de porta-voz, rever a seção “Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social” do Capítulo II.

<sup>12</sup> Eis aqui o discurso dos militares sendo assimilado e reproduzido por *Zero Hora*.

<sup>13</sup> Assumindo o discurso dos militares, ao mesmo tempo em que se propõe a defender os direitos e reivindicações do povo, o sujeito do discurso de *Zero Hora* faz um duplo jogo: diz que fala em nome do povo, mas fala em nome do governo. Ou seja, configura-se, de um lado, em um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, do povo e, de outro, em um porta-voz legítimo, autorizado, do governo conservador. Desse modo, *Zero Hora* constrói uma postura de alinhamento ao poder instituído que só é rompida, como veremos, com o Governo Olívio Dutra. O que, na prática, significa que ainda se mantém como porta-voz das forças conservadoras.

<sup>14</sup> Na seção “Sujeito e sentido” do Capítulo I, falamos sobre o que – em Análise do Discurso – se denomina a *ilusão constitutiva do sujeito*. Essa ilusão refere-se ao fato de o sujeito acreditar que está na origem de seu dizer e que tem sobre ele absoluto controle. Trata-se, no entanto, de uma ilusão

Ocorre que, por trás dessa imparcialidade e desse profissionalismo, a imprensa, de fato, dissimula seus posicionamentos, como se não existissem e não orientassem suas publicações. Continua-se, por conseguinte, tratando do político, sem mostrá-lo abertamente. Continua-se, por conseguinte, informando a opinião pública apenas a partir de um determinado ponto de vista. Ou seja, continua-se *enformando* a opinião pública, ao invés de *informá-la*, apresentando-lhe a diversidade de vozes.

Em maio de 1970, quando passava por uma forte crise devido à queda nas tiragens e à falta de recursos para novos investimentos, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS)<sup>15</sup> assume o controle de *Zero Hora*. Essa mudança, porém, não altera seu perfil jornalístico. No texto *Zero Hora Ano 20*, lê-se:

---

necessária, sem a qual não há nem sujeito nem dizer. Fazendo um paralelo, podemos dizer que a *ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico* (e, por conseguinte, do sujeito do discurso da imprensa – de *Zero Hora*, por exemplo) diz respeito à imparcialidade e ao profissionalismo no tratamento da notícia. O sujeito do discurso jornalístico, desse modo, acredita ser imparcial e profissional na divulgação dos acontecimentos, o que – de fato – não passa de uma ilusão, uma vez que seu dizer é determinado pelo lugar social no qual esse sujeito se inscreve: no caso que analisamos, o lugar da imprensa, um lugar institucional (rever a noção de *discurso sobre* na seção “Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social” do Capítulo II). Salientamos, por outro lado, que essa ilusão também é necessária, pois sem ela não haveria, mais uma vez, nem sujeito nem dizer. Ou seja, nem sujeito do discurso jornalístico nem notícia.

<sup>15</sup> Em 1957, Maurício Sirotsky Sobrinho – seu fundador – e Frederico Arnaldo Ballvé convencem Arnaldo Ballvé a completar sua rede de emissoras de rádio no interior do Rio Grande do Sul com uma estação-chave na capital do Estado. O Grupo RBS inicia sua história, desse modo, com a fundação da Rádio Gaúcha em Porto Alegre. Em 1962, surge a TV Gaúcha (atual RBS TV) que, em 1967, associa-se à Rede Globo. A partir de então, o Grupo expande-se, passando a atuar em todas as mídias: rádio, televisão e imprensa, através de diferentes veículos de comunicação espalhados não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina (“História da RBS”, s.d., p. 1).

perguntar pela ideologia de *Zero Hora* implica antes de tudo uma referência à ideologia da indústria cultural em geral, assentada na reprodução dos acontecimentos conforme o senso comum vigente e na elaboração de produto competitivo no mercado. De resto, a ideologia de *Zero Hora* tem seguido a orientação do grupo RBS, assumindo a “defesa do interesse geral da comunidade”, sem se “definir por este ou aquela parcela” [como afirma o editorial de 4 de maio de 1980]. (Op. cit., p. 33-34)

*Zero Hora* alinha-se, assim, com o poder instituído, o que resulta das condições de produção de seu surgimento; condições essas que parecem não ter-se alterado ao longo dos anos, embora o contexto econômico, político e social no qual o jornal se encontra inserido não seja mais aquele de 1964.

No entanto, esse alinhamento político não se mantém em relação ao atual Governo do Estado – o Governo Olívio Dutra –, visto que esse governo, por sua vez, afasta-se politicamente dos governos anteriores aos quais *Zero Hora* aderira. Desse modo, o que poderia surpreender – o fato de o jornal opor-se ao governo –, não surpreende, mas justifica-se, pois o Governo Olívio Dutra não compartilha do mesmo posicionamento ideológico de seus antecessores. Vale dizer: não se inscreve junto às forças conservadoras.

Considerando, então, as condições de produção de seu surgimento e a feição que essa toma a partir e em função disso, procuraremos examinar – na análise de nosso objeto de estudo – de que modo a tensão existente entre o jornal e o Governo

Olívio Dutra materializa-se no discurso de *Zero Hora*, que insiste ilusoriamente em sua imparcialidade e profissionalismo<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A esse respeito, lembramos – por exemplo – o debate ocorrido em 12/05/1999, no programa TVE Debates da TVE, sobre o tema “Imprensa – liberdade, ética e imparcialidade”. O programa, coordenado pelo jornalista Geraldo Canali, contou com a participação dos seguintes convidados: Jayme Sirotsky (presidente do conselho de administração da RBS), Márcio Oliveira Puggina (desembargador aposentado), Eugênio Esber (editor das revistas *Amanhã* e *Aplauso*), Jorge Furtado (cineasta), Affonso Ritter (jornalista) e Flávio Koutzii (chefe da Casa Civil do Governo Olívio Dutra). Nesse debate, a falta de imparcialidade e de profissionalismo de *Zero Hora* e de outros veículos do Grupo RBS são severamente criticados por Furtado e Koutzii, sobretudo em relação à cobertura dada às negociações entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis. O que Jayme Sirotsky rebate com veemência, reafirmando exatamente o contrário, ou seja: que *Zero Hora*, assim como os demais veículos da RBS, pauta-se sim pela imparcialidade e pelo profissionalismo no tratamento da notícia (eis aqui a *ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico* da qual falamos). Essa reafirmação marca igualmente as campanhas publicitárias do jornal *Zero Hora* e da RBS TV sobre si mesmos, cujo principal *slogan* é: “A vida por todos os lados”. Acreditamos, aliás, que essas campanhas surgem após as duras críticas dirigidas ao Grupo RBS realizadas no referido debate, o que leva a empresa a lançar mão da publicidade para convencer seus ouvintes, telespectadores e leitores de sua imparcialidade e de seu profissionalismo.

## Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso

A Análise do Discurso mantém com a Lingüística uma relação de tensão: de um lado, a língua – objeto da Lingüística – não é, para o analista de discurso, um objeto autônomo, uma vez que a linguagem não significa por si mesma, mas em relação às suas condições de produção, e, de outro, o discurso – objeto da AD – “é um objeto histórico cuja materialidade específica é lingüística” (Orlandi, 1994a, p. 295). Ou seja, a Análise do Discurso pressupõe a Lingüística, mas seu conceito de língua não se reduz ao da Lingüística. Com isso, a dicotomia língua/fala da Lingüística é deslocada para uma outra em AD: a relação língua/discurso, que se define pela contradição – e não pela oposição – e que põe no mesmo lugar (no discurso) o que, em Saussure – no *Curso de lingüística geral* (1916) –, se encontra separado pelo corte (o social e o histórico)<sup>1</sup>.

Esse deslocamento, por sua vez, mostra que a Análise do Discurso interessa-se pelos processos de constituição do fenômeno lingüístico, ao passo que a Lingüística preocupa-se com o produto dessa constituição. Assim, na AD, não se buscam as regularidades formais, como na Lingüística, mas as regularidades históricas através da análise do funcionamento discursivo das formas ou marcas lingüísticas. Como aponta Orlandi, o “repetível na Lingüística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer)” (Op. cit., p. 297).

---

<sup>1</sup> Não se trata mais, portanto, da língua concebida pela Lingüística – uma forma abstrata –, mas da língua para a AD – uma forma material marcada historicamente. Como aponta Orlandi, “o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso” (Op. cit., p. 301).



O lingüístico é, então, a porta para o discursivo. As marcas lingüísticas funcionam como pistas para o analista, que, em sua análise, deve chegar às propriedades discursivas, determinando, desse modo, as características próprias do discurso examinado.

As marcas lingüísticas referem-se, portanto, à organização interna do discurso, ao passo que as propriedades discursivas têm a ver com a totalidade do discurso e sua relação com a exterioridade. Com isso, para se determinar as características de um discurso – suas propriedades –, não basta identificar suas marcas, deve-se verificar seu funcionamento específico em relação às suas condições de produção (CP). Eis por que Courtine afirma que, em *Análise do Discurso*, “é necessário ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo” (1983, p. 18).

Para identificar essas marcas lingüísticas e, sobretudo, para determinar as propriedades do discurso em análise, o analista dispõe de um aparato teórico-metodológico – o arcabouço teórico da AD –, a partir do qual constrói seu dispositivo analítico. Esse dispositivo compreende os conceitos específicos necessários para cada análise; conceitos que, sendo o caso, o próprio analista pode cunhar. Isso mostra como, na prática da *Análise do Discurso*, “não há separação entre a teoria e a análise” (Orlandi, 1998b, p. 15), o que faz com que seus pressupostos teóricos sejam constantemente repensados, completando-se um movimento teoria-análise-teoria. Por outro lado, a mediação teórica desse dispositivo, permite ao analista situar-se “em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”, sem ser vítima de seus efeitos, mas, pelo contrário, aproveitando-os (Orlandi, 1999a, p. 61). O trabalho do analista fundamenta-se, assim,

em um dispositivo analítico e desenvolve-se em diferentes momentos, em diferentes etapas de análise<sup>2</sup>.

Na primeira etapa da análise, passa-se da superfície lingüística para o objeto discursivo através de um movimento que opera com o esquecimento n. 2 (o da enunciação) e que leva ao delineamento das diferentes formações discursivas que são mobilizadas pelo discurso.

Por fim, na segunda etapa, parte-se do objeto discursivo para o processo discursivo, trabalhando-se, agora, com o esquecimento n. 1 (o da ideologia), o que possibilita identificar a relação das formações discursivas com o ideológico<sup>3</sup>. Chegando, pela análise, ao processo discursivo, compreende-se como o discurso funciona – como produz sentidos –, o que depende da formação discursiva na qual o sujeito que o mobiliza se inscreve.

Vale ressaltar, no entanto, que o percurso:

superfície lingüística → objeto discursivo → processo discursivo
--

não é linear. O analista de discurso, buscando compreender como um objeto simbólico produz sentidos, também trabalha em um constante ir e vir entre o intra e o interdiscurso – entre o que é do nível da formulação do discurso e o que é do nível de sua constituição. Ou seja, entre a análise da superfície lingüística – o fio do discurso – e a análise de sua relação com “o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que

---

<sup>2</sup> No Capítulo II, discutimos algumas noções da Análise do Discurso que embasam as análises que fazemos de nosso objeto de estudo. Delineamos, por conseguinte, nesse capítulo, nosso dispositivo analítico.

<sup>3</sup> As noções de esquecimento n. 1 e esquecimento n. 2 encontram-se no Capítulo I deste trabalho.

determinam o que dizemos”, pois só tem sentido o que já faz sentido (Orlandi, op. cit., p. 33).

Trata-se, assim, de um processo complexo no qual o analista deve recompor o que foi apagado pela ideologia, ou melhor, deve procurar determinar de que modo o sujeito é por ela afetado na produção de seu discurso.

Por outro lado, o analista – nesse processo complexo de busca da produção do sujeito e do sentido – não define apenas o dispositivo analítico no qual baseia sua análise. Cabe igualmente ao analista definir o *corpus* sobre o qual incide a análise.

Para a Análise do Discurso, desse modo, o *corpus* é sempre uma construção. O analista de discurso, a partir de seus objetivos e das análises que efetua, determina o que faz e o que não faz parte de seu *corpus*. Construção do *corpus* e análise, como observa Orlandi, vão juntas, são simultâneas (1998b, p. 15). Por isso, em AD, não se trabalha com um *corpus* inaugural, uma vez que não se entende essa noção como algo dado, posto, mas sim construído pelo analista.

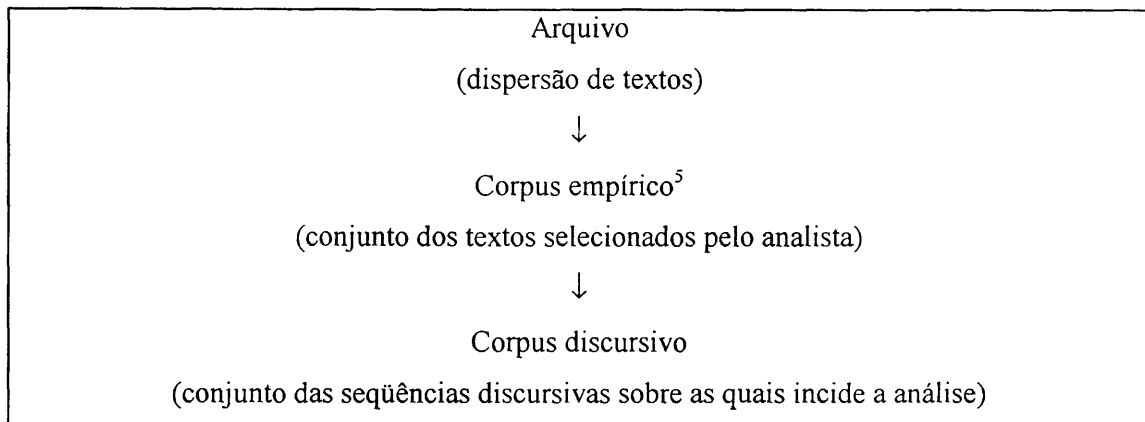
A AD também diferencia *corpus* empírico e *corpus* discursivo. O *corpus* empírico abrange o conjunto dos textos selecionados a partir do recorte que o analista faz no arquivo<sup>4</sup>. O *corpus* discursivo, por sua vez, resulta da análise do *corpus* empírico e contém as seqüências discursivas que serão posteriormente trabalhadas.

Para Courtine, as seqüências discursivas são “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à da frase” (1981, p. 25). Essas seqüências são, portanto, recortes, o que Orlandi define como “uma unidade discursiva”, um “naco, pedaço, fragmento”

---

<sup>4</sup> O texto é a unidade de análise da qual parte o analista. O arquivo, segundo Pêcheux, corresponde a uma dispersão de textos, ou seja, ao “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (1994, p. 57).

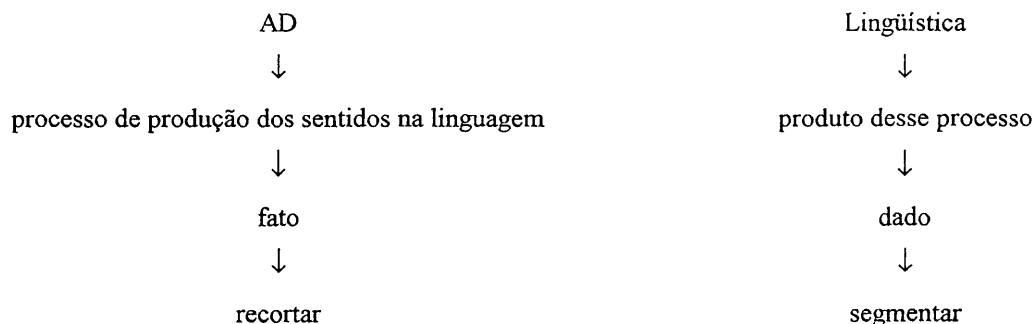
de situação discursiva, ou seja, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” (1984, p. 14 e 16). Desse modo, tem-se o esquema:



Dependendo do trabalho, contudo, o corpus discursivo pode ser diferentemente organizado, apresentando um ou mais recortes. Cada recorte refere-se a um determinado fato discursivo<sup>6</sup> que é discutido a partir do que Courtine denomina uma seqüência discursiva de referência (sdr).

<sup>5</sup> O corpus empírico também pode ser denominado arquivo. Nesse caso, trata-se do arquivo construído pelo analista e não do arquivo tal como estabelece Pêcheux (conferir nota anterior).

<sup>6</sup> A AD, ao contrário da Lingüística, trabalha com fatos e não com dados. Como observamos, as marcas lingüísticas – os dados – são apenas pistas para se chegar às propriedades do discurso – aos fatos discursivos. Desse modo, a AD não segmenta como a Lingüística, mas recorta, ou seja, delimita seqüências envolvendo, ao mesmo tempo, linguagem-e-situação (o lingüístico e o histórico), pois se preocupa com os processos de produção dos sentidos na linguagem e não com seus produtos.



Vale dizer que o número de seqüências de cada recorte depende do analista, pois, em AD, importa a representatividade dos fatos analisados e não a exaustiva quantificação de seus exemplos. O analista ainda pode fazer, sendo necessário, outros recortes dentro de um recorte discursivo, assinalando diferentes blocos e/ou grupos de seqüências.

Em Análise do Discurso, por conseguinte, recorta-se. E recorta-se o tempo todo. Aliás, desde as primeiras delimitações do objeto de estudo do analista, quando – dentro do universo discursivo (que engloba a totalidade dos discursos) – define-se um determinado campo discursivo (um subconjunto do universo discursivo), a partir do qual se define, por sua vez, um determinado espaço discursivo (um subconjunto do campo discursivo). Através desses sucessivos recortes, o analista demarca seu corpus empírico, podendo, então, após novas análises e recortes, construir seu corpus discursivo. Eis aqui uma parte do trabalho de construção do analista, que só finaliza com o resultado de sua análise.

### **Trazendo os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso para a análise**

Observando as noções de universo, campo e espaço discursivo da Análise do Discurso, estabelecemos, assim, as seguintes delimitações, objetivando definir nosso objeto de estudo no presente trabalho:

- dentro do universo discursivo – que engloba “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura” (Maingueneau, 1997, p. 116), ou seja, todos os discursos possíveis e imagináveis – nosso campo discursivo é o do discurso jornalístico-político;

- dentro do campo discursivo – que engloba “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região [do universo discursivo]” (Op. cit., p. 116) – nosso espaço discursivo é o do discurso jornalístico-político do jornal *Zero Hora* sobre o Governo Olívio Dutra;
- dentro do espaço discursivo – que engloba “um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (Op. cit., p. 117) – nosso recorte específico, nosso objeto de estudo, é o discurso jornalístico-político do jornal *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999.

O que pode ser resumido no quadro:

<b>universo discursivo</b> → todos os discursos possíveis e imagináveis
<b>campo discursivo</b> → discurso jornalístico-político
<b>espaço discursivo</b> → discurso jornalístico-político do jornal <i>Zero Hora</i> sobre o Governo Olívio Dutra
<b>recorte específico</b> → discurso jornalístico-político do jornal <i>Zero Hora</i> acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM durante os meses de março, abril e maio de 1999

Tendo definido nosso recorte específico – nosso objeto de estudo –, partimos para análise do arquivo: do “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Pêcheux, 1994, p. 57). Esse arquivo, encontramos reunido em um outro arquivo (um arquivo de jornais, revistas e periódicos): o arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre.

Trabalhando como o arquivo, selecionamos primeiramente todos os exemplares de *Zero Hora* de março, abril e maio de 1999. Após a leitura desse material, selecionamos os textos sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM. E, desse grupo, ficamos apenas com os textos de dois diferentes espaços do jornal: a capa e o editorial, definindo, portanto, nosso corpus empírico. Escolhemos esses espaços porque, neles, os textos têm a autoria do sujeito inscrito na posição-sujeito de *Zero Hora*, e não a autoria de sujeitos articulistas, colunistas, chargistas ou repórteres do jornal, que, eventualmente, podem pertencer a uma outra posição-sujeito<sup>7</sup>. Afinal, queremos identificar o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* sobre a relação entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis.

A partir, então, do corpus empírico, efetuamos uma série de análises que nos possibilitaram a construção de nosso corpus discursivo através do recorte das

---

<sup>7</sup> Desse modo, como os outros espaços de *Zero Hora* apresentam textos assinados, neles não nos detemos. Por outro lado, esses espaços apenas reproduzem o que é dito na capa e no editorial do jornal. Nesse sentido, salientamos que mesmo os espaços que poderiam abrigar diferentes vozes não o fazem, uma vez que as charges se alinham ao discurso do jornal, as seções “Palavra do Leitor” e “Sobre ZH” são por ele fabricadas e, em sua coluna, Luis Fernando Veríssimo silencia. Assim, em nossa opinião, as ressonâncias que caracterizam o processo discursivo do jornal ecoam tanto no tempo – ou seja, ao longo dos três meses examinados – quanto no espaço – ou seja, ao longo das diferentes seções que compõem o jornal. Sobre as charges e a seção “Palavra do Leitor”, conferir a seção “Anexos”, bem como a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do Capítulo III.

seqüências discursivas sobre as quais incide a análise. Essas seqüências foram divididas em três diferentes recortes, apresentando, cada um deles, um diferente fato discursivo.

No primeiro recorte (“Recorte 01 – Desqualificando o outro”), identificamos no discurso do jornal a desqualificação do sujeito inscrito na posição-sujeito do Governo Olívio Dutra, devido a sua postura em relação às montadoras Ford e GM, o que mostra a tensão existente entre a posição-sujeito do jornal e a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra. Esse recorte contém 15 seqüências discursivas (Sd 01 – Sd 15), nas quais as marcas lingüísticas (os itens lexicais *impasse*, *conflito*, *confronto*, *pendência*, *atrito*, *desentendimento*, *desencontro*, *divergência* e *discórdia*) encontram-se em uma rede de formulações discursiva<sup>8</sup>, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* o impasse entre o governo e as montadoras de automóveis.

Por sua vez, no segundo recorte (“Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro”), identificamos, no discurso do jornal, a qualificação do sujeito inscrito na posição-sujeito de *Zero Hora* pela qualificação dos projetos das montadoras de automóveis, o que reforça a tensão existente entre a posição-sujeito do jornal e a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra. Esse recorte contém igualmente 15 seqüências discursivas (Sd 16 – Sd 30), nas quais as marcas lingüísticas (os adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação – *fundamentais*, *grandes*, *essenciais*, *audaciosos*, *gigantescos*, *mega*, *que são desejados em qualquer lugar do mundo*, *um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo* e *maiores do fim do século* –

---

<sup>8</sup> Noção trabalhada na seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” do Capítulo II, bem como ao longo de nossos três recortes discursivos e na seção “Repensando a teoria a partir da análise”, presentes neste capítulo.



em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto*) encontram-se em uma rede de formulações discursiva, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* a qualidade dos projetos das montadoras de automóveis no Estado.

Finalmente, no terceiro recorte (“Recorte 03 – Fabricando o consenso”), identificamos no discurso do jornal a fabricação de um consenso acerca da posição do Governo Olívio Dutra em relação às montadoras Ford e GM, o que comprova, mais uma vez, a tensão existente entre a posição-sujeito do jornal e a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra. Esse recorte contém 18 seqüências discursivas (Sd 31 – Sd 48), nas quais as marcas lingüísticas (os itens lexicais *povo gaúcho, coletividade gaúcha, sociedade gaúcha, população gaúcha, gaúchos, sociedade, população, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e de cidadãos, cidadãos rio-grandenses*, bem como *interesse público, interesse social, interesse do Rio Grande, interesse do Estado, interesse presente e futuro do Rio Grande, interesses maiores do Estado, interesses gerais e interesses do Estado*) encontram-se em uma rede de formulações discursiva, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* o que seria a voz do povo gaúcho sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis. Ou melhor, nesse recorte, o jornal configura-se no porta-voz do povo gaúcho, atribuindo, a toda a população do Estado, seu ponto de vista a respeito da relação entre o governo e as montadoras.

Temos, desse modo, os esquemas:

<p><b>corpus empírico</b> → textos da capa e do editorial de <i>Zero Hora</i>, dos meses de março, abril e maio de 1999, sobre a relação entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM.</p>
<p><b>corpus discursivo</b> → seqüências discursivas retiradas da capa e do editorial de <i>Zero Hora</i>. Essas seqüências encontram-se divididas em três diferentes recortes (Recorte 01, 02 e 03), conforme os diferentes fatos discursivos que apresentam.</p>

<b>corpus discursivo</b>		
<p><b>Recorte 01</b> (Sd 01 – Sd 15) (15 seqüências da capa e do editorial de ZH)</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p><b>Recorte 02</b> (Sd 16 – Sd 30) (15 seqüências da capa e do editorial de ZH)</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p><b>Recorte 03</b> (Sd 31- Sd 48) (18 seqüências do editorial de ZH)</p> <p style="text-align: center;">↓</p>
<p>desqualificação do sujeito inscrito na posição-sujeito do Governo Olívio Dutra, devido a sua postura em relação às montadoras Ford e GM</p>	<p>qualificação do sujeito inscrito na posição-sujeito de <i>Zero Hora</i> pela qualificação dos projetos das montadoras de automóveis</p>	<p>fabricação de um consenso acerca da posição do Governo Olívio Dutra em relação às montadoras Ford e GM</p>

Eis nosso corpus discursivo, nosso objeto discursivo de análise. Passamos, então, às análises, nas quais procuraremos verificar o processo discursivo de *Zero Hora*, ou seja, como esse discurso funciona – como produz sentidos –, identificando quais são suas propriedades discursivas e os efeitos de sentido delas decorrentes.

## Recorte 01 – Desqualificando o outro

Nesse recorte, apresentamos seqüências discursivas retiradas de dois diferentes espaços do jornal: a capa e o editorial<sup>1</sup>. Nelas, podemos ver de que modo a posição-sujeito de *Zero Hora* (PSZH) avalia a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (PSGOD) em relação à postura que este adota frente às tratativas com as montadoras de automóveis, Ford e GM, em processo de instalação no Estado do Rio Grande do Sul no período de março, abril e maio de 1999. Para tanto, voltamos a algumas das noções teóricas desenvolvidas no Capítulo I e, sobretudo, no Capítulo II deste trabalho.

Retomando, assim, a noção de condições de produção (CP) proposta por Pêcheux, consideramos – nesse momento – as perguntas:

- a) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz de si mesmo ( $I_A(A)$ )?
- b) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz do Governo Olívio Dutra (GOD) – um dos referentes de seu discurso ( $I_A(R01)$ )?

ou seja, queremos identificar:

ZH (A)	$I_{ZH}(ZH) \rightarrow$ imagem do lugar de ZH para si mesma “Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_{ZH}(GOD) \rightarrow$ ponto de vista de ZH sobre o Governo Olívio Dutra ( $I_A(R01)$ ) “De que lhe falo assim?” <sup>2</sup>

<sup>1</sup> A capa – lugar de apelo ao leitor – e o editorial – lugar no qual o jornal diz o que pensa – são os espaços que examinamos, com o objetivo de determinar as condições de produção do discurso de *Zero Hora*. Rever “Trazendo os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso para a análise” na seção “Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso” do Capítulo II.

<sup>2</sup> Quadro discutido em “Trazendo a noção de condições de produção para a análise” na seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

E, a partir disso, analisamos as seqüências discursivas (sd) que seguem<sup>3</sup>:

Sd 01

“Existe **hoje** no Piratini uma **nova postura** em relação ao assunto, o que se reflete no ritmo das obras nos canteiros de Gravataí e de Guaíba. (...) Há aí aspectos delicados que devem ser levados em consideração. O primeiro deles é o de que os **acordos** que atraíram GM e Ford foram feitos **em nome do governo do Estado, não de uma corrente política. Respeitá-los faz parte da ética dos negócios. A credibilidade se constrói sobre a continuidade dos contratos. A renegociação** sempre pode ser proposta, mas nunca deve ser uma **imposição unilateral.**” (O Estado e as montadoras – Editorial – 14/03/99 – p. 18)

Sd 02

“Estes fatos não podem determinar, no entanto, que **autoritariamente se rompam compromissos** ou que se **deixem de cumprir contratos perfeitamente legais, apreciados pelo Poder Legislativo e por ele aprovados.**” (Em defesa do futuro – Editorial – 23/03/99 – p. 20)

Sd 03

“Completados os primeiros cem dias do governo Olívio Dutra, o grau de satisfação dos gaúchos com a administração petista praticamente reproduz a opção feita no pleito eleitoral que mudou o rumo político do Estado (...). Evidentemente, ainda é demasiado cedo para uma avaliação conclusiva, mas os números revelados pelo levantamento feito em 17 municípios de 12 regiões do Estado mostram claramente que a **opção pelos conflitos e o desmonte do modelo administrativo anterior** estão deixando a população, no mínimo, contrariada (...).” (A primeira avaliação – Editorial – 11/04/99 – p. 20)

Com base nessas seqüências, vemos que o jornal *Zero Hora* inscreve-se em uma formação discursiva (FD) que se opõe àquela que afeta o Governo Olívio Dutra.

---

<sup>3</sup> Assim como nos recortes 02 e 03, apresentamos aqui um conjunto de seqüências bastante longo. Com isso, queremos mostrar as redes de formulações e ressonâncias que caracterizam o processo discursivo

Trata-se, portanto, de formações discursivas antagônicas. Vale dizer que essas FD comportam, cada uma, uma posição-sujeito (PS)<sup>4</sup>: a posição-sujeito de *Zero Hora* (a PSZH) e a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (a PSGOD).

Desse modo, examinando Sd 01, Sd 02 e Sd 03, podemos dizer que a imagem que o sujeito inscrito na PSZH faz do Governo Olívio Dutra – referente explícito de seu discurso (R01) –, a respeito da questão das montadoras no Estado, é a de um governo que ocupa um lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social<sup>5</sup>. Essa imagem contrapõe-se à que esse mesmo sujeito faz do lugar ocupado pelo governo anterior: o Governo Antônio Britto (GAB), que, ao selar compromissos e contratos com as montadoras, trouxe, para o Estado, uma perspectiva de desenvolvimento há muito procurada, configurando-se, assim, em um lugar de competência e visão política, econômica e social.

Com isso, o Governo Antônio Britto apresenta-se igualmente como referente do discurso do sujeito que enuncia a partir da PSZH. Esse referente, contudo, não se encontra posto no discurso de ZH, mas recalcado, silenciado, em seu interdiscurso específico. Ou melhor, não se trata de um referente explícito, mas de um referente implícito que atravessa o discurso do jornal, determinando – de fora, do interdiscurso

---

de *Zero Hora*.

<sup>4</sup> Para efeitos dessa pesquisa.

<sup>5</sup> Quando falamos no sujeito inscrito na PSZH, estamos nos referindo aos diversos sujeitos – jornalistas, articulistas, columnistas, chargistas – que fazem o jornal. No entanto, nessa mesma PS, também se inscrevem todos aqueles que compartilham dessa imagem do GOD em relação às montadoras, inclusive aqueles leitores que com ela se identificam.

– a imagem que o sujeito colocado na PSZH tem tanto do Governo Olívio Dutra quanto das montadoras<sup>6</sup>, como veremos posteriormente no Recorte 02.

O Governo Antônio Britto, portanto, mobilizado através da memória discursiva pelo viés do discurso transversal, constitui o discurso de *Zero Hora* como uma presença-ausente<sup>7</sup>.

Percebemos, então, que a PSZH, ao se contrapor à PSGOD, nada mais faz do que reproduzir uma outra posição-sujeito; a PSGAB, com a qual se identifica plenamente. Por isso, através das pistas encontradas nas seqüências discursivas 01, 02 e 03, podemos construir o quadro que segue e que reflete o imaginário que a PSZH tem de governo, o qual contrasta com o imaginário dessa posição-sujeito sobre a PSGOD:

---

<sup>6</sup> Lembramos que identificamos as montadoras Ford e GM como R02, o segundo referente explícito do discurso de *Zero Hora*. A esse respeito, ver “Trazendo a noção de condições de produção para a análise” na seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

<sup>7</sup> Desenvolvemos as noções de memória discursiva e discurso transversal na seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II.

o que existia ontem e	o que existe <b>hoje</b> :
o que deveria existir hoje:	
mesma postura em relação às montadoras	<b>nova postura</b> em relação às montadoras
↓	↓
postura do governo anterior, do GAB	postura do governo atual, do GOD
↓	↓
estabelecer compromissos	<b>autoritariamente romper compromissos e</b>
e cumprir contratos	<b>deixar de cumprir contratos perfeitamente</b>
perfeitamente legais	<b>legais com as montadoras em nome de uma</b>
com as montadoras	<b>corrente política, e não em nome do</b>
em nome do governo do Estado	<b>governo do Estado, contrariando a</b>
e com a apreciação e a aprovação	<b>apreciação e a aprovação do Poder</b>
do Poder Legislativo	<b>Legislativo</b>
↓	↓
mostrar ética nos negócios e	não mostrar ética nos negócios nem
construir credibilidade	<b>construir credibilidade</b>
↓	↓
não fazer renegociação	fazer renegociação
↓	↓
acordo bilateral	<b>imposição unilateral</b>
↓	↓
opção pelo desenvolvimento e pela	<b>opção pelos conflitos e pelo</b>
manutenção do modelo administrativo	<b>desmonte do modelo administrativo</b>
em vigor	<b>anterior</b>

O que mostra que, a partir da PSZH, o sujeito enunciador avalia o sujeito inscrito na PSGOD como autoritário, estando apenas preocupado com o pensamento de sua corrente política, não se importando com o nome e a credibilidade do Estado nem tampouco com o descumprimento de contratos perfeitamente legais, apreciados e aprovados pelo Poder Legislativo, uma vez que – com sua nova postura frente às montadoras – impõe unilateralmente uma renegociação, revelando sua opção pelos

conflitos e pelo desmonte do modelo administrativo anterior. Eis o que pode e deve ser dito da PSZH sobre a PSGOD, sendo aquela posição atravessada – determinada, portanto – pela PSGAB por meio da imagem que faz do GAB (R03), seu referente implícito. Temos, desse modo, o quadro:

PSGAB ↓ determina a imagem que a PSZH faz do GAB (R03, implícito), pois esta posição identifica-se plenamente com aquela (PSZH = PSGAB) ↓ um lugar de competência e visão política, econômica e social	PSGAB ↓ determina, através da imagem que a PSZH faz do GAB (R03, implícito), a imagem que a PSZH faz do GOD (R01, explícito) ↓ um lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social
PSZH (= PSGAB) x PSGOD <sup>8</sup>	

Quanto à imagem que *Zero Hora* faz de si própria, observamos, nesse momento<sup>9</sup>, que se trata da mesma imagem que o jornal faz do GAB (R03), visto que a PSZH identifica-se plenamente com a PSGAB. Ou melhor, para o sujeito inscrito na

<sup>8</sup> Acreditamos que, em relação a nosso objeto de estudo, a PSZH e a PSGAB inscrevem-se em uma mesma FD e se contrapõem à PSGOD. Mobilizamos, por conseguinte, duas formações discursivas em confronto: uma Formação Discursiva Liberal, na qual se inscrevem as posições-sujeito de ZH e do GAB, e uma Formação Discursiva Progressista, na qual se inscreve a posição-sujeito do GOD. Retomamos, assim, o recorte proposto por Indursky em “A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem” (1998). Nesse texto, a autora analisa o enunciado *Ganhamos o primeiro turno*, produzido tanto pela coligação Rio Grande Vencedor – cujo candidato era Antônio Britto – quanto pela Frente Popular – cujo candidato era Olívio Dutra – após o 1º turno das eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1998. A esse respeito, rever a seção “Sujeito e sentido” do Capítulo I.

<sup>9</sup> Analisaremos essa imagem na seção “Recorte 03 – Fabricando o consenso”.



PSZH, essa posição, assim como a PSGAB, configura-se em um lugar de competência e visão política, econômica e social, um lugar preocupado com o desenvolvimento do Estado, desenvolvimento este que os acordos com as montadoras podem garantir, no imaginário dessa posição-sujeito.

Por outro lado, nesse recorte, também temos seqüências discursivas que apresentam, conforme define Courtine (1981 e 1982), um enunciado – [E] –, localizado na verticalidade (no eixo do interdiscurso), que aponta o impasse estabelecido entre o Governo Olívio Dutra (R01) e as montadoras de automóveis (R02). Esse [E] aparece linearizado, sintagmatizado, na horizontalidade (no eixo do intradiscurso de ZH) através de diferentes formulações – [e] – contendo os itens lexicais: *impasse, conflito, confronto, pendência, atrito, desentendimento, desencontro, divergência, discórdia*. O que representamos como:

$$[E] = [\text{impasse entre R01 e R02}] \rightarrow \text{“n” [e]}$$

onde [E] = [impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM]<sup>10</sup>. E trazemos nas seqüências de 04 a 15:

Sd 04

“Para um governo que está com sérios **atritos** em várias frentes, desde a falta de maioria no parlamento até o dissídio político com a União, que está incapacitado de cumprir as promessas eleitorais em relação aos servidores, que tenta gerenciar a tensão com o Judiciário decorrente do veto à verba de representação e que, agora, inaugura um **conflito** com as grandes empresas investidoras, só uma

---

<sup>10</sup> Salientamos que, através dessa formalização, procuramos representar todas as formulações [e] possíveis a partir de [E].

ampla capacidade de negociação e de convencimento permitirá superar as dificuldades.” (A sensatez do diálogo – Editorial – 24/03/99 – p. 18)

Sd 05

“Governo abre seis frentes de **conflito** em três meses” “Nos 90 primeiros dias, o governo Olívio Dutra já abriu no mínimo seis frentes de **confronto** na tentativa de efetivar as diretrizes de seu programa de administração. (...) O mais recente **conflito** envolve líderes da oposição e prefeitos da Região Metropolitana. O ponto de **discórdia** é o corte dos incentivos à GM e à Ford para instalação das montadoras no Estado.” (Manchete / texto abaixo da manchete – 04/04/99 – capa)

Sd 06

“Surgem, a seguir, as **pendências** do atual governo com os grandes investidores que estão se instalando no Estado ou em vias de fazê-lo. (...) O **impasse** envolvendo os novos investimentos é particularmente grave, pois ameaça algumas conquistas comemoradas pela sociedade, amplamente, sem distinção de opção partidária ou de cor política.” (Teia de conflitos – Editorial – 04/04/99 – p. 18)

Sd 07

“A solução do **impasse** em torno da implantação das montadoras no Rio Grande pode estar definindo o futuro imediato da economia gaúcha.” (Uma decisão crucial – Editorial – 09/04/99 – p. 20)

Sd 08

“O **impasse** entre o governo do Estado e as empresas Ford e GM entra em uma semana que começa com a reunião, hoje, de deputados estaduais e federais e dos três senadores do Rio Grande do Sul. A pauta é a busca de uma saída para o **desentendimento**.” (Texto abaixo das submanchetes – 12/04/99 – capa)

Sd 09

“Os 58 parlamentares e quatro ex-governadores presentes ontem à reunião realizada na Assembléia Legislativa, para discutir o **impasse** entre o governo e

montadoras, aprovaram a defesa da manutenção dos empreendimentos.” (Texto abaixo da submanchete – 13/04/99 – capa)

Sd 10

“O governo baiano aproveita o **impasse** e publica anúncio em jornal de São Paulo convocando Ford e GM a se instalarem na Bahia.” (Guerra Fiscal – texto abaixo da chamada – 14/04/99 – capa)

Sd 11

“Diante do **impasse** nas negociações da revisão do contrato proposta pelo governo gaúcho, a empresa negocia com o governo catarinense.” (Texto abaixo da manchete – 15/04/99 – capa)

Sd 12

“Eis aí um testemunho de transigência e composição elevada de interesses que deveria ser considerado pelas autoridades rio-grandenses, com vistas à solução das **divergências** que vêm retardando os projetos de implantação das montadoras da Ford e da GM.” (A porta da oportunidade – Editorial – 15/04/99 – p. 26)

Sd 13

“Os segredos do complexo industrial que levou o governo Olívio Dutra e a Ford a um **impasse** e que é cobiçado por outros Estados.” (Exclusivo – texto abaixo da chamada – 18/04/99 – capa)

Sd 14

“Estamos assim na undécima hora para que as hesitações, as **divergências** e as desconfianças que persistem há quase quatro meses sejam finalmente postas de lado, cedendo lugar a uma negociação objetiva, pautada pela racionalidade e o realismo.” (A undécima hora – Editorial – 24/04/99 – p. 14)

Sd 15

“A história secreta dos **desencontros** entre governo e Ford” (Manchete – 02/05/99 – capa)

Examinando essas seqüências, identificamos uma rede de formulações localizada também na verticalidade; mas, em nosso corpus discursivo, essa verticalidade remete ao processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH), o que, para distinguir da rede proposta por Courtine, denominamos uma *rede de formulações discursiva*<sup>11</sup>. Essa rede de formulações instaura uma rede dispersa de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas – os itens lexicais: *impasse, conflito, confronto, pendência, atrito, desentendimento, desencontro, divergência e discórdia* –, fazendo ressoar significativamente no interior do processo discursivo de ZH, no período que analisamos, o impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis.

Com isso, relacionamos, de um lado, a noção de rede de formulações – desenvolvida por Courtine (1981 e 1982) – e, de outro, a de ressonância – desenvolvida por Serrani (1997)<sup>12</sup>. No entanto, fazemos igualmente um deslocamento em relação ao proposto por Serrani, uma vez que não estamos trabalhando com uma ressonância interdiscursiva, localizada na verticalidade do interdiscurso, mas com o que denominamos uma *ressonância discursiva*, localizada na verticalidade do processo discursivo de ZH.

Ou seja, no intradiscurso de ZH encontramos, a cada vez, diferentes formulações [e] desse enunciado [E], e é o conjunto dessas formulações dispersas que nos remete para uma verticalidade outra que não a do interdiscurso: a verticalidade

---

<sup>11</sup> Courtine localiza a noção de rede de formulações na verticalidade do interdiscurso. O autor trabalha, então, com uma *rede de formulações interdiscursiva*. A esse respeito, rever a seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” do Capítulo II.

<sup>12</sup> Sobre a noção de ressonância, rever a seção “Ressonância” do Capítulo II.

situada no processo discursivo de ZH<sup>13</sup>, que caracteriza a PSZH frente ao GOD. Estamos afirmando, desse modo, que o [E] que mostra o impasse entre R01 e R02 só pode ser percebido se olharmos para o conjunto de formulações dispersas nesse discurso, ou seja, para seu processo discursivo.

Por outro lado, nesse recorte, ainda observamos o que denominamos uma *rede de formulações intradiscursiva*, que instaura uma rede de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas, produzindo uma *ressonância intradiscursiva*. Em outras palavras, também localizamos as noções de rede de formulações e de ressonância na horizontalidade do discurso (no intradiscorso). Vejamos, por exemplo, a Sd 08:

Sd 08

“O **impasse** entre o governo do Estado e as empresas Ford e GM entra em uma semana que começa com a reunião, hoje, de deputados estaduais e federais e dos três senadores do Rio Grande do Sul. A pauta é a busca de uma saída para o **desentendimento**.” (Texto abaixo das submanchetes – 12/04/99 – capa)

Nessa seqüência, as unidades específicas – os itens lexicais *impasse* e *desentendimento* – encontram-se em uma rede de formulações produzindo uma ressonância no interior da própria formulação (no fio do discurso).

Nesse recorte, por conseguinte, identificamos:

- duas redes de formulações – uma *discursiva* e outra *intradiscursiva* – envolvendo diferentes unidades específicas (itens lexicais);
- redes de formulações essas que produzem, respectivamente, uma *ressonância discursiva* e outra *intradiscursiva*,

---

<sup>13</sup> A esse respeito, conferir sobretudo a seção “Repensando a teoria a partir da análise” deste capítulo.

na trama do referente **Governo Olívio Dutra**, construído discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*<sup>14</sup>.

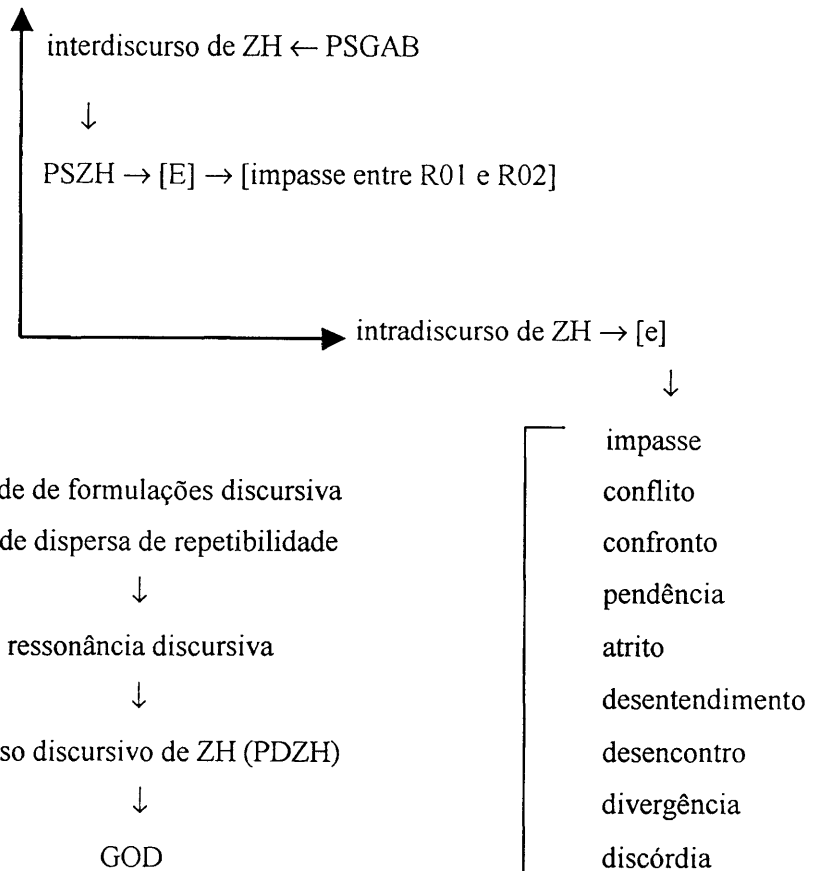
Nessas redes de formulações, por conseguinte, temos ressonâncias – produzidas “por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (Serrani, 1997, p. 47) das unidades envolvidas<sup>15</sup> – que sempre provocam o retorno de um mesmo saber, mobilizado através da memória discursiva, produzindo, com isso, diferentes efeitos de sentido. Trata-se, desse modo, através da repetição constante de itens lexicais que remetem ao impasse entre os referentes R01 e R02 – entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis –, não apenas de marcar, mas sobretudo de reforçar, no discurso de *Zero Hora*, o efeito de sentido de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social do GOD. Temos aqui, assim, o retorno de uma determinada memória do dizer<sup>16</sup> e a conseqüente produção de um outro efeito de sentido que aponta para o imaginário que a PSZH faz do Governo Olívio Dutra: esse governo não é capaz de dirigir adequadamente o Estado. O que resulta da plena identificação entre a posição-sujeito de ZH e a posição-sujeito do Governo Antônio Britto (entre a PSZH e a PSGAB), como traduzimos no esquema:

---

<sup>14</sup> Sobre as noções de *rede de formulações discursiva e intradiscursiva*, de um lado, e de *ressonância discursiva e intradiscursiva*, de outro, conferir igualmente as análises dos recortes 02 e 03, bem como a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do presente capítulo.

<sup>15</sup> Como afirma Serrani a propósito da ressonância interdiscursiva.

<sup>16</sup> O sujeito não escolhe as zonas da memória a que tem acesso. É levado a acessá-las pela FD ou PS que o afeta. Não há escolha, portanto. Há determinação. A esse respeito, rever a seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II.



lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social



governo sem capacidade para dirigir adequadamente o Estado

Nesse recorte, portanto, vemos que o sujeito que enuncia da PSZH objetiva desqualificar o sujeito inscrito na PSGOD, visto que ambos pertencem a formações discursivas antagônicas, o que os faz terem diferentes pontos de vista sobre as obrigações do governo<sup>17</sup>. Essa desqualificação mostra a relação de tensão estabelecida entre *Zero Hora* e o Governo Olívio Dutra (R01), sendo ainda mais

<sup>17</sup> Salientamos que o sujeito do discurso jornalístico – assim como todo sujeito – é atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Desse modo, não há no discurso jornalístico lugar para o deliberado e para o consciente como se poderia pensar. O sujeito desse discurso (o sujeito de *Zero Hora*, por exemplo) acredita que fala o que quer e como quer, mas isso não passa de uma ilusão – o que denominamos a *ilusão constitutiva do discurso jornalístico* – produzida pelo trabalho da ideologia. Sobre essa ilusão, rever a nota 15 da seção “Contextualizando *Zero Hora*” do presente capítulo.

reforçada, no Recorte 02, quando, em contrapartida, o jornal procura qualificar os projetos das montadoras de automóveis (R02) no Estado, o que examinaremos a seguir.



## Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro

Como o Recorte 01, o recorte que passamos a analisar – Recorte 02 – apresenta seqüências discursivas retiradas de dois determinados espaços de *Zero Hora*: a capa e o editorial. Nelas, podemos ver de que modo a posição-sujeito de *Zero Hora* (PSZH) avalia os projetos das montadoras de automóveis, Ford e GM, no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, voltamos novamente a algumas das noções teóricas desenvolvidas no Capítulo I e, sobretudo, no Capítulo II desta dissertação.

Retomando, assim, a noção de condições de produção (CP) proposta por Pêcheux, consideramos – nesse momento – a pergunta:

- a) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz das montadoras de automóveis Ford e GM – que são o referente de seu discurso (I<sub>A</sub>(R02))?

ou seja, queremos identificar:

ZH (A)	I <sub>ZH</sub> (montadoras) → ponto de vista de ZH sobre as montadoras (R02) “De que lhe falo assim?” <sup>1</sup>
-----------	--

E, a partir disso, analisamos as seqüências discursivas (sd) que seguem<sup>2</sup>:

Sd 16

“O jogo não pode ser levado, no entanto, ao ponto de colocar em risco **investimentos fundamentais**, que por suas características **poderão mudar o**

<sup>1</sup> Quadro discutido em “Trazendo a noção de condições de produção para a análise” na seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

<sup>2</sup> Assim como nos recortes 01 e 03, apresentamos aqui um conjunto de seqüências bastante longo. Com isso, queremos mostrar as redes de formulações e ressonâncias que caracterizam o processo discursivo de *Zero Hora*.

**perfil econômico do Rio Grande. Um Estado que possui indústria automotiva com empresas do porte da GM e da Ford ganha destaque especial e se torna pólo de atração para outras linhas industriais da mesma relevância.”** (O Estado e as montadoras – Editorial – 14/03/99 – p. 18)

Sd 17

**“A importância da implantação de uma série de grandes empreendimentos no Rio Grande, a começar pelas montadoras da General Motors e da Ford, ultrapassa em muito os interesses privados envolvidos nos projetos. (...) Eis por que, acima e além de considerações de matiz partidário ou ideológico, devem ser avaliadas segundo as possibilidades que inauguram para que o Estado ingresse em decisivo estágio de desenvolvimento industrial. Foi para atrair empresas de grande porte e perfil tecnológico diferenciado que o poder público rio-grandense empenhou-se em anos recentes na modernização do porto de Rio Grande, na duplicação do Pólo Petroquímico de Triunfo, na ampliação da capacidade da Refinaria Alberto Pasqualini, na dinamização das telecomunicações e na diversificação da oferta de energia.”** (Preservar investimentos – Editorial – 17/03/99 – p. 18)

Sd 18

**“Ao realizar o balanço de seus primeiros 80 dias de exercício do poder, o governo estadual decidiu suspender os repasses de recursos previstos nos contratos com as montadoras Ford e General Motors. É uma posição preocupante. A conquista desses megainvestimentos foi obtida numa competição pesada, em que o Estado bancou propostas e, mesmo com os ônus conhecidos, apostou alto para romper com uma economia que o condenava a permanecer periférico e atrasado. (...) A decisão de atrair grandes investimentos teve por objetivo mudar o perfil tecnológico e jogar a economia para um patamar a partir do qual o Estado será mais rico, terá mais empregos e gerará mais impostos.”** (Em defesa do futuro – Editorial – 23/03/99 – p. 20)

Sd 19

**“O Estado que empenhou esforços e recursos para trazer empresas que contribuíssem para mudar a face e o patamar da economia não pode abrir**

mão desses investimentos.”(A sensatez do diálogo – Editorial – 24/03/99 – p. 18)

Sd 20

“O Estado, que já foi celeiro do país, **precisava não apenas garantir essa sua condição agropastoril, mas dinamizá-la ainda mais com a implantação de indústrias poderosas, geradoras de riquezas, de empregos e de tributos. (...) Assegurar para o Rio Grande investimentos que são desejados em qualquer lugar do mundo é uma obrigação intransferível** deste momento gaúcho. **Perdê-los agora, depois de tê-los contratado,** representaria um **fracasso injustificável e desencorajador.**” (Um risco inadmissível – Editorial – 10/04/99 – p. 14)

Sd 21

“É incontestado o interesse da sociedade rio-grandense na vinda de **grandes empresas** para este Estado, dentre outras razões porque nos colocarão na **vanguarda dos avanços tecnológicos** que se processam nesse setor e porque **gerarão empregos, renda, impostos e circulação de riquezas.**” (A undécima hora – Editorial – 24/04/99 – p. 14)

Com base nessas seqüências, vemos, mais uma vez, que o jornal *Zero Hora* – que se identifica plenamente com a posição-sujeito do Governo Antônio Britto (a PSGAB) – e o Governo Olívio Dutra (GOD) ocupam formações discursivas antagônicas, o que faz com que se estabeleça uma relação de tensão entre ambos. As seqüências acima mostram, assim, como o sujeito inscrito na PSZH identifica-se com a PSGAB, refutando, por conseguinte, a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (a PSGOD).

Para esse sujeito, o Estado (ou o poder público rio-grandense) empenhou, em anos recentes, esforços e recursos para ter condições de trazer as montadoras de automóveis para o Rio Grande e, com isso, romper com uma economia (agropastoril)

que o condenava a permanecer periférico e atrasado. Com indústrias do porte da GM e da Ford, o Estado ganha destaque especial, torna-se pólo de atração para outras linhas industriais da mesma relevância, ingressando em um decisivo estágio de desenvolvimento. Da PSZH, portanto, o sujeito enunciador não tem como não se opor à decisão do governo estadual de suspender os recursos para as montadoras: trata-se de uma posição preocupante que pode, depois dos contratos assinados, colocar em risco investimentos dos quais o Estado não pode abrir mão, o que seria um fracasso injustificável e desencorajador. Nesse sentido, assegurar tais investimentos passa a ser uma obrigação intransferível do (atual) governo estadual: o Governo Olívio Dutra.

Com isso, o Governo Antônio Britto apresenta-se novamente como referente do discurso do sujeito que enuncia a partir da PSZH, visto que, quando o jornal se refere ao Estado/poder público rio-grandense, está falando – na verdade – do governo anterior<sup>3</sup>. Vale repetir que esse referente não se encontra posto no discurso de ZH, mas recalcado, silenciado, em seu interdiscurso específico. Ou melhor, não se trata de um referente explícito, mas de um referente implícito que atravessa o discurso do jornal, determinando – de fora, do interdiscurso – não apenas a imagem que o sujeito colocado na PSZH tem do GOD (R01), como vimos no Recorte 01, mas também a imagem que esse sujeito faz das montadoras Ford e GM (R02).

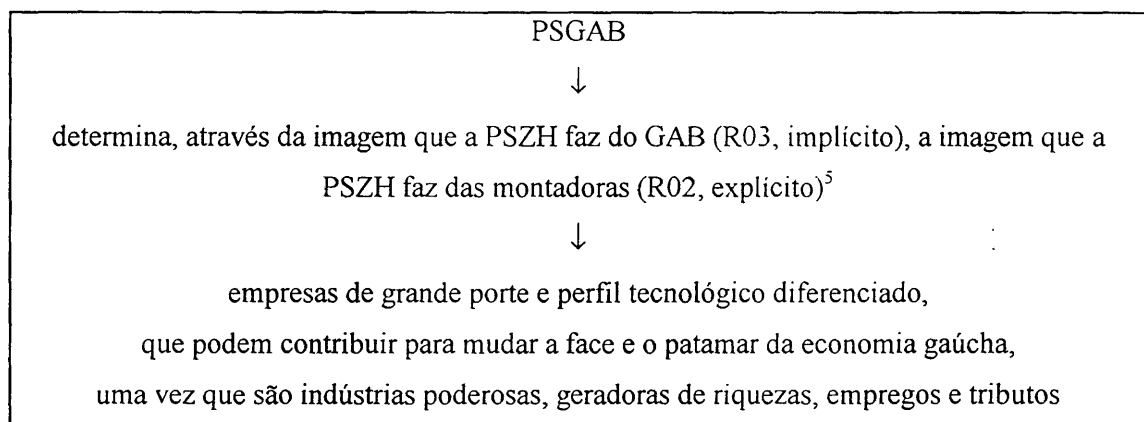
O Governo Antônio Britto, portanto, mobilizado através da memória discursiva pelo viés do discurso transversal, mais uma vez constitui o discurso de *Zero Hora* como uma presença-ausente<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> E, quando se refere ao governo estadual, está falando do governo atual.

<sup>4</sup> Sobre as noções de memória discursiva e discurso transversal, ver a seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II.

Desse modo, olhando para Sd 16, Sd 17, Sd 19, Sd 20 e Sd 21, podemos dizer que a imagem que o sujeito inscrito na PSZH faz das montadoras de automóveis – referente explícito de seu discurso – é a de empresas de grande porte e perfil tecnológico diferenciado, que podem contribuir para mudar a face e o patamar da economia gaúcha, uma vez que são indústrias poderosas, geradoras de riquezas, empregos e tributos. Eis o que pode e deve ser dito da PSZH sobre as montadoras no Estado, sendo esta posição atravessada – determinada, por conseguinte – pela PSGAB por meio da imagem que faz do GAB (R03), seu referente implícito. Temos, assim, o quadro:



Ora, como sabemos que a PSZH identifica-se plenamente com a PSGAB, podemos dizer que – ao qualificar as montadoras (R02), avaliando-as positivamente – a PSZH está, de fato, qualificando o Governo Antônio Britto (R03) e desqualificando, ainda mais, o Governo Olívio Dutra. Ou seja, avaliando positivamente R03 através de R02, a PSZH avalia mais negativamente R01 – como um lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social –, o que vem reforçar a relação de tensão estabelecida entre *Zero Hora* e o Governo Olívio Dutra.

Desse modo, ao efeito de sentido de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social produzido sobre o GOD, contrapõe-se um efeito de sentido de competência e visão política, econômica e social projetado sobre o GAB. Por isso, retomamos o quadro apresentado anteriormente no Recorte 01, completando-o em relação ao Recorte 02:

Recorte 01	Recorte 02
PSGAB	PSGAB
↓	↓
determina, através da imagem que a PSZH faz do GAB (R03, implícito), a imagem negativa que a PSZH faz do GOD (R01, explícito)	determina a imagem que a PSZH faz do GAB (R03, implícito)
↓	↓
um lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social	um lugar competência e visão política, econômica e social
	↓
	determina a imagem positiva que a PSZH faz das montadoras (R02, explícito)
	↓
	excelente negócio para o Estado
PSZH (= PSGAB) x PSGOD <sup>6</sup>	

Por outro lado, nesse recorte, temos mais uma vez seqüências discursivas que apresentam, conforme define Courtine (1981 e 1982), um enunciado – [E] –,

<sup>5</sup> Bem como a imagem que faz do GOD (R01, explícito).

<sup>6</sup> Lembramos que, no Recorte 01, relacionamos a PSZH e a PSGAB a uma Formação Discursiva Liberal e a PSGOD a uma Formação Discursiva Progressista, conforme define Indursky em “A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem” (1998).

localizado na verticalidade (no eixo do interdiscurso), que aponta a qualidade dos projetos das montadoras de automóveis (R02) no Estado. Esse [E] aparece linearizado, sintagmatizado, na horizontalidade (no eixo do intradiscurso de ZH) através de diferentes formulações – [e] – contendo os adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação: *fundamentais, grandes, essenciais, audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar do mundo, um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século* – em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto*. O que representamos como:

[E] = [qualidade dos projetos de R02 segundo A] → “n” [e]

onde [E] = [qualidade dos projetos das montadoras de automóveis Ford e GM segundo *Zero Hora*]<sup>7</sup>. E trazemos nas seqüências de 22 a 30 (mas que também se encontra nas Sd 16, 17, 18 e 20):

Sd 22

“Estados como o Rio Grande do Sul souberam agir com perspicácia durante o período em que muitas corporações optaram pela estabilização brasileira para a expansão de seus negócios. Na disputa por **grandes investimentos** com outras unidades da federação, conquistou alguns considerados **essenciais** para uma mudança de patamar na economia gaúcha.” (Condições para competir – Editorial – 30/03/99 – p. 18)

Sd 23

“Olhado em suas linhas gerais, o amplo documento produzido pelos planejadores do novo governo pode estar indicando, melancolicamente, que o Estado abdica de **projetos audaciosos**, contentando-se em gerenciar uma realidade cujo

---

<sup>7</sup> Salientamos novamente que, através dessa formalização, procuramos representar todas as formulações [e] possíveis a partir de [E].

horizonte tende ao esgotamento”. (sobre o plano plurianual 2000-2003 do governo) (Um projeto insuficiente – Editorial – 01/04/99 – p. 16)

Sd 24

“As linhas gerais do plano plurianual sugerem que o Estado abdica de **projetos audaciosos**.” (Um projeto insuficiente – quadro do Editorial – 01/04/99 – p. 16)

Sd 25

“A solução do impasse em torno da implantação das montadoras no Rio Grande pode estar definindo o futuro imediato da economia gaúcha. Em causa estão não apenas os **gigantescos investimentos** de Guaíba e Gravataí, mas a própria credibilidade do Estado como destino de novas opções empresariais. (...) A conquista dos **grandes investimentos** industriais não é obra de um governo, nem troféu de um partido.” (Uma decisão crucial – Editorial – 09/04/99 – p. 20)

Sd 26

“Na reta final para a definição sobre a permanência ou não de um **megaprojeto** como o da Ford em Guaíba, é digna de registro a capacidade de união em favor dos interesses do Estado demonstrada por parlamentares gaúchos estaduais e federais de diferentes partidos.” (Mobilização imprescindível – Editorial – 13/04/99 – p. 16)

Sd 27

“Se há efetiva vontade de manter esses **megainvestimentos** – como o Rio Grande deseja –, é preciso que os negociadores do governo assumam posturas mais explícitas e menos reticentes.” (Efeito colateral – Editorial – 14/04/99 – p. 18)

Sd 28

“Ford desiste de fábrica no Rio Grande do Sul” “A direção da Ford decidiu cancelar a implantação, em Guaíba, do Projeto Amazon, **um dos mais modernos empreendimentos do setor automobilístico no mundo**, avaliado em US\$ 1 bilhão.” (Manchete / texto abaixo da manchete – 29/04/99 – capa)



Sd 29

“Começa assédio de outros Estados à fábrica da Ford” “Com a perda da montadora, RS assistirá de longe à guerra de ofertas para atrair **um dos maiores investimentos do fim do século.**” (Manchete / submanchete – 30/04/99 – capa)

Sd 30

“Com o acordo a que chegaram o **governo do Estado e a General Motors (GM)**, para a implantação definitiva do complexo automotivo de Gravataí, o **Rio Grande assegura a continuidade de um projeto essencial para o seu desenvolvimento.** (...) É oportuno lembrar a esse respeito que **é de se esperar ademais uma mudança de perfil econômico no Estado**, similar à ocorrida em Minas com a implantação da Fiat. Aqui como lá **é de se prever uma substancial diversificação da produção industrial, um aumento expressivo da renda e, a mais longo prazo, um incremento ponderável da arrecadação tributária.** Tais perspectivas são fruto da preservação do diálogo entre o governo gaúcho e o maior grupo empresarial do planeta. Muito embora se deva considerar o fato de que 95% do projeto já está pronto, **desta vez houve vontade política do Executivo para a manutenção do investimento nos termos do contrato. É de se lamentar apenas que a mesma disposição para o entendimento não haja prevalecido no caso da Ford, perda devida à falta de visão de negociadores que não souberam pensar grande.**” (Perspectiva animadora – Editorial – 04/05/99 – p. 18)

Examinando essas seqüências, novamente identificamos uma rede de formulações localizada na verticalidade do processo discursivo de *Zero Hora* (o PDZH), o que, diferentemente de Courtine, denominamos uma *rede de formulações discursiva*<sup>8</sup>. Essa rede de formulações instaura uma rede dispersa de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas – os adjetivos ou, como dissemos, diferentes estruturas buscando a adjetivação: *fundamentais, grandes, essenciais,*

---

<sup>8</sup> Lembramos que Courtine localiza a noção de rede de formulações na verticalidade do interdiscurso, propondo, então, uma *rede de formulações interdiscursiva*. Rever a seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” do Capítulo II.

*audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar do mundo, um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século,* em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto* –, fazendo ressoar significativamente no interior do processo discursivo de ZH, no período que analisamos, a qualidade dos projetos das montadoras de automóveis no Estado.

Com isso, continuamos não apenas relacionando, de um lado, a noção de rede de formulações – desenvolvida por Courtine (1981 e 1982) – e, de outro, a de ressonância – desenvolvida por Serrani (1997)<sup>9</sup>, mas também, insistindo em um deslocamento em relação ao proposto por Serrani, uma vez que não estamos trabalhando com uma ressonância interdiscursiva, localizada na verticalidade do interdiscurso, mas com o que denominamos uma *ressonância discursiva*, localizada na verticalidade do processo discursivo de ZH.

Ou seja, no intradiscurso de ZH encontramos, a cada vez, diferentes formulações [e] desse enunciado [E], e é o conjunto dessas formulações dispersas que nos remete para uma verticalidade outra que não a do interdiscurso: a verticalidade situada no processo discursivo de ZH<sup>10</sup>, que caracteriza a PSZH frente ao GOD e às montadoras. Estamos afirmando, desse modo, que tanto o [E] que mostra o impasse entre R01 e R02 quanto o [E] que mostra a qualidade dos projetos de R02 só podem ser percebidos se olharmos para o conjunto de formulações dispersas nesse discurso, ou seja, para seu processo discursivo.

Por outro lado, nesse recorte, ainda observamos o que denominamos uma *rede de formulações intradiscursiva*, que instaura uma rede de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas, produzindo uma *ressonância intradiscursiva*. Em

---

<sup>9</sup> Rever a seção “Ressonância” do Capítulo II.

outras palavras, também localizamos as noções de rede de formulações e de ressonância na horizontalidade do discurso (no intradiscurso). Vejamos, por exemplo, a Sd 22:

Sd 22

“Estados como o Rio Grande do Sul souberam agir com perspicácia durante o período em que muitas corporações optaram pela estabilização brasileira para a expansão de seus negócios. Na disputa por **grandes investimentos** com outras unidades da federação, conquistou alguns considerados **essenciais** para uma mudança de patamar na economia gaúcha.” (Condições para competir – Editorial – 30/03/99 – p. 18)

Nessa seqüência, as unidades específicas – os adjetivos *grandes* e *essenciais* em torno do item lexical *investimento* – encontram-se em uma rede de formulações produzindo uma ressonância no interior da própria formulação (no fio do discurso).

Nesse recorte, por conseguinte, também identificamos:

- duas redes de formulações – uma *discursiva* e outra *intradiscursiva* – envolvendo diferentes unidades específicas (adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação em torno de diferentes itens lexicais);
- redes de formulações essas que produzem, respectivamente, uma *ressonância discursiva* e outra *intradiscursiva*,

na trama do referente **montadoras de automóveis**, construído discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> A esse respeito, conferir sobretudo a seção “Repensando a teoria a partir da análise” deste capítulo.

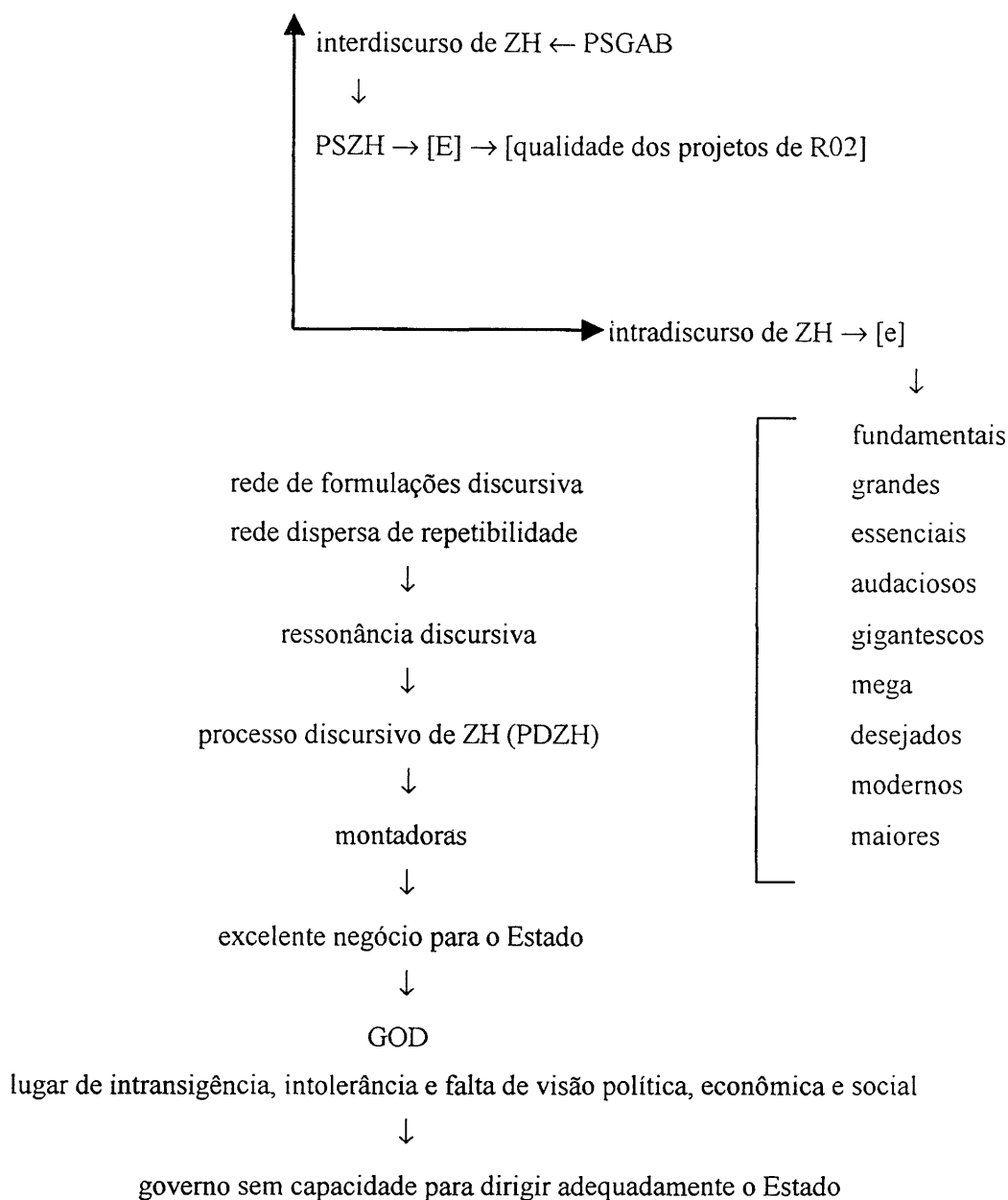
<sup>11</sup> Sobre as noções de *rede de formulações discursiva* e *intradiscursiva*, de um lado, e de *ressonância discursiva* e *intradiscursiva*, de outro, conferir igualmente as análises dos recortes 01 e 03, bem como a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do presente capítulo.

Nessas redes de formulações, por conseguinte, temos ressonâncias – produzidas “por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (Serrani, 1997, p. 47) das unidades envolvidas<sup>12</sup> – que sempre provocam o retorno de um mesmo saber, mobilizado através da memória discursiva, produzindo, com isso, diferentes efeitos de sentido. Trata-se, desse modo, através da repetição constante, em torno de diferentes itens lexicais, de adjetivos ou estruturas que buscam a adjetivação e remetem à qualidade dos projetos de R02, não apenas de marcar, mas sobretudo de reforçar, no discurso de *Zero Hora*, o lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social do GOD, que não enxerga o excelente negócio que as montadoras representam para o Estado. Temos aqui, assim, novamente o retorno de uma determinada memória do dizer<sup>13</sup> e a conseqüente produção de um outro efeito de sentido que aponta, mais uma vez, para o imaginário que a PSZH faz do Governo Olívio Dutra: esse governo não é capaz de dirigir adequadamente o Estado. O que resulta da plena identificação entre a posição-sujeito de ZH e a posição-sujeito do Governo Antônio Britto (entre a PSZH e a PSGAB), como traduzimos no esquema:

---

<sup>12</sup> Como afirma Serrani a propósito da ressonância interdiscursiva.

<sup>13</sup> Como dissemos, o sujeito não escolhe as zonas da memória a que tem acesso, sendo levado a acessá-las pela determinação que sofre da FD ou PS na qual se inscreve. A esse respeito, rever a seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II.



Nesse recorte, portanto, vemos que o sujeito que enuncia da PSZH objetiva – ao qualificar a PSGAB através da qualificação que faz dos projetos das montadoras de automóveis Ford e GM – reforçar a desqualificação do sujeito inscrito na PSGOD, visto que ambos pertencem a formações discursivas antagônicas, o que os faz terem diferentes pontos de vista sobre as obrigações do governo. Essa desqualificação, por sua vez, acentua a relação de tensão estabelecida entre *Zero Hora* e o Governo Olívio

Dutra, o que a Sd 30 mostra claramente, quando, ao mesmo tempo em que elogia o acordo firmado entre o GOD e a GM, o sujeito que fala a partir da PSZH lamenta que o mesmo não tenha ocorrido com a Ford, devido à falta de visão de um governo que não soube negociar pensando grande, assim como fez o governo anterior – o GAB.

No próximo recorte – Recorte 03 –, examinaremos a imagem que *Zero Hora* tem de si mesma e do lugar que ocupa na sociedade gaúcha.

### Recorte 03 – Fabricando o consenso

Esse recorte, ao contrário dos dois primeiros, contém seqüências discursivas retiradas de apenas um espaço de *Zero Hora*: o editorial. Nelas, podemos ver que o sujeito do discurso de *Zero Hora* apresenta-se como porta-voz do povo gaúcho e, em seu nome, dirige-se publicamente, de um lado, aos que se identificam com sua posição-sujeito (PSZH) – e, de outro, ao Governo Olívio Dutra (GOD) – seu adversário –, fazendo uma demanda: que, em relação aos investimentos das montadoras Ford e GM no Estado, o governo preserve o interesse e o patrimônio públicos, respeitando o que havia sido acordado pelo governo anterior – o Governo Antônio Britto (GAB). Para tanto, voltamos, mais uma vez, a algumas das noções teóricas desenvolvidas no Capítulo I e, sobretudo, no Capítulo II deste trabalho.

Retomando, assim, a noção de condições de produção (CP) proposta por Pêcheux, consideramos – nesse momento – a pergunta:

a) Qual é a imagem que o jornal *Zero Hora* faz de si mesmo ( $I_A(A)$ )?

ou seja, queremos identificar:

ZH (A)	$I_{ZH}(ZH) \rightarrow$ imagem do lugar de ZH para si mesma “Quem sou eu para lhe falar assim?” <sup>1</sup>
-----------	--

E, a partir disso, analisamos as seqüências discursivas (sd) que seguem<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> Quadro discutido em “Trazendo a noção de condições de produção para a análise” na seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

<sup>2</sup> Assim como nos recortes 01 e 02, apresentamos aqui um conjunto de seqüências bastante longo. Com isso, queremos mostrar as redes de formulações e ressonâncias que caracterizam o processo discursivo de *Zero Hora*.

Sd 31

“Tem assim a **coletividade gaúcha** o direito de esperar que o relacionamento entre o governo Olívio Dutra e o setor automobilístico seja pautado não apenas pelo diálogo, o entendimento e o respeito mútuo, mas pelo pleno cumprimento dos contratos assinados ainda na administração anterior.” (Preservar investimentos – Editorial – 17/03/99 – p. 18)

Sd 32

“Completados três meses do novo governo estadual, a **população do Rio Grande** vê com apreensão o clima de confronto que se estabeleceu no Estado e a série de frentes de conflito abertas pela ação governamental. (...) Surgem, a seguir, as pendências do atual governo com os grandes investidores que estão se instalando no Estado ou em vias de fazê-lo. (...) O impasse envolvendo os novos investimentos é particularmente grave, pois ameaça algumas conquistas comemoradas pela **sociedade**, amplamente, sem distinção de opção partidária ou de cor política. Não são apenas os casos das duas montadoras, elas mesmas símbolos dessa nova situação. Trata-se também de uma postura diante de outros empreendimentos de porte, reconhecidos como marcos para a expansão econômica com que o **Estado** sonha. (...) No Palácio Piratini não está unicamente o preferido de 51% dos eleitores, mas o gerente das esperanças de 100% dos **gaúchos**.” (Teia de conflitos – Editorial – 04/04/99 – p. 18)

Sd 33

“A **sociedade gaúcha** vê com crescente apreensão o agravamento do impasse em torno da implantação das montadoras de automóveis no Estado. Um dia depois do encontro entre o governador e os executivos da Ford, o **Rio Grande** é surpreendido por duas notícias preocupantes: a primeira é a exigência da Ford de que o governo se defina até dia 16 em relação aos incentivos contratados; a segunda, a revelação de que já está adiada por meio ano a fabricação do primeiro carro da GM e a possibilidade de que todo o processo da fábrica de Gravataí seja sustado até que o governo estadual execute as obras de infra-estrutura ainda pendentes. (...) Mais: concretizados os acordos, a **população gaúcha** festejou-os amplamente, vendo neles o recomeço gaúcho para a conquista de mais espaço e mais representatividade na economia nacional. (...) É por esse conjunto de razões



que a **sociedade gaúcha** se mostra apreensiva com o rumo das negociações.” (Conquista irrenunciável – Editorial – 08/04/99 – p. 20)

Sd 34

“A solução do impasse em torno da implantação das montadoras no Rio Grande pode estar definindo o futuro imediato da economia gaúcha. Em causa estão não apenas os gigantescos investimentos de Guaíba e Gravataí, mas a própria credibilidade do Estado como destino de novas opções empresariais. Ao gerenciar a política de incentivos, o novo governo estadual tem o direito de imprimir suas próprias prioridades e alternativas, mas tem o dever de resguardar antes e acima de tudo os **interesses maiores do Estado**. (...) A **sociedade gaúcha** precisa ajudar seu governo a superar este momento e a fazer a opção que melhor atenda aos **interesses gerais**.” Cumpre aos **gaúchos** evitar um fracasso histórico na tentativa de superar as limitações de uma economia predominantemente agropastoril. A conquista dos grandes investimentos industriais não é obra de um governo, nem troféu de um partido.” (Uma decisão crucial – Editorial – 09/04/99 – p. 20)

Sd 35

“A história dessa conquista os **gaúchos** conhecem, pois envolveu o esforço do Estado e a adoção de uma estratégia de longo prazo para cuja viabilidade foi decisivo o processo de privatização. O contrato com as montadoras, pesado para o Rio Grande, foi longamente discutido: sua adoção foi uma decisão consciente, negociada, aprovada pelo parlamento e apoiada pela **opinião pública**. O Estado, que já foi celeiro do país, precisava não apenas garantir essa sua condição agropastoril, mas dinamizá-la ainda mais com a implantação de indústrias poderosas, geradoras de riquezas, de empregos e de tributos. (...) Não basta que a **opinião pública** se manifeste contra o risco de perder as fábricas de automóveis. É preciso que o talento, a experiência e as sugestões da **sociedade** ajudem o governo a não errar em suas opções.” (Um risco inadmissível – Editorial – 10/04/99 – p. 14)

Sd 36

“A trajetória político-econômica do Estado sugere que a **sociedade gaúcha** saberá levar adiante as possibilidades que tem pela frente de conciliar interesses

envolvidos no caso. Premidas pelas circunstâncias de tempo e de oportunidade, as negociações em torno das montadoras precisam contemplar não governos ou agremiações políticas, mas todos os **gaúchos**.” (Mobilização imprescindível – Editorial – 13/04/99 – p. 16)

Sd 37

“Se há efetiva vontade de manter esses megainvestimentos – como o **Rio Grande** deseja –, é preciso que os negociadores do governo assumam posturas mais explícitas e menos reticentes.” (Efeito colateral – Editorial – 14/04/99 – p. 18)

Sd 38

“Considerando o momento de dificuldades e incertezas por que passa o Rio Grande, dirigimo-nos a Vossa Excelência com o propósito de compartilhar algumas reflexões sobre o impasse em torno das montadoras de automóveis que planejam instalar-se em nosso Estado. Para tanto, estamos oferecendo à sua análise, nesta edição, um novo subsídio que julgamos importante para respaldar uma mudança de rumo na discussão do problema: a **opinião do povo rio-grandense**. (...) Acreditamos, porém, como indicam as **opiniões de lideranças e cidadãos**, que não se trata de nenhuma doação, mas sim de uma estratégia administrativa legítima para a obtenção de soluções duradouras para estes problemas. (...) O governo está devendo à **população gaúcha**, a essas pessoas que desvinculam suas opiniões de eventuais comprometimentos políticos ou ideológicos, uma palavra de tranquilidade. Os **cidadãos rio-grandenses**, inequivocamente, querem um Estado forte, moderno, desenvolvido. Querem viver numa sociedade que ofereça oportunidades de crescimento para todos, num território livre de intransigências, aberto para o mundo, para o progresso e para a felicidade coletiva. Senhor governador, não deixe que o Rio Grande regrida!” (Senhor governador: – Editorial – 16/04/99 – p. 24)

Sd 39

“A boa vontade municipal, a decisão estadual de fazer propostas para manter a empresa e a afirmação dos representantes da Ford de que “sem sombra de dúvida” querem manter o projeto em Guaíba são sinais de que há clima para negociação. Essas iniciativas vão ao encontro do desejo da **opinião pública**, que,

em pesquisas distintas e independentes, se manifestou inequivocamente favorável à manutenção das montadoras e ao cumprimento dos contratos.” (Esforços somados – Editorial – 21/04/99 – p. 16)

Sd 40

“Quase quatro meses depois de tensas tratativas, confirmou-se ontem o temor que nos últimos dias vinha predominando entre a **sociedade gaúcha**, preocupada com o futuro do Rio Grande do Sul. (...) A **sociedade rio-grandense**, que lutou muito e fez grandes sacrifícios para conquistar as montadoras de automóveis, merece compensações à altura das expectativas frustradas pela perda de milhares de empregos.” (Desfecho melancólico – Editorial – 29/04/99 – p. 26)

Sd 41

“Frustrada em suas expectativas, assiste agora à **sociedade rio-grandense** o direito de ouvir do governo estadual, de forma inequívoca, que compensação pretende este oferecer-lhe pelo duro golpe assestado na economia gaúcha.” (Perda de credibilidade – Editorial – 30/04/99 – p. 18)

Sd 42

“A importância da implantação de uma série de grandes empreendimentos no Rio Grande, a começar pelas montadoras da General Motors e da Ford, ultrapassa em muito os interesses privados envolvidos nos projetos. Tanto pelos investimentos já realizados quanto pelo retorno esperado em termos de impostos, empregos e avanços tecnológicos, tais iniciativas dizem antes de tudo com o **interesse público**. Eis por que, acima e além de considerações de matiz partidário ou ideológico, devem ser avaliadas segundo as possibilidades que inauguram para que o Estado ingresse em decisivo estágio de desenvolvimento industrial.” (Preservar investimentos – Editorial – 17/03/99 – p. 18)

Sd 43

“Uma decisão que implique desprezar esse projeto será danosa ao **interesse social** e poderá configurar um desastre de proporções históricas para os objetivos permanentes do Rio Grande.” (Em defesa do futuro – Editorial – 23/03/99 – p. 20)

Sd 44

“No **interesse do Rio Grande**, espera-se que essas negociações sejam perseguidas e tenham sucesso. (...) Também no **interesse do Estado** é preciso que haja maior responsabilidade na comunicação das intenções do governo: está em causa a credibilidade, um **patrimônio público** que se desperdiça num gesto, mas cujo resgate pode demandar meses e anos.” (A sensatez do diálogo – Editorial – 24/03/99 – p. 18)

Sd 45

“Essas conquistas são um **patrimônio dos gaúchos**, independentemente de quem seja o eventual governante ou de quais sejam as concepções ideológicas que animam o partido que está no poder. (...) Do lado governo, não há sentido para um comportamento esquivo ou reticente. É sua função empenhar-se na manutenção dos investimentos, defendendo o **patrimônio público** e o **interesse presente e futuro do Rio Grande**.” (Conquista irrenunciável – Editorial – 08/04/99 – p. 20)

Sd 46

“Na reta final para a definição sobre a permanência ou não de um megaprojeto como o da Ford em Guaíba, é digna de registro a capacidade de união em favor dos **interesses do Estado** demonstrada por parlamentares gaúchos estaduais e federais de diferentes partidos.” (Mobilização imprescindível – Editorial – 13/04/99 – p. 16)

Sd 47

“A conquista da Ford e da GM é um **patrimônio dos rio-grandenses**.” (A porta da oportunidade – Editorial – 15/04/99 – p. 26)

Sd 48

“É incontestável o **interesse da sociedade rio-grandense** na vinda de grandes empresas para este Estado, dentre outras razões porque nos colocarão na vanguarda dos avanços tecnológicos que se processam nesse setor e porque gerarão empregos, renda, impostos e circulação de riquezas.” (A undécima hora – Editorial – 24/04/99 – p. 14)

Com base nesse recorte, vemos que o sujeito do discurso de *Zero Hora* não fala em nome do jornal, mas em nome do povo gaúcho, apresentando-se como seu porta-voz. O editorial não traz, portanto, a opinião de *Zero Hora* a respeito das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis – como, aliás, seria de esperar –, mas sim a opinião do próprio povo gaúcho. Ou melhor, como veremos, o editorial traz o que pode e deve ser dito da posição-sujeito de *Zero Hora* como sendo a opinião do povo gaúcho<sup>3</sup>.

Olhando, então, para Sd 31 – Sd 41, identificamos, ainda uma vez, uma rede de formulações localizada no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – ou seja, uma rede de formulações discursiva. Essa rede de formulações instaura uma rede dispersa de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas – os itens lexicais: *coletividade gaúcha, população do Rio Grande, sociedade, Estado, gaúchos, sociedade gaúcha, Rio Grande, população gaúcha, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e cidadãos, cidadãos rio-grandenses, sociedade rio-grandense* –, fazendo ressoar significativamente no interior do processo discursivo de ZH no período que analisamos a voz de um determinado referente: o **povo gaúcho**.

Desse modo, nessa rede de formulações discursiva, temos – como nos recortes anteriores (Recorte 01 e Recorte 02) – uma ressonância discursiva. Ressonância que, nesse caso, faz ecoar sempre uma mesma voz: a voz do povo gaúcho através de seu

---

<sup>3</sup> O que faz do jornal o porta-voz legítimo e autorizado de apenas um determinado grupo – o dos que se identificam com sua posição-sujeito. Grupo que denominaremos **povo gaúcho 01**. *Zero Hora* fala, assim, em nome de uma parcela do povo gaúcho como se falasse pelo todo. Isso mostra que o jornal parece ignorar a parcela do povo gaúcho que não se identifica com sua posição-sujeito e, portanto, não o reconhece como seu porta-voz – **povo gaúcho 02**. Desenvolveremos essa análise ao longo da presente seção.

porta-voz – o sujeito do discurso de *Zero Hora*, que é o autor do editorial. Continuamos, assim, não apenas relacionando as noções de rede de formulações – desenvolvida por Courtine (1981 e 1982) – e de ressonância – desenvolvida por Serrani (1997) –, mas também deslocando-as teoricamente, uma vez que não as localizamos na verticalidade do interdiscurso, como o fazem esses autores, mas em uma verticalidade outra: a do processo discursivo de *Zero Hora*<sup>4</sup>. Eis por que falamos em uma *rede de formulações discursiva* e em uma *ressonância discursiva*.

Por outro lado, nesse recorte – como no Recorte 01 e no Recorte 02 –, novamente observamos o que denominamos uma *rede de formulações intradiscursiva*, que instaura uma rede de repetibilidade envolvendo diferentes unidades específicas, produzindo uma *ressonância intradiscursiva*. Em outras palavras, também localizamos as noções de rede de formulações e de ressonância na horizontalidade do discurso (no intradiscurso). Vejamos, por exemplo, a Sd 33:

Sd 33

“A **sociedade gaúcha** vê com crescente apreensão o agravamento do impasse em torno da implantação das montadoras de automóveis no Estado. Um dia depois do encontro entre o governador e os executivos da Ford, o **Rio Grande** é surpreendido por duas notícias preocupantes: a primeira é a exigência da Ford de que o governo se defina até dia 16 em relação aos incentivos contratados; a segunda, a revelação de que já está adiada por meio ano a fabricação do primeiro carro da GM e a possibilidade de que todo o processo da fábrica de Gravataí seja sustado até que o governo estadual execute as obras de infra-estrutura ainda pendentes. (...) Mais: concretizados os acordos, a **população gaúcha** festejou-os amplamente, vendo neles o recomeço gaúcho para a conquista de mais espaço e mais representatividade na economia nacional. (...) É por esse conjunto de razões

---

<sup>4</sup> Sobre esse deslocamento teórico, conferir as análises dos recortes 01 e 02, bem como a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do presente capítulo.

que a **sociedade gaúcha** se mostra apreensiva com o rumo das negociações.”  
(Conquista irrenunciável – Editorial – 08/04/99 – p. 20)

Nessa seqüência, as unidades específicas – os itens lexicais *sociedade gaúcha*, *Rio Grande* e *população gaúcha* – encontram-se em uma rede de formulações produzindo uma ressonância no interior da própria formulação (no fio do discurso). Eis por que falamos, agora, em uma *rede de formulações intradiscursiva* e em uma *ressonância intradiscursiva*<sup>5</sup>.

Nesse recorte, por conseguinte, identificamos:

- duas redes de formulações – uma *discursiva* e outra *intradiscursiva* – envolvendo diferentes unidades específicas (itens lexicais);
- redes de formulações essas que produzem, respectivamente, uma *ressonância discursiva* e outra *intradiscursiva*,

na trama do referente **povo gaúcho**, construído discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*, que se auto-institui como seu porta-voz. O que procuramos mostrar no quadro seguinte:

---

<sup>5</sup> Sobre as noções de *rede de formulações intradiscursiva* e de *ressonância intradiscursiva*, conferir igualmente as análises dos recortes 01 e 02, bem como a seção “Repensando a teoria a partir da análise” do presente capítulo.

itens lexicais	
coletividade gaúcha / população do Rio Grande / sociedade / Estado / gaúchos / sociedade gaúcha / Rio Grande / população gaúcha / opinião pública / opinião do povo rio-grandense / opiniões de lideranças e cidadãos / cidadãos rio-grandenses / sociedade rio-grandense (Sd 31 – Sd 41)	
rede de formulações discursiva rede de repetibilidade ↓ ressonância discursiva ↓ processo discursivo de ZH (PDZH)	rede de formulações intradiscursiva rede de repetibilidade ↓ ressonância intradiscursiva ↓ intradiscorso de ZH
<b>povo gaúcho</b> (referente cuja voz é veiculada pelo sujeito do discurso de <i>Zero Hora</i> , propondo-se como seu porta-voz)	

Examinando, então, essas seqüências discursivas, vemos que *Zero Hora* coloca-se no lugar de porta-voz do povo gaúcho, uma vez que – através do referente **povo gaúcho** – fala publicamente em seu nome, dirigindo uma demanda ao Governo Olívio Dutra, o outro a quem interpela pelo grupo que representa. E é esta a imagem que o jornal *Zero Hora* faz de si mesmo: como porta-voz, o sujeito do discurso de *Zero Hora* representa a voz do povo gaúcho, ocupando, desse modo, seu lugar social.

Por sua vez, essa demanda que o sujeito do discurso de *Zero Hora* faz ao Governo Olívio Dutra<sup>6</sup>, assim como o referente **povo gaúcho**, também é construída discursivamente através de dois referentes diversos: **interesse e patrimônio público gaúcho**.

<sup>6</sup> Que, em relação aos investimentos das montadoras no Estado, o governo preserve o interesse e o patrimônio públicos, respeitando o que havia sido acordado pelo governo anterior (o Governo Antônio Britto).



O primeiro – **interesse público gaúcho** – configura-se nas seqüências Sd 42 – Sd 46, Sd 34 e Sd 48; o segundo – **patrimônio público gaúcho** –, nas seqüências Sd 44 – Sd 45 e Sd 47. Tanto um quanto outro envolvem, na verticalidade do processo discursivo de ZH, diferentes unidades específicas (itens lexicais) que se encontram em uma rede de formulações produzindo uma ressonância na trama desses referentes. Trata-se novamente, por conseguinte, de uma *rede de formulações discursiva* e de uma *ressonância discursiva*.

Por outro lado, as seqüências discursivas Sd 44 e Sd 45 – por exemplo – mostram que, na horizontalidade do intradiscorso de ZH, existe igualmente uma rede de formulações produzindo uma ressonância na trama desses referentes<sup>7</sup>. Trata-se novamente, por conseguinte, de uma *rede de formulações intradiscursiva* e de uma *ressonância intradiscursiva*. Como apontamos no quadro a seguir:

---

<sup>7</sup> Na Sd 44, identificamos nessa rede os itens lexicais *interesse do Rio Grande* e *interesse do Estado*; na Sd 45, *patrimônio dos gaúchos* e *patrimônio público*. Rever a página 162, na qual se encontram essas seqüências.

---

itens lexicais

interesse público / interesse social / interesse do Rio Grande / interesse do Estado / interesse presente e futuro do Rio Grande / interesses maiores do Estado / interesses gerais / interesses do Estado / interesse da sociedade rio-grandense (Sd 42 – Sd 46, Sd 34 e Sd 48)

patrimônio público / patrimônio dos gaúchos / patrimônio dos rio-grandenses (Sd 44 – Sd 45 e Sd 47)

---

rede de formulações discursiva	rede de formulações intradiscursiva
rede de repetibilidade	rede de repetibilidade
↓	↓
ressonância discursiva	ressonância intradiscursiva
↓	↓
processo discursivo de ZH (PDZH)	intradiscurso de ZH

---

**interesse público gaúcho e patrimônio público gaúcho**

(referentes que constituem a demanda veiculada pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*, que se apresenta como porta-voz do povo gaúcho)

---

Com isso, salientamos que não apenas o referente **povo gaúcho** (grupo em nome do qual fala o sujeito do discurso de *Zero Hora*, que se apresenta como seu “porta-voz”), mas também os referentes **interesse e patrimônio público gaúcho** (que constituem a demanda veiculada pelo “porta-voz”) são construídos discursivamente através de diferentes redes de formulações e de ressonâncias discursivas e intradiscursivas que tecem o discurso do jornal. Ou seja, queremos dizer que essas diferentes redes de formulações e ressonâncias, localizadas tanto no processo discursivo quanto no intradiscurso de *Zero Hora*, funcionam como fios na trama desses referentes, tecendo assim o discurso do jornal.

Através dessa trama, portanto, o sujeito do discurso de *Zero Hora* apresenta-se como porta-voz do **povo gaúcho** e em seu nome dirige-se ao Governo Olívio Dutra, pedindo-lhe que, em relação aos investimentos das montadoras de automóveis no Estado, o governo preserve o **interesse e o patrimônio público gaúcho**,

respeitando o que havia sido acordado pelo governo anterior – o Governo Antônio Britto (GAB).

Mas, afinal, que **povo gaúcho** é esse em nome do qual fala *Zero Hora*?

Voltando às seqüências discursivas, vemos que o **povo gaúcho** mostra-se apreensivo e bastante contrariado frente ao rumo tomado pelas negociações entre as montadoras Ford e GM e o Governo Olívio Dutra acerca do estabelecimento das mesmas no Estado. Como aponta seu porta-voz, o **povo gaúcho** deseja que os contratos assinados na administração anterior – contratos esses amplamente comemorados pela sociedade – sejam cumpridos, garantindo, desse modo, que a expansão econômica, com a qual o Estado há muito sonha, possa então ser alcançada.

Nessas seqüências, observamos igualmente que – para o **povo gaúcho** – os contratos firmados pelo Governo Antônio Britto com as montadoras fazem parte de uma legítima estratégia administrativa cujo objetivo centra-se no desenvolvimento do Rio Grande, não se tratando, por conseguinte, de nenhuma doação do governo a essas empresas. Nesse sentido, o Governo Antônio Britto preocupava-se com o **interesse** e o **patrimônio público gaúcho**. Preocupação que o Governo Olívio Dutra, segundo o **povo gaúcho**, parece não ter, visto que põe em risco esses mesmos contratos.

Por isso, nessas seqüências, também vemos que o **povo gaúcho** lamenta profundamente quando a Ford decide não se instalar mais no Estado, exigindo, assim, compensações do Governo Olívio Dutra.

Considerando, então, o que está posto nesse recorte, podemos dizer que o referente **povo gaúcho** remete apenas a um determinado nível referencial. Qual seja: **povo gaúcho** corresponde aos que defendem o pleno cumprimento dos contratos estabelecidos entre o Governo Antônio Britto e as montadoras Ford e GM. Eis aqui o

que pode e deve ser dito pelo sujeito do discurso de *Zero Hora* – porta-voz do **povo gaúcho** – a partir de sua posição-sujeito (a PSZH). Posição-sujeito essa que, como mostramos no Recorte 01 e no Recorte 02, tem uma determinada imagem do Governo Antônio Britto, uma vez que é atravessada por sua posição-sujeito – a PSGAB<sup>8</sup>.

Desse modo, o referente **povo gaúcho** remete a todos os que – como o sujeito do discurso de *Zero Hora* – em relação aos investimentos das montadoras no Estado, também se identificam com a PSGAB e, portanto, desejam ver esses contratos concretizados<sup>9</sup>.

No entanto, no caso em discussão, identificamos para o referente **povo gaúcho**, pelo menos, um outro nível referencial. Qual seja: **povo gaúcho** corresponde aos que defendem a revisão dos contratos estabelecidos entre o Governo Antônio Britto e as montadoras Ford e GM. Nível referencial não contemplado pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*, visto que remete ao que pode e deve ser dito a partir da posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (PSGOD) – posição antagônica à PSGAB e, conseqüentemente, à PSZH.

---

<sup>8</sup> No Recorte 01, afirmamos que a posição-sujeito do Governo Antônio Britto determina a imagem que *Zero Hora* faz do próprio Governo Antônio Britto (GAB) – que, aliás, não é explicitado no discurso do jornal – e, por conseguinte, a imagem que o jornal faz do Governo Olívio Dutra (GOD). Em outras palavras, a imagem que *Zero Hora* faz do GOD – seu referente explícito (R01) – é determinada, de fora, pela imagem que o jornal faz do GAB – seu referente implícito (R03). Por sua vez, no Recorte 02, afirmamos que a imagem que *Zero Hora* faz das montadoras de automóveis – seu referente explícito (R02) – é igualmente determinada pela imagem que o jornal faz do GAB. Ou seja, o discurso do Governo Antônio Britto (R03) ressoa na forma de discurso transversal no discurso de *Zero Hora*, direcionando-o. Assim, o dito (explícito) no discurso do jornal é determinado pelo não-dito (implícito) mobilizado através da memória discursiva pelo viés do discurso transversal. A esse respeito, ver “Trazendo as noções de memória discursiva, esquecimento e discurso transversal para a análise” na seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II.

<sup>9</sup> Sobretudo porque foram firmados pelo Governo Antônio Britto.

Esse referente não se resume, assim, apenas aos que desejam o cumprimento desses contratos, compreendendo também os que desejam sua revisão. Com isso, remetemos o referente **povo gaúcho** a três diferentes níveis referenciais:

- **povo gaúcho 01;**
- **povo gaúcho 02;**
- **povo gaúcho,**

segundo o quadro abaixo:

<b>povo gaúcho</b> (que corresponde à totalidade dos gaúchos, ou seja, <b>povo gaúcho 01 + povo gaúcho 02</b> )	
<b>povo gaúcho 01</b> ↓	<b>povo gaúcho 02</b> ↓
os que desejam que os contratos firmados com as montadoras pelo Governo Antônio Britto (GAB) sejam cumpridos pelo Governo Olívio Dutra (GOD) ↓	os que desejam que os contratos firmados com as montadoras pelo Governo Antônio Britto (GAB) sejam revistos pelo Governo Olívio Dutra (GOD) ↓
ou seja, os que, em relação aos investimentos das montadoras Ford e GM no Estado, se identificam com a PSZH, posição, nesse caso, determinada pela PSGAB	ou seja, os que, em relação aos investimentos das montadoras Ford e GM no Estado, não se identificam com a PSZH, posição, nesse caso, determinada pela PSGAB

Nesse recorte, portanto, vemos que o sujeito do discurso de *Zero Hora*, apresentando-se como porta-voz do referente **povo gaúcho**, fala apenas em nome de **povo gaúcho 01**, silenciando **povo gaúcho 02**. Ou melhor, o sujeito do discurso de *Zero Hora* fala em nome de **povo gaúcho 01** – os que desejam que os contratos com as montadoras sejam cumpridos pelo Governo Olívio Dutra – como se falasse em

nome de **povo gaúcho** (a totalidade dos gaúchos), referente do qual também faz parte **povo gaúcho 02** – os que desejam, por outro lado, que esses contratos sejam revistos.

Retomando, então, a noção de porta-voz, podemos dizer que o sujeito do discurso de *Zero Hora*:

- pertence a **povo gaúcho 01** – grupo que representa e a partir do qual fala –, tendo, por conseguinte, legitimidade e autoridade como seu porta-voz;
- não pertence a **povo gaúcho 02** – grupo que não representa e a partir do qual não fala –, não tendo, por conseguinte, legitimidade nem autoridade como seu porta-voz<sup>10</sup>,

e, por isso,

- configura-se em um verdadeiro mediador de **povo gaúcho 01**, preservando e respeitando sua voz;
- configura-se em um falso mediador de **povo gaúcho 02**, usurpando e silenciando sua voz.

Desse modo, através do referente **povo gaúcho**, o sujeito do discurso de *Zero Hora* busca estender a legitimidade e a autoridade que tem como porta-voz de **povo gaúcho 01** para falar – com a mesma legitimidade e autoridade – em nome dos gaúchos como um todo, o que faz com que uma parcela da coletividade tenha sua voz silenciada e substituída pela voz da outra parcela que a constitui – a voz de **povo gaúcho 01**.

Temos, assim, o quadro:

---

<sup>10</sup> O que é, como vimos, desconsiderado pelo jornal.

ZH → PORTA-VOZ	
<p style="text-align: center;">LEGÍTIMO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ pertence ao grupo que representa – <b>povo gaúcho 01</b></li> <li>▪ fala a partir de seu grupo, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa – <b>povo gaúcho 01</b></li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">AUTORIZADO</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">VERDADEIRO MEDIADOR (porque preserva e respeita a voz do grupo)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">GRUPO COM VOZ</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>povo gaúcho 01</b></li> </ul>	<p style="text-align: center;">NÃO-LEGÍTIMO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ não pertence ao grupo que representa – <b>povo gaúcho 02</b></li> <li>▪ não fala a partir do grupo, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa – <b>povo gaúcho 02</b></li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">NÃO-AUTORIZADO</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">FALSO MEDIADOR (porque usurpa e silencia a voz do grupo)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">GRUPO SEM VOZ</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>povo gaúcho 02</b></li> </ul>

Ou seja:

ZH → PORTA-VOZ	
<p>LEGÍTIMO / AUTORIZADO VERDADEIRO MEDIADOR</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p><b>povo gaúcho 01</b> (porque preserva e respeita a voz do grupo)</p>	<p>NÃO-LEGÍTIMO / NÃO-AUTORIZADO FALSO MEDIADOR</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p><b>povo gaúcho 02</b> (porque usurpa e silencia a voz do grupo)</p>

O sujeito do discurso de *Zero Hora*, portanto, consiste em um porta-voz não-legítimo e não-autorizado de **povo gaúcho**, pois não fala a partir da coletividade dos gaúchos, ou seja, do lugar social ocupado pelo grupo que representa, mas sim a partir de uma determinada parte desse grupo: a dos que se identificam com sua posição-sujeito (a PSZH) – **povo gaúcho 01**. Eis por que falamos anteriormente que o

editorial traz o que pode e deve ser dito da posição-sujeito de *Zero Hora* como sendo a opinião do povo gaúcho.

Nesse sentido, salientamos que a demanda apresentada pelo sujeito do discurso de *Zero Hora* – que o Governo Olívio Dutra preserve o **interesse** e o **patrimônio público gaúcho**, respeitando os contratos firmados com as montadoras de automóveis – não tem legitimidade, visto que não representa a demanda do referente **povo gaúcho 02**, mas a de **povo gaúcho 01**. Em outras palavras, essa demanda somente tem legitimidade como uma demanda de **povo gaúcho 01**. Mesmo porque, para **povo gaúcho 02** – grupo que se identifica com a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (PSGOD) –, preservar o **interesse** e o **patrimônio público gaúcho** depende da revisão desses contratos<sup>11</sup>.

Com isso, *Zero Hora* apaga a diversidade de vozes presente na sociedade gaúcha, fazendo com que apenas uma dessas vozes prevaleça – a sua. Ou melhor, a dos que – como o sujeito do discurso de *Zero Hora* –, em relação aos investimentos das montadoras no Estado, também se identificam com a PSGAB e, por conseguinte, desejam ver os contratos com as montadoras concretizados. Instaura-se, desse modo, um efeito de monofonia (Orlandi, 1989) no discurso do jornal, refletindo o que, segundo seu ponto de vista, pensa o **povo gaúcho** (a totalidade dos gaúchos) e que – de fato – corresponde ao que pensa **povo gaúcho 01**<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Assim como **povo gaúcho**, os referentes **interesse** e **patrimônio público gaúcho** não têm seu sentido posto (dado *a priori*), mas determinado a partir do lugar social no qual se inscreve o sujeito que os mobiliza. O que faz, no discurso de *Zero Hora*, **povo gaúcho** significar **povo gaúcho 01** e, por sua vez, **interesse** e **patrimônio público gaúcho** relacionarem-se com o cumprimento dos contratos com as montadoras.

<sup>12</sup> Esse efeito resulta do lugar de porta-voz construído por *Zero Hora* através das diferentes redes de formulações e ressonâncias que caracterizam seu processo discursivo. Nessas redes, ressoam a demanda, a crítica, a cobrança que o sujeito do discurso de *Zero Hora* dirige ao Governo Olívio Dutra,



Observamos que, tomando **povo gaúcho 01** por **povo gaúcho** (a parte pelo todo), o sujeito do discurso de *Zero Hora* aproxima-se do que faz o sujeito do discurso militar analisado por Indursky. Esse sujeito igualmente fala em nome de seu grupo – os partidários do golpe militar (nível referencial: POVO1) – como se falasse em nome da coletividade dos brasileiros, buscando, assim, revestir seu discurso autoritário de um efeito de consenso e de unanimidade em relação a si mesmo<sup>13</sup>. Efeito de consenso e de unanimidade que o jornal também procura formar em relação aos investimentos das montadoras no Estado. Ou seja, tanto o sujeito do discurso militar quanto o sujeito do discurso de *Zero Hora* buscam – para seus discursos – a imagem de um discurso democrático reconhecido e aprovado por todos. O que não passa de uma ilusão.

Aliás, olhando para *Zero Hora*, vemos que – em seu editorial de fundação, datado de 4 de maio de 1964 – o jornal não apenas se aproxima do discurso dos militares, uma vez que o reproduz (“A par de sua orientação popular, *Zero Hora* se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas.”), mas também se apresenta como porta-voz do povo (“Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho.

---

o que, por sua vez, acaba produzindo um efeito de consenso e de unanimidade. Tem-se, assim, o *sentido de Zero Hora* (o sentido de **povo gaúcho 01**), que, repetido incessantemente ao longo de três meses de jornal, passa a representar o *sentido do povo gaúcho, da opinião pública* como um todo. O porta-voz, então, veicula a voz do povo (de **povo gaúcho 01**), ao mesmo tempo em que determina a opinião pública. Nesse sentido, nas palavras de Courtine (1981), o sujeito do discurso de *Zero Hora*, apresentando-se como porta-voz do povo gaúcho, reflete e refrata a realidade – ou seja, “seu sentido”, “sua verdade” – sobre a postura do Governo Olívio Dutra em relação às montadoras de automóveis em processo de instalação no Estado.

<sup>13</sup> A esse respeito, ver a seção “Porta-voz, discurso jornalístico e discurso social” do Capítulo II.

Democrático. Sem vínculo ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.”)<sup>14</sup>.

Nesse sentido, o sujeito do discurso de *Zero Hora*, apresentando-se como porta-voz do povo, fala – na verdade – em nome do governo, visto que assume o discurso dos militares. Não se trata, então, de um porta-voz legítimo e autorizado do povo, mas do governo. O que mostra o alinhamento do jornal – desde seu surgimento – com o poder instituído, alinhamento que somente é rompido com o Governo Olívio Dutra, um governo de esquerda (ou melhor, que pertence a uma formação discursiva antagônica a dos governos anteriores).

Por outro lado, essa monofonia no discurso de *Zero Hora* não se deve apenas à sua proximidade do discurso do poder. Ela também caracteriza um outro discurso institucionalizado: o discurso jornalístico – uma modalidade de *discurso sobre*. No primeiro, temos as vozes das autoridades e, no segundo, as da imprensa – vozes que representam lugares sociais de legitimação e de fixação dos sentidos – funcionando como mediadores na formação de uma voz social homogeneizante.

Assim, o sujeito do discurso de *Zero Hora* (sujeito de um *discurso sobre*) – em relação aos investimentos das montadoras no Estado – direciona os sentidos conforme o lugar social no qual se inscreve: a PSZH, posição essa, nesse caso, atravessada pela PSGAB. Daí por que refuta a polifonia indesejada – as vozes de **povo gaúcho 01** e de **povo gaúcho 02** –, impondo uma monofonia ilusória, mas necessária – a voz de **povo gaúcho 01** como a voz de todos os gaúchos<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Sobre *Zero Hora*, rever a seção “Contextualizando *Zero Hora*” do presente capítulo.

<sup>15</sup> Como aponta essa passagem da Sd 36: “... as negociações em torno das montadoras precisam contemplar não governos ou agremiações políticas, mas **todos os gaúchos**”, a partir da qual

O discurso jornalístico-político de *Zero Hora*, desse modo, como uma modalidade de *discurso sobre*, contribui na constituição de um determinado imaginário social a respeito desses investimentos e, a partir disso, na formação de uma determinada memória social. O que nos faz relacioná-lo à noção de discurso social.

Considerando, então, que o discurso social engloba os discursos que – em uma dada sociedade – apresentam-se como dominantes, silenciando os demais, podemos dizer que o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* analisado produz um efeito de discurso social, uma vez que – falando em nome **povo gaúcho 01** como se falasse pela coletividade dos gaúchos – apaga as diferenças presentes na sociedade gaúcha, produzindo um efeito de consenso onde há, na verdade, um forte dissenso. O efeito de monofonia no discurso do jornal produz, assim, um discurso hegemônico, fazendo com que apenas uma voz circule – a voz de *Zero Hora*<sup>16</sup>.

Nesse recorte, portanto, vemos que o sujeito do discurso de *Zero Hora* – fabricando um consenso a respeito dos investimentos das montadoras Ford e GM no Estado – reforça ainda mais a desqualificação do sujeito inscrito na PSGOD, visto que esse sujeito defende não o pleno cumprimento dos contratos com as montadoras, mas sua revisão.

Com isso, acentua-se a relação de tensão estabelecida entre *Zero Hora* e o Governo Olívio Dutra. Governo que, segundo o que pode e deve ser dito da PSZH,

---

relacionamos “todos os gaúchos” somente a **povo gaúcho 01** e não à coletividade dos gaúchos – ou seja, **povo gaúcho**.

<sup>16</sup> Por conseguinte, **povo gaúcho, interesse e patrimônio público gaúcho** são considerados apenas e tão somente do lugar ocupado pelo jornal, ou seja, de sua posição-sujeito (a PSZH), sendo silenciada qualquer outra posição ou voz.

ocupa um lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social, não tendo, portanto, capacidade para dirigir o Estado.

## Repensando a teoria a partir da análise

No Capítulo II – “Dispositivo analítico”, retomamos noções da Análise do Discurso que embasam nossas análises e, sobre elas, refletimos a partir de nosso corpus discursivo. Nesse movimento teoria-análise, percebemos a necessidade de rever algumas dessas noções, deslocando-as teoricamente. O que tentamos aprofundar ao longo dos nossos três recortes discursivos – Recorte 01, Recorte 02 e Recorte 03 – e sistematizar nessa seção.

Salientamos, então, que – em AD – a análise não apenas determina as noções com as quais o analista trabalha, mas também faz com que a teoria seja constantemente repensada, completando-se, assim, um movimento pendular teoria-análise-teoria. Com isso, comprovamos que – na prática da Análise do Discurso – “não há separação entre a teoria e a análise” (Orlandi, 1998b, p. 15).

As noções que a análise nos fez repensar e sobre as quais procuramos, nesse momento, teorizar são as de:

- condições de produção do discurso (CP);
- rede de formulações;
- ressonância.

A noção de **condições de produção do discurso** refere-se – segundo Pêcheux (1969) – às representações imaginárias que os sujeitos têm das diversas instâncias do processo discursivo. Ou seja, envolve a imagem que os protagonistas do discurso (A e B) fazem de si e do outro, de seu referente (R), bem como suas antecipações em relação a si, ao outro e ao referente. Nesse esquema, portanto, A e B são os

interlocutores e R o objeto de seu discurso. Interlocutores e objeto que se encontram postos no discurso<sup>1</sup>.

Considerando nosso objeto de estudo – o discurso jornalístico-político de *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e GM em processo de instalação no Estado –, identificamos:

- jornal *Zero Hora* como interlocutor (A);
- o Governo Olívio Dutra como referente (R01);
- as montadoras como referente (R02)<sup>2</sup>.

*Zero Hora* apresenta, assim, dois referentes diversos. Referentes que se encontram postos em seu discurso.

No entanto, identificamos no discurso de *Zero Hora* um outro referente: o Governo Antônio Britto (R03). Esse referente, ao contrário de R01 e R02, não se encontra posto no discurso do jornal, mas silenciado no interdiscurso, onde ressoa. Em outras palavras, R01 e R02 são explicitados no discurso de *Zero Hora*, ao passo que R03 não o é. Eis por que tratamos R01 e R02 como referentes explícitos e R03 como um referente implícito.

Nesse sentido, propomos um deslocamento em relação ao que Pêcheux apresenta sobre o referente na noção de CP do discurso. O que mostramos no quadro abaixo:

---

<sup>1</sup> Desenvolvemos a noção de CP na seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

<sup>2</sup> A, mobilizamos em todos os recortes; R01, no Recorte 01; R02, no Recorte 02. Lembramos, por outro lado, que – como não analisamos o discurso do Governo Olívio Dutra sobre a questão das montadoras – não consideramos o discurso de B, interlocutor de A, nem as antecipações de A em relação a B.

CP – referente (R)	
em Pêcheux	Deslocamento que propomos
explícito no discurso	explícito ou implícito no discurso

Desse modo, a partir de nossa análise, acreditamos que o referente de um discurso pode permanecer implícito. Ou seja, pode não aparecer explicitamente no discurso, mas, mesmo assim, constituí-lo. O que vimos ocorrer com o Governo Antônio Britto (nosso R03) no discurso de *Zero Hora* que analisamos em nossos três recortes discursivos – Recorte 01, Recorte 02 e Recorte 03.

O Governo Antônio Britto não aparece no discurso de *Zero Hora*, mas o constitui, uma vez que a imagem que o jornal faz desse governo define sua imagem de governo e, portanto, do que espera do Governo Olívio Dutra, bem como sua imagem das montadoras de automóveis, do povo gaúcho e até de si mesmo. Em outras palavras: a imagem que A faz de R03 – através da mobilização implícita desse referente em seu discurso – define a imagem de A sobre R01, R02, povo gaúcho e A<sup>3</sup>.

Voltamos, assim, a afirmar que – no discurso de *Zero Hora* analisado – o dito (explícito) é determinado pelo não-dito (implícito), ou seja, o que está posto no discurso é determinado pelo que não está posto, mas é mobilizado como um preconstruído<sup>4</sup> através da memória discursiva. Por conseguinte, o sujeito inscrito em A fala de R01, de R02, do povo gaúcho e até de si mesmo a partir do que não fala – a partir de R03, o discurso que aí comparece a título de discurso transversal.

<sup>3</sup> Conferir, respectivamente, as seções “Recorte 01 – Desqualificando o outro”, “Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro” e “Recorte 03 – Fabricando o consenso” do presente capítulo.

<sup>4</sup> Diferentemente do que apresentamos na seção “Ideologia e discurso” do Capítulo I, relacionamos – nesse momento – a noção de preconstruído a todo e qualquer já-dito presente no interdiscurso que seja assimilado a um determinado discurso explícito ou implícitamente. Ou melhor, como preconstruído, no primeiro caso e, no segundo, como discurso transversal.

R03 consiste, então, em um não-dito: um saber que se encontra recalçado, silenciado, no interdiscurso. Trata-se, contudo, de um não-dito necessário, pois determina – de fora – o que pode e deve ser dito no intradiscurso de *Zero Hora*, sustentando, desse modo, o dito no discurso do jornal. É o funcionamento designado como discurso transverso.

Nesse sentido, retomamos Orlandi (1989) e diferenciamos o Governo Antônio Britto (nosso referente implícito, R03) da voz do Governo Olívio Dutra (nosso referente explícito, R01).

Temos aqui dois não-ditos. No primeiro caso, um não-dito que se contrapõe ao dito (um implícito); no segundo, um não-dito que deve permanecer não-dito (um silenciamento, um anti-implícito). Ou seja, enquanto R03 sustenta o dito (funcionando como o discurso transverso do discurso de *Zero Hora*), sendo, portanto, necessário, a voz de R01 deve ser evitada, visto que mobiliza sentidos não desejados, sentidos que devem forçosamente ser descartados pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*<sup>5</sup>.

Verificamos, assim, que R03 permanece um não-dito porque, mesmo fazendo parte do que pode e deve ser dito da posição-sujeito de *Zero Hora* (PSZH), não convém que seja dito, o que comprometeria o efeito de imparcialidade e de profissionalismo que o jornal acredita ter e deseja manter<sup>6</sup>. Por sua vez, a voz de R01 permanece um não-dito porque não faz parte do que – de fato – pode e deve ser dito

---

<sup>5</sup> Uma vez que pertencem ao que pode e deve ser dito da posição-sujeito do Governo Olívio Dutra (a PSGOD).

<sup>6</sup> Imparcialidade e profissionalismo que, como defendemos na seção “Contextualizando *Zero Hora*” desse capítulo, caracterizam a ilusão constitutiva não apenas desse jornal, desse sujeito, mas também da imprensa moderna em geral: a *ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico*.



da PSZH; posição essa atravessada, determinada, pela posição-sujeito do Governo Antônio Britto (a PSGAB).

Com isso, queremos dizer que – embora tanto R03 quanto a voz de R01 permaneçam silenciados no interdiscurso – somente R03, mobilizado pela memória discursiva, atravessa o discurso do jornal. O sujeito do discurso de *Zero Hora* traz, por conseguinte, para seu discurso (o discurso de referência) um discurso-outro como implícito: o discurso do Governo Antônio Britto, discurso com o qual esse sujeito se identifica. R03 caracteriza-se, desse modo, como um discurso transverso, configurando-se em uma presença-ausente que determina o discurso de *Zero Hora*.

Salientamos, por outro lado, que – em determinadas seções de *Zero Hora* – R03, um referente implícito no discurso do jornal que analisamos, explicita-se. Trata-se das charges, que supostamente fazem um contraponto pelo riso, e da seção “Palavra do Leitor”, que supostamente traz a voz não do jornal, mas de seus leitores. Nessas seções, portanto, o Governo Antônio Britto não aparece mais como um referente implícito (um não-dito), mas como um referente explícito (um dito).

Assim, nos espaços do jornal em que se esperaria uma outra voz que não a de *Zero Hora*, o que podia e devia ser dito, mas não convinha, passa a ter lugar na enunciação. Esses espaços limitam-se, contudo, a explicitar R03, mantendo o efeito de monofonia no discurso do jornal. Em outras palavras, o sujeito do discurso de *Zero Hora* não mobiliza nesses espaços uma outra voz – o que não pode nem deve ser dito a partir de sua posição-sujeito –, mas apenas o que, na capa e no editorial, não

convinha ser dito<sup>7</sup>. Daí por que as charges não fazem nenhum contraponto e a “Palavra do Leitor”, por sua vez, não traz nenhuma voz dissonante à do jornal.

Considerando, então, o funcionamento, no discurso de *Zero Hora*, do Governo Olívio Dutra e das montadoras de automóveis (nossos R01 e R02) de um lado, e do Governo Antônio Britto (nosso R03), de outro, propomos, em relação ao que Pêcheux apresenta sobre a noção de CP, o seguinte deslocamento teórico: que o referente (R) pode permanecer explícito ou implícito no discurso. E, caso se encontre implícito, pode vir a ser explicitado. Do mesmo modo, ainda que não tenhamos verificado o contrário em nossa análise, acreditamos que um referente explícito no discurso possa igualmente tornar-se implícito<sup>8</sup>.

No que concerne às noções de *rede de formulações e ressonância*, tecemos as observações que seguem.

Courtine (1981 e 1982) define a noção de **rede de formulações** como um conjunto desnivelado de formulações que constituem as reformulações possíveis de um enunciado localizado na verticalidade do discurso. Desse modo, o autor situa a noção de rede de formulações no interdiscurso<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Lembramos que nossa análise centrou-se em dois diferentes espaços do jornal: a capa e o editorial. Sobre as diferentes seções de *Zero Hora*, rever a nota 17 da seção “Memória discursiva, esquecimento e discurso transversal” do Capítulo II e a nota 7 da seção “Refletindo sobre a metodologia e o *corpus* em Análise do Discurso” do presente capítulo.

<sup>8</sup> Vale dizer que Pêcheux (1969) – quando formula a noção de condições de produção do discurso – não fala em referente explícito. No entanto, o autor parte do esquema informacional de Jakobson, que põe em cena tanto os protagonistas do discurso como seu referente. Nesse esquema, por conseguinte, o referente encontra-se posto no discurso, o que Pêcheux – em sua discussão crítica – não contesta. A esse respeito, rever a seção “Condições de produção do discurso” do Capítulo II.

<sup>9</sup> Desenvolvemos a noção de rede de formulações na seção “Enunciado, formulação e rede de formulações” do Capítulo II.

Por sua vez, Serrani (1997) – refletindo sobre o processo parafrástico na linguagem – formula a noção de **ressonância**. Segundo a autora, há paráfrase quando as unidades que constituem um determinado sentido ressoam significativamente na verticalidade do discurso, produzindo, assim, uma ressonância. Com isso, Serrani igualmente situa a noção de ressonância no interdiscurso<sup>10</sup>.

Essas noções, no entanto, não se aproximam apenas pelo fato de se localizarem no interdiscurso. Na verdade, encontram-se estreitamente relacionadas, uma vez que as unidades que ressoam significativamente no interdiscurso nada mais são do que as diferentes formulações que constituem as reformulações possíveis de um enunciado localizado na verticalidade do discurso.

Desse modo, sustentamos que – para que haja ressonância entre diferentes unidades presentes no interdiscurso – é preciso que essas unidades estejam em uma rede de formulações.

Examinando – nesse momento – nossos três recortes discursivos, identificamos:

- no Recorte 01, seqüências discursivas nas quais as marcas lingüísticas – os itens lexicais: *impasse, conflito, confronto, pendência, atrito, desentendimento, desencontro, divergência, discórdia* – encontram-se em uma rede de formulações fazendo ressoar significativamente o impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis (Sd 01 – Sd 15);
- no Recorte 02, seqüências discursivas nas quais as marcas lingüísticas – os adjetivos ou <sup>1</sup>estruturas buscando a adjetivação: *fundamentais, grandes, essenciais, audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar*

---

<sup>10</sup> Desenvolvemos a noção de ressonância na seção “Ressonância” do Capítulo II.

*do mundo, um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século*, em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto* – encontram-se em uma rede de formulações fazendo ressoar significativamente a qualidade dos projetos das montadoras de automóveis no Estado (Sd 16 – Sd 30);

- no Recorte 03, seqüências discursivas nas quais as marcas lingüísticas – os itens lexicais: *povo gaúcho, coletividade gaúcha, sociedade gaúcha, população gaúcha, gaúchos, sociedade, população, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e de cidadãos, cidadãos rio-grandenses*, bem como *interesse público, interesse social, interesse do Rio Grande, interesse do Estado, interesse presente e futuro do Rio Grande, interesses maiores do Estado, interesses gerais e interesses do Estado* – encontram-se em uma rede de formulações fazendo ressoar significativamente o que seria a voz do povo gaúcho<sup>11</sup> sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis (Sd 31 – Sd 48)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Como vimos no Recorte 03, o sujeito do discurso de *Zero Hora* apresenta-se como porta-voz do povo gaúcho. Trata-se, no entanto, de um porta-voz não-legítimo, não-autorizado, uma vez que fala em nome de uma determinada parcela dos gaúchos – **povo gaúcho 01** – como se falasse pela totalidade do povo gaúcho. Esse sujeito, por conseguinte, preserva e respeita a voz dos que, em relação aos investimentos das montadoras no Estado, se identificam com sua posição-sujeito – **povo gaúcho 01** –, usurpando e silenciando a voz dos que com ela, a esse respeito, não se identificam – **povo gaúcho 02**.

<sup>12</sup> Salientamos que, ao contrário do Recorte 01 e do Recorte 02, não observamos no Recorte 03 um enunciado localizado no interdiscurso de *Zero Hora* que, em seu intradiscurso, apareça linearizado através de diferentes formulações. Temos, no Recorte 03, a voz do povo gaúcho segundo o que pode e deve ser dito da posição-sujeito do jornal sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras. Ou seja, temos a voz de **povo gaúcho 01**. A esse respeito, rever a seção anterior “Recorte 03 – Fabricando o consenso”.

Em nossos recortes, por conseguinte, identificamos diferentes unidades específicas – as marcas lingüísticas que referimos acima –, formando diferentes redes de formulações. Nessas redes, essas unidades encontram-se em ressonância, constituindo, assim, diferentes sentidos. Ou melhor, nesses recortes, “a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (Serrani, op. cit., p. 47) que se estabelece entre as diferentes unidades que formam cada uma das redes de formulações que analisamos.

No entanto, essas redes de formulações e ressonâncias com as quais trabalhamos não se localizam na verticalidade do interdiscurso como apontam Courtine e Serrani, respectivamente, quando formulam essas noções.

Examinando o discurso de *Zero Hora*, verificamos que tanto as redes de formulações quanto as ressonâncias analisadas localizam-se – de fato – em seu processo discursivo, o PDZH. Em outras palavras, essas diferentes redes de formulações e ressonâncias encontram-se dispersas no próprio discurso de *Zero Hora* no período de março, abril e maio de 1999. Eis por que, em nossos recortes discursivos, nós as denominamos *redes de formulações e ressonâncias discursivas*<sup>13</sup>, em contraponto com as formulações de Courtine e Serrani, respectivamente, que são *interdiscursivas*.

Por outro lado, igualmente verificamos que – além das redes de formulações e ressonâncias discursivas – existem, no discurso de *Zero Hora*, redes de formulações e ressonâncias que se localizam em seu intradiscurso. Nesse caso, diferentes unidades específicas encontram-se “dispersas” no fio do discurso de *Zero Hora*, formando uma

---

<sup>13</sup> Nas seções “Recorte 01”, “Recorte 02” e “Recorte 03” do presente capítulo, exemplificamos essas diferentes redes de formulações e ressonâncias localizadas no PDZH, sendo, portanto, denominadas *discursivas*.

rede de formulações e uma ressonância no interior de uma determinada formulação. O que nos faz denominá-las *rede de formulações e ressonância intradiscursivas*<sup>14</sup>.

Desse modo, as redes de formulações e ressonâncias que analisamos localizam-se, de um lado, no processo discursivo de *Zero Hora* (ou seja, na verticalidade do discurso) e, de outro, no intradiscorso de *Zero Hora* (ou seja, na horizontalidade do discurso).

Observamos, contudo, que – quando relacionamos processo discursivo e verticalidade do discurso – não estamos falando da verticalidade que caracteriza o interdiscorso. Tanto o interdiscorso quanto o processo discursivo localizam-se na verticalidade do discurso, mas em eixos próprios. Na verticalidade do interdiscorso, encontramos saberes desnivelados que determinam o que pode e deve ser dito a partir de cada formação discursiva. Por sua vez, na verticalidade do processo discursivo, encontramos um conjunto de formulações, igualmente desniveladas, que constituem um determinado discurso. *Interdiscorso e processo discursivo* localizam-se, então, na verticalidade do discurso – embora em níveis diversos –, pois envolvem, respectivamente, saberes e formulações desniveladas, ou seja, dispersas no discurso.

A dispersão, por conseguinte, caracteriza a verticalidade do discurso (onde saberes e formulações encontram-se desnivelados) e não a horizontalidade (onde os saberes encontram-se linearizados nas formulações). Por isso, mais acima, quando falamos sobre as redes de formulações e ressonâncias localizadas no intradiscorso de *Zero Hora*, usamos aspas no adjetivo *dispersas*. Sabemos que não há dispersão no eixo do intradiscorso, mas – analisando o discurso do jornal – encontramos diferentes

---

<sup>14</sup> Do mesmo modo, nas seções “Recorte 01”, “Recorte 02” e “Recorte 03” do presente capítulo, exemplificamos as diferentes redes de formulações e ressonâncias localizadas no intradiscorso de *Zero Hora*, sendo, portanto, denominadas *intradiscursivas*.

unidades específicas ressoando significativamente em uma rede de formulações dentro de uma mesma formulação. Com isso, queremos dizer que essas unidades “dispersas” em uma mesma formulação tramam o sentido no discurso de *Zero Hora*, assim como aquelas dispersas em seu processo discursivo<sup>15</sup>.

Nesse sentido, voltamos a Courtine e Serrani e propomos alguns deslocamentos teóricos.

Courtine localiza a noção de rede de formulações no interdiscurso, propondo, então, uma *rede de formulações interdiscursiva*. Considerando o que verificamos em nossos recortes discursivos, também localizamos a noção de rede de formulações no processo discursivo – configurando uma *rede de formulações discursiva* – e no intradiscurso – configurando uma *rede de formulações intradiscursiva*. O que apontamos no quadro abaixo:

Courtine		Deslocamento que propomos	
rede de formulações	interdiscursiva (interdiscurso)	rede de formulações	discursiva (processo discursivo) intradiscursiva (intradiscurso)

Serrani igualmente localiza a noção de ressonância no interdiscurso, propondo, então, uma *ressonância interdiscursiva*. A autora, por outro lado,

---

<sup>15</sup> Para nós, portanto, essas diferentes unidades que – no interior de uma mesma formulação – formam uma rede de formulações intradiscursiva, produzindo uma ressonância intradiscursiva, não podem ser tratadas como diferentes itens lexicais em uma relação de substituição que garante a coerência e a coesão do texto. O que se limitaria a dizer a Linguística Textual. Na verdade, o sujeito do discurso de *Zero Hora* – pela repetição constante de unidades que ressoam significativamente em uma rede de formulações discursiva e intradiscursiva – impõe como “o” sentido o que pode e deve ser dito de sua posição-sujeito. Não se trata, desse modo, apenas de uma substituição que visa amarrar o texto, mas do funcionamento de um discurso que visa – pela exaustiva repetição – fazer de seu sentido “o” sentido.

denomina *glosa* e *reformulação* – respectivamente – a repetição, reiteração, de unidades distintas na construção imaginária de um mesmo sentido, seja na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso, seja no intradiscurso. Como ilustramos no quadro a seguir:

Repetição, reiteração, de unidades distintas na construção imaginária de um mesmo sentido	Nível de análise
paráfrase (ressonância)	interdiscurso
glosa	intradiscurso – interdiscurso
reformulação	intradiscurso

No entanto, considerando, mais uma vez, o que verificamos em nossos recortes discursivos, também localizamos a noção de ressonância no processo discursivo – configurando uma *ressonância discursiva* – e no intradiscurso – configurando uma *ressonância intradiscursiva*.

Assim, propomos que toda repetição de unidades distintas na construção imaginária de um mesmo sentido seja denominada *ressonância* e que seu nível de análise seja especificado, configurando, então uma *ressonância interdiscursiva* (no interdiscurso), uma *ressonância discursiva* (no processo discursivo) e uma *ressonância intradiscursiva* (no intradiscurso). O que mostramos no quadro abaixo:



Serrani	Deslocamento que propomos <sup>16</sup>
ressonância	ressonância interdiscursiva (interdiscurso)
glosa	ressonância discursiva (processo discursivo)
reformulação	ressonância intradiscursiva (intradiscurso)

Desse modo, relacionamos as noções de rede de formulações, ressonância e os diferentes níveis de análise – interdiscurso, processo discursivo e intradiscurso –, procurando mostrar seu entrelaçamento. O que resumimos no quadro a seguir:

Rede de formulações	Ressonância	Nível de análise
rede de formulações interdiscursiva	ressonância interdiscursiva	interdiscurso (verticalidade)
rede de formulações discursiva	ressonância discursiva	processo discursivo (verticalidade)
rede de formulações intradiscursiva	ressonância intradiscursiva	intradiscurso (horizontalidade)

Nessa seção, portanto, refletimos sobre as noções de **condições de produção**, **rede de formulações** e **ressonância** a partir da análise de nosso corpus discursivo. Nesse movimento teoria-análise, repensamos essas noções e propomos alguns

<sup>16</sup> Vale dizer que, com esse deslocamento, não propomos simplesmente uma troca de termos. Acreditamos que as noções de glosa e de reformulação não mostram a ressonância que se estabelece entre as diferentes unidades específicas localizadas quer na passagem entre o intra e o interdiscurso quer no intradiscurso. Ou seja, na glosa e na reformulação, não se configura o “efeito de vibração semântica mútua” que, conforme Serrani, caracteriza a noção de ressonância interdiscursiva (1997, p. 47). Nesse sentido, para nós, a glosa e a reformulação parecem corresponder mais a uma repetição isolada do que a uma rede de repetibilidade na qual ressoam essas diferentes unidades, o que não ocorre em relação às noções de ressonância discursiva e intradiscursiva que ora apresentamos. Defendemos, então, que o “efeito de vibração semântica mútua” entre diferentes unidades específicas não se limita ao nível do interdiscurso, localizando-se igualmente no processo discursivo e no intradiscurso.

deslocamentos teóricos. Procuramos, assim, voltar à teoria, completando o movimento pendular teoria-análise-teoria, que caracteriza a prática da Análise do Discurso.

## CONCLUSÃO

*... nas páginas do jornal se constrói uma ordem social desambigüizada que coloca em relação e em circulação dizeres autorizados e dizeres anônimos, dando a ilusão de consensos ou dissensos polarizados, esquemáticos.*

Bethania Mariani, *O PCB e a imprensa.*

Esta dissertação surgiu de nosso interesse por dois diferentes campos de estudo: o político e o jornalístico. Campos que se entrecruzam em nossa pesquisa e com os quais trabalhamos a partir do marco teórico da Análise do Discurso – a AD.

Examinamos, através de nosso objeto de estudo – o discurso jornalístico-político do jornal *Zero Hora* acerca das tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis Ford e General Motors (GM) durante os meses de março, abril e maio de 1999 –, como as relações de tensão entre Imprensa e Estado materializam-se no discurso jornalístico. O que fazemos motivados, de um lado, pelos desdobramentos da chegada do petista Olívio Dutra ao governo estadual, em 1999, e, de outro, pela postura oposicionista de *Zero Hora* – um dos jornais de maior penetração no Estado do Rio Grande do Sul – em relação a esse novo governo, sobretudo no que diz respeito a uma das mais discutidas polêmicas que o cercaram em seu primeiro ano<sup>1</sup>: a instalação das montadoras de automóveis Ford e GM no Estado.

Dividimos nossa pesquisa em três diferentes capítulos.

No primeiro, “Dispositivo teórico”, apresentamos a Análise do Discurso e algumas de suas noções centrais: *ideologia*, *discurso*, *sujeito* e *sentido*. Essas noções fundamentaram teoricamente a pesquisa, orientando nossa análise.

---

<sup>1</sup> E o cercam até hoje em diferentes momentos, como – por exemplo – a eleição para prefeito em 2000, a inauguração da fábrica da Ford na Bahia em 2001 e as prévias para a eleição de governador do Partido dos Trabalhadores em 2002. Nesses momentos, o discurso sobre a instalação das montadoras no Estado é mobilizado do interdiscurso pela memória discursiva e, mais uma vez, volta a ressoar no processo discursivo de *Zero Hora*. Esse discurso, essa memória, faz retorno, produzindo-se, a cada vez, sobre novos esquecimentos – como as férias coletivas dos trabalhadores das montadoras, em 2001, em uma tentativa de se evitar demissões –, mas sempre reiterando o efeito de sentido de incapacidade do Governo Olívio Dutra para governar o Estado.

No segundo capítulo, “Dispositivo analítico”, retomamos diversas noções da AD, relacionando-as, mais especificamente, com nosso objeto de estudo. Quais sejam: *condições de produção*, *enunciado*, *formulação*, *rede de formulações*, *ressonância*, *memória discursiva*, *esquecimento*, *discurso transversal*, *porta-voz*, *discurso jornalístico* e *discurso social*. Essas noções, por sua vez, embasaram nossa análise.

Por fim, no terceiro capítulo, “Análise”, apresentamos o jornal *Zero Hora*, os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso, bem como a análise de nosso objeto de estudo através de três diferentes recortes discursivos: “Recorte 01 – Desqualificando o outro”, “Recorte 02 – Desqualificando ainda mais o outro” e “Recorte 03 – Fabricando o consenso”. Nesse capítulo, ainda, completando um movimento pendular teoria-análise-teoria, procuramos repensar teoricamente as noções cuja necessidade de rever percebemos durante a pesquisa. O que nos levou a propor, na seção “Repensando a teoria a partir da análise”, alguns deslocamentos teóricos em relação às noções de *condições de produção*, *rede de formulações* e *ressonância*, formuladas, respectivamente, por Pêcheux, Courtine e Serrani.

Considerando, então, a análise, percebemos que o sujeito do discurso de *Zero Hora* (ZH) tem seu dizer determinado – de fora, do interdiscurso – pela imagem que faz do Governo Antônio Britto (GAB), seu referente implícito. Esse referente, por conseguinte, é mobilizado através da memória discursiva como um discurso transversal e determina a imagem que o jornal tem tanto do Governo Olívio Dutra

(GOD) – uma imagem negativa – quanto das montadoras de automóveis – uma imagem positiva –, seus referentes explícitos<sup>2</sup>.

No “Recorte 01”, apresentamos 15 seqüências discursivas (Sd 01 – Sd 15), nas quais as marcas lingüísticas (os itens lexicais *impasse*, *conflito*, *confronto*, *pendência*, *atrito*, *desentendimento*, *desencontro*, *divergência* e *discórdia*) encontram-se em diferentes redes de formulações, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* o impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis.

Desse modo, a imagem negativa do Governo Olívio Dutra é construída discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora* por meio de redes de formulações que se localizam, de um lado, no processo discursivo de *Zero Hora* (PDZH) – ou seja, na verticalidade do discurso – e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora* – ou seja, na horizontalidade do discurso –, configurando o que denominamos, respectivamente, *rede de formulações discursiva* e *rede de formulações intradiscursiva*<sup>3</sup>. Essas redes de formulações produzem, por sua vez, diferentes ressonâncias que também se localizam, de um lado, no PDZH e, de outro, no

---

<sup>2</sup> Eis aqui o deslocamento teórico que propomos em relação ao que Pêcheux (1969) formula acerca da noção de *condições de produção*: que o referente (R) pode permanecer explícito ou implícito no discurso. Acrescentamos, ainda, que um referente implícito pode vir a ser explicitado ou, inversamente, que um referente explícito pode tornar-se implícito no discurso.

<sup>3</sup> Eis aqui o deslocamento teórico que propomos em relação ao que Courtine (1981 e 1982) formula acerca da noção de *rede de formulações*: localizamos essa noção não apenas no interdiscurso – como faz o autor –, mas também no processo discursivo e no intradiscurso.

intradiscurso de *Zero Hora*, configurando o que denominamos, respectivamente, *ressonância discursiva* e *ressonância intradiscursiva*<sup>4</sup>.

Trata-se, assim, através da repetição constante de itens lexicais que remetem ao impasse entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis, não apenas de marcar, mas sobretudo de reforçar, no discurso de *Zero Hora*, o efeito de sentido de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social do GOD em relação às montadoras. Nesse recorte, portanto, o sujeito do discurso de *Zero Hora* desqualifica o outro – o Governo Olívio Dutra.

Por outro lado, no “Recorte 02”, apresentamos 15 seqüências discursivas (Sd 16 – Sd 30), nas quais as marcas lingüísticas (os adjetivos ou estruturas buscando a adjetivação – *fundamentais, grandes, essenciais, audaciosos, gigantescos, mega, que são desejados em qualquer lugar do mundo, um dos mais modernos do setor automobilístico no mundo e maiores do fim do século* – em torno dos itens lexicais *investimento, empreendimento e projeto*) novamente se encontram em diferentes redes de formulações, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* a qualidade dos projetos das montadoras de automóveis no Estado.

Desse modo, a imagem positiva das montadoras de automóveis é construída discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora* por meio de redes de formulações que, mais uma vez, localizam-se, de um lado, no PDZH – ou seja, na verticalidade do discurso – e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora* – ou seja, na horizontalidade do discurso –, configurando o que denominamos, respectivamente, *rede de formulações discursiva* e *rede de formulações intradiscursiva*. Essas redes de

---

<sup>4</sup> Eis aqui o deslocamento teórico que propomos em relação ao que Serrani (1997) formula acerca da noção de *ressonância*: localizamos essa noção não apenas no interdiscurso – como faz a autora –, mas também no processo discursivo e no intradiscurso.

formulações produzem, por sua vez, diferentes ressonâncias que – de novo – localizam-se, de um lado, no PDZH e, de outro, no intradiscorso de *Zero Hora*, configurando o que denominamos, respectivamente, *ressonância discursiva* e *ressonância intradiscursiva*.

Trata-se, nesse momento, através da repetição constante, em torno de diferentes itens lexicais, de adjetivos ou estruturas que buscam a adjetivação e remetem à qualidade dos projetos de R02, não apenas de marcar, mas sobretudo de reforçar ainda mais, no discurso de *Zero Hora*, o lugar de intransigência, intolerância e falta de visão política, econômica e social do GOD em relação às montadoras. Nesse recorte, portanto, o sujeito do discurso de *Zero Hora* desqualifica ainda mais o outro – o Governo Olívio Dutra.

Finalmente, no “Recorte 03”, apresentamos 18 seqüências discursivas (Sd 31 – Sd 48), nas quais as marcas lingüísticas (os itens lexicais *povo gaúcho, coletividade gaúcha, sociedade gaúcha, população gaúcha, gaúchos, sociedade, população, opinião pública, opinião do povo rio-grandense, opiniões de lideranças e de cidadãos, cidadãos rio-grandenses*, bem como *interesse público, interesse social, interesse do Rio Grande, interesse do Estado, interesse presente e futuro do Rio Grande, interesses maiores do Estado, interesses gerais e interesses do Estado*) encontram-se, mais uma vez, em diferentes redes de formulações, fazendo ressoar significativamente no processo discursivo de *Zero Hora* o que seria a voz do povo gaúcho sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis.

Assim, a imagem do jornal como porta-voz do povo gaúcho é construída discursivamente pelo sujeito do discurso de *Zero Hora* por meio de redes de



formulações que novamente se localizam, de um lado, no PDZH e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora*, configurando o que denominamos, respectivamente, *rede de formulações discursiva* e *rede de formulações intradiscursiva*. Essas redes de formulações produzem, por sua vez, diferentes ressonâncias que também se localizam, de um lado, no PDZH e, de outro, no intradiscurso de *Zero Hora*, configurando o que denominamos, respectivamente, *ressonância discursiva* e *ressonância intradiscursiva*.

Com isso, o sujeito do discurso de *Zero Hora* estende a toda população gaúcha seu ponto de vista a respeito das tratativas entre o GOD e as montadoras<sup>5</sup>, silenciando as diferentes vozes que constituem o povo gaúcho e produzindo um efeito de consenso, um efeito de monofonia que nos faz caracterizar o discurso do jornal como um *discurso social*, um discurso hegemônico. O que reforça tanto a imagem negativa projetada sobre o Governo Olívio Dutra quanto a imagem positiva projetada sobre as montadoras de automóveis.

Nesse recorte, portanto, o sujeito do discurso de *Zero Hora*, reiterando *seus sentidos*, como se fossem *o sentido do povo gaúcho como um todo*, fabrica o consenso – o Governo Olívio Dutra não tem capacidade para dirigir adequadamente o Estado, uma vez que não enxerga o excelente negócio que as montadoras representam para o Rio Grande. Efeito de sentido igualmente identificado nos recortes anteriores e, mais uma vez, produzido pelo sujeito do discurso de *Zero Hora*.

Desse modo, as imagens do Governo Olívio Dutra e das montadoras de automóveis – referentes explícitos do discurso analisado –, bem como a imagem de *Zero Hora* como “porta-voz” do povo gaúcho são, todas, construídas discursivamente

pelo sujeito do discurso do jornal por meio de redes de formulações discursivas e intradiscursivas que produzem ressonâncias também discursivas e intradiscursivas, caracterizando o processo discursivo de *Zero Hora* no período que analisamos.

Através, então, da trama dessas diferentes imagens, materializa-se, no discurso de *Zero Hora*, a relação de tensão entre sua posição-sujeito e a posição-sujeito do Governo Olívio Dutra.

Queremos salientar, no entanto, que o dizer que circula no jornal, (en)formando, aliás, uma determinada memória social sobre os acontecimentos, não resulta de um movimento deliberado e consciente do sujeito do discurso de *Zero Hora*, mas sim da determinação que sofre do lugar no qual se inscreve: o lugar da imprensa, um lugar institucional historicamente constituído. Por isso, falamos da *ilusão constitutiva do sujeito do discurso jornalístico*, visto que, como todo sujeito, o sujeito da imprensa não está na fonte de seu dizer nem tem sobre ele controle, sendo, de um lado, interpelado pela ideologia e, de outro, atravessado pelo inconsciente.

Assim, a construção desse imaginário do discurso jornalístico-político de *Zero Hora* sobre o Governo Olívio Dutra é fortemente determinado não apenas pelo ideológico, mas também pelo inconsciente. Ou seja, a imagem negativa do GOD, a imagem positiva das montadoras e a imagem de *Zero Hora* como “porta-voz” do povo gaúcho são determinadas pelo ideológico e pelo inconsciente que afetam o sujeito do discurso do jornal, refletindo-se no simbólico – na materialidade do discurso em análise – através de diferentes marcas lingüísticas fazendo ressoar, em diferentes redes de formulações, o que pode e deve ser dito da posição-sujeito de *Zero*

---

<sup>5</sup> Ou seja, o ponto de vista de **povo gaúcho 01**, que deseja o pleno cumprimento dos contratos com as montadoras. Contrariamente a **povo gaúcho 02**, que deseja sua revisão.

*Hora* sobre as tratativas entre o Governo Olívio Dutra e as montadoras de automóveis.

Nesse sentido, acreditamos que tentar refazer o que foi apagado pela ideologia na produção dos sentidos no discurso jornalístico torna-se imprescindível, uma vez que reconhecemos o peso da imprensa na sociedade e a necessidade de se refletir e discutir seriamente sobre o mesmo. Afinal, como diz Angenot (1988): “A própria coisa impressa é um instrumento de legitimação em uma época em que os simples crêem ainda sem reserva no que ‘está escrito no jornal’”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre (1983). Memória e produção discursiva do sentido. Tradução de José Horta Nunes. *In: ACHARD, Pierre et alii. Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis (1976). *Aparelhos ideológicos de Estado*; Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7ª. edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

ALTHUSSER, Louis. “Resposta a John Lewis”.

ALTHUSSER, Louis. “Idéologie et appareils idéologiques d’État”. 1970.

ALTHUSSER, Louis. *Notes sur les appareils idéologiques d’État*, 1976.

ALTHUSSER, Louis (1973). “Observação sobre uma categoria: processo sem sujeito nem (s)”. *In: Posições-I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

ANGENOT, Marc (1988). Para uma teoria do discurso social: problemática de uma pesquisa em andamento. Tradução de Zilá Bernd. *Cadernos do IL*, UFRGS/Instituto de Letras, Porto Alegre, p. 7-32, maio de 1992.

BENVENISTE, Émile (1958). “Da subjetividade na linguagem”. *In: \_\_\_\_\_* (1966). *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. 4ª. ed. Campinas, Pontes, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5<sup>a</sup>. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

CONEIN, Bernard. Décrire un événement politique. *Matérialités Discursives*, Presses Universitaires de Lille, Lille, p. 55-64, 1981.

\_\_\_\_\_. Peuple et pouvoir politique: les positions du porte-parole pendant la révolution française. *Peuple et Histoire*, PUL, Lille.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, n. 62, juin 1981.

\_\_\_\_\_. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, Paris, vol. IX, n. 2, octobre 1982.

\_\_\_\_\_. La toque de Clémentis. *Le discours psychanalytique*, 1983. (Em português: O chapéu de Clémentis; Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1999.)

\_\_\_\_\_; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? *Matérialités Discursives*, Presses Universitaires de Lille, Lille, p. 21-33, 1981.

DAVALLON, Jean (1983). A imagem, uma arte de memória? Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. *Da germinação da semente à colheita do grão: análise do funcionamento das relações de identificação na formação discursiva dominante do assentado*. Porto Alegre, PPG-LET/UFRGS, 1998. (Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso)

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris, Éditions Gallimard, 1969.

\_\_\_\_\_. *L'ordre du discours*. Paris. Gallimard, 1971.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide; para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Ortiz, 1989.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas. Pontes, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido; um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

- INDURSKY, Freda. Que povo é esse? *Revista de Estudos da Linguagem*, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, ano 4, vol. 1, n. 3, p. 102-114, jan./jun. 1995a.
- \_\_\_\_\_. A construção metafórica do povo brasileiro. *Organon*, Porto Alegre, vol. 9, n. 23, p. 143-152, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 20, p. 7-21, dez. 1998a.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p. 111-120, 2. sem. 1998b.
- \_\_\_\_\_. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à análise do discurso. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, ns. 4-5, p. 69-88, dez. 1999/ jun. 2000a.
- \_\_\_\_\_. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. *Alea*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p. 17-26, set. 2000b.



\_\_\_\_\_. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: \_\_\_\_\_; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 2000c.

\_\_\_\_\_. “O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira”, s.d. Inédito. (No prelo)

\_\_\_\_\_; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1999.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_ (coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre, UFRGS/Instituto de Letras, 2001.

LEITE, Nina. *Psicanálise e análise do discurso; o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro, Campo Matêmico, 1994.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 7ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique (1987). *Novas tendências em análise do discurso*.

Tradução de Freda Indursky. 3<sup>a</sup>. ed. Campinas, Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, Denise. “Elementos para uma história da análise do discurso na

França”. Tradução de Mónica Zoppi-Fontana e Maria Cristina Leandro Ferreira.

*In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Gestos de leitura; da história no discurso.*

Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas e o imaginário dos jornais*

(1922-1989). Rio de Janeiro, Revan; Campinas, Editora da Unicamp, 1998a.

\_\_\_\_\_. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p.

87-95, 2. sem. 1998b.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo brasileiro representa quem?. *Cadernos do*

*CEAM* (As relações entre mídia e política), Brasília, UnB/Centro de estudos

avançados multidisciplinares/Núcleo de estudos sobre mídia e política, ano II, n.

6, p. 61-70, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Conflito político e geração de sentido nas notícias: A saga

do menino Elián. *Cadernos do CEAM* (As relações entre mídia e política),

Brasília, UnB/Centro de estudos avançados multidisciplinares/Núcleo de estudos sobre mídia e política, ano II, n. 6, p. 33-59, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar?. *Série Estudos*, Faculdades Integradas de Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

\_\_\_\_\_. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. São Paulo, Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994a.

\_\_\_\_\_ (org.). *Gestos de leitura; da história no discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994b.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio; no movimento dos sentidos*. 3ª. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. "Entremeio e discurso" In: \_\_\_\_\_. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996a.

\_\_\_\_\_. (1983). *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. 4ª. ed. Campinas, Pontes, 1996b.

\_\_\_\_\_. O próprio da análise do discurso. *Escritos*, Campinas, n. 3, p. 17-22, 1998a.

\_\_\_\_\_. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, Pontes, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso; princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999a.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. Divulgação científica e efeito-leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento; Estado, mídia, sociedade*. Campinas, Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel (1977). Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise (org.). *L'inquiétude du discours; textes de Michel Pêcheux*. Paris. Éditions des Cendres, 1990a.

\_\_\_\_\_. (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990b.

\_\_\_\_\_. "Ler o arquivo hoje". Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura; da história no discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_ (1975). *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et alii*. 2ª. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_ (1969). *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Tradução de Bethania Mariani *et alii*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1997a.

\_\_\_\_\_ (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2ª. ed. Campinas, Pontes, 1997b.

\_\_\_\_\_ (1983). *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine (1975). *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. Tradução de Bethania Mariani *et alii*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. “Les deux types de relatives”. s.d. Inédito. (cópia)

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 16<sup>a</sup>. ed. São Paulo, Cultrix, 1991.

SERRANI, Silvana. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*; a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *A linguagem na pesquisa sociocultural*; um estudo da repetição na discursividade. 2<sup>a</sup>. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Cidadãos modernos*; discurso e representação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

1984, Zero Hora Ano 20. (cópia)

História da Zero Hora. s.d. (cópia)

História da RBS. s.d. (cópia)

*Zero Hora* – Jornais de março, abril e maio de 1999.

RBS Debates, Programa da TVE do Rio Grande do Sul exibido em 12/05/1999. fita de vídeo.

## ANEXOS

Apresentamos, a seguir, a título de ilustração, charges e textos da seção “Palavra do Leitor” de *Zero Hora*. Nesses espaços do jornal, o Governo Antônio Britto – um referente implícito no discurso que analisamos – explicita-se. Ou seja, o Governo Antônio Britto não aparece mais como um não-dito<sup>1</sup> no discurso de *Zero Hora*, mas como um dito.



*Zero Hora*, 12/03/1999, p. 2.

<sup>1</sup> Mobilizado através da memória discursiva pelo viés do discurso transversal.





Zero Hora, 18/04/1999, p. 21.

## Governo

A estratégia de Antônio Britto me parecia muito clara. Nos próximos dois anos, venderia uma série de estatais, aplicando o dinheiro no pagamento da dívida e em infra-estrutura, tão necessária para atrair grandes empresas. Embasado na Lei Camata, enxugaria a máquina pública. Como resultado, teríamos um Estado enxuto e com arrecadação fortemente reforçada pelas novas empresas. Em vez disso, temos um governo que não demite, não vende estatais e partiu para o confronto com o governo federal. Como resultado, teremos um Estado literalmente estagnado.

**Fernando Souza Borges**  
Engenheiro – Gravataí (RS)

Zero Hora, 14/03/1999, p. 4.

## Governo

O “governo democrático e popular” tem se mostrado fiel ao seu discurso de campanha. Firme na idéia de não privatizar, contrário aos incentivos fiscais, mostra-se coerente nos seus propósitos. Agora, assistimos ao descontentamento da Ford e da GM, que já se arrependem de ter vindo para cá. Instituições como a Brigada Militar sofrem sérias mudanças para pôr fim a práticas violentas, segundo o governador. Enfim, trata-se de uma bela administração, pois nada de mau pode acontecer enquanto estiver no mandato, até porque tudo é culpa do governo anterior. *(Via e-mail.)*

*Marcelo do Vale Nunes*

Administrador de empresas – Porto Alegre

*Zero Hora, 25/03/1999, p. 2.*